



Transportes de Lisboa

Relatorio e Contas 2012



Índice

Mensagem do Presidente	3		
Análise do ano 2012	5		
Empresas do Grupo ML	7		
Indicadores chave	9		
1. Desempenho	12	4. Cumprimento das orientações legais	75
1.1. Marketing e comercial	12	4.1. Objetivos de gestão	75
1.2. Exploração operacional	16	4.2. Gestão do risco financeiro e limites de endividamento	75
1.3. Recursos humanos	17	4.3. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos	76
1.4. Recursos materiais e tecnológicos	24	4.4. Deveres especiais de informação	76
1.5. Expansão e modernização da rede	26	4.5. Recomendações do acionista	76
1.6. Relações internacionais	30	4.6. Remunerações	76
1.7. Qualidade do serviço	31	4.7. Estatuto do Gestor Público	76
2. Gestão económica e financeira	38	4.8. Contratação pública	76
2.1. Análise económica	38	4.9. Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços	77
2.2. Gestão financeira	40	4.10. Princípio da igualdade do género	77
3. Governo Societário	46	4.11. Plano de redução de custos	77
3.1. Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa	46	4.12. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes	78
3.2. Grau de cumprimento dos objetivos	47	4.13. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	78
3.3. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	48	4.14. Recomendações do Tribunal de Contas	78
3.4. Transações relevantes com entidades relacionadas	50	4.15. Quadro resumo	80
3.5. Outras transações	52	5. Perspetivas para 2013	82
3.6. Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	52	6. Demonstrações financeiras	84
3.7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais	58	Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012	89
3.8. Análise de sustentabilidade da empresa	60	Parecer do Conselho Fiscal	132
3.9. Cumprimento dos princípios do bom governo	68	Certificação legal das contas	136
3.10. Código de ética	72	Siglas e Acrónimos	141
3.11. Riscos relevantes para a empresa	72		
3.12. Conflitos de interesse	72		
3.13. Divulgação da informação	73		

MARIA KEIL



Mensagem do Presidente

O Relatório e Contas de 2012 evidencia, com precisão e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e os resultados obtidos.

O Conselho de Administração, nomeado em agosto de 2012, comum à CARRIS, S.A., deu continuidade à estratégia que vinha sendo seguida, cujos resultados positivos têm sido reconhecidos, tendo atingido os objetivos definidos, conforme o Relatório evidencia.

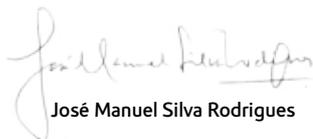
O Conselho de Administração tem um mandato claro para concretizar a integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA e da CARRIS, bem como para desenvolver as ações necessárias para a abertura da gestão das concessões à iniciativa privada, o que levou à adoção de um conjunto diversificado de ações, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2013.

No novo ciclo que, em 2012, foi iniciado, e na emergência de um novo paradigma no sector dos Transportes, espera-se que o ML, num novo enquadramento, mais flexível e com enfoque no mercado, prossiga e acentue a sua competitividade e sustentabilidade enquanto empresa de transportes.

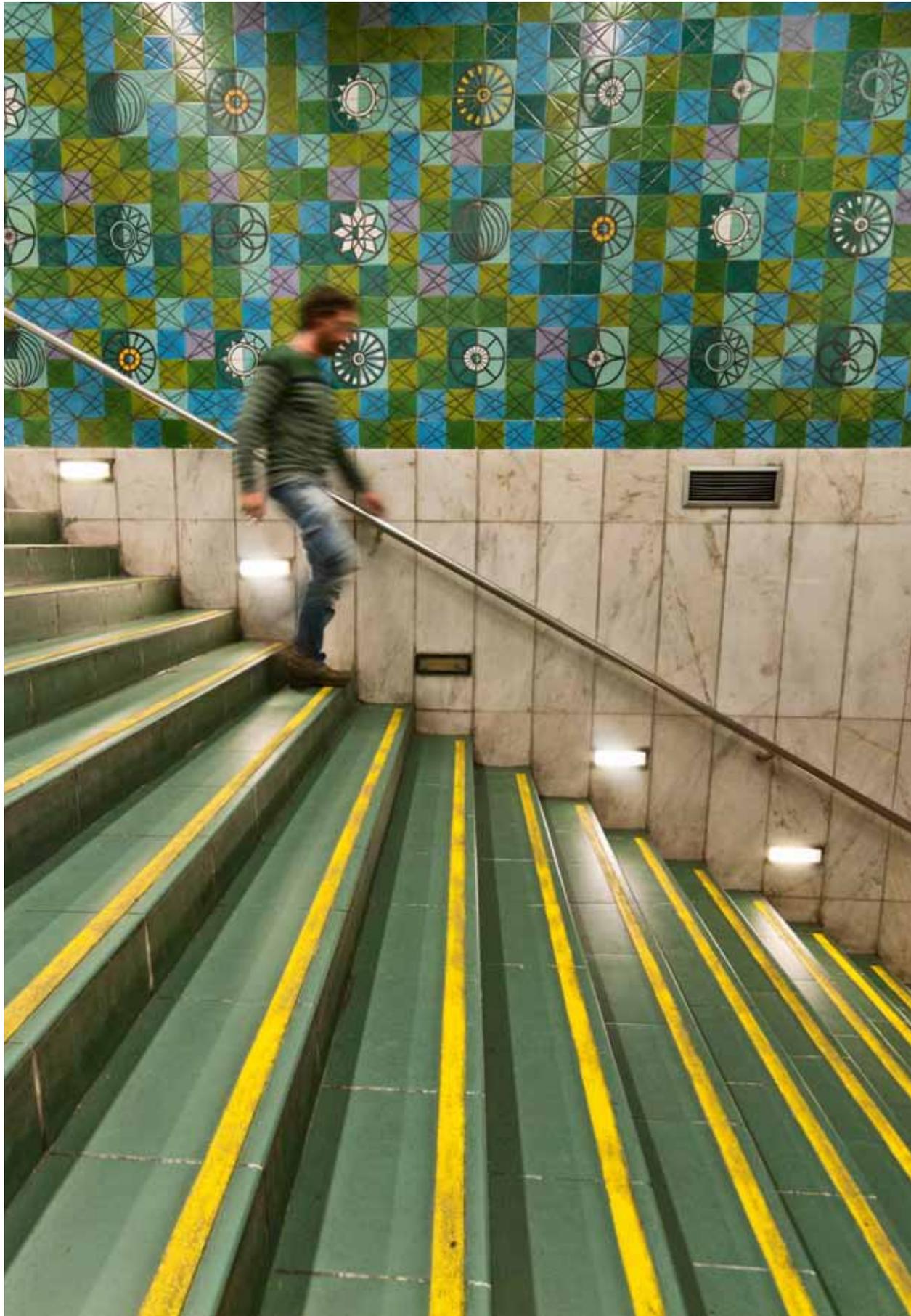
As pessoas e a sua capacidade para, com ambição, trabalharem em equipa têm sido o fator determinante para a construção de uma empresa mais sustentável.

Serão estas mesmas pessoas, com as suas capacidades, que, na sua grande maioria, irão construir o futuro do Metropolitano de Lisboa.

Lisboa, 31 de maio de 2013



José Manuel Silva Rodrigues



Estação Rossio

Análise do ano 2012

O ano de 2012 foi marcado por um enquadramento macroeconómico muito complexo e com alterações no paradigma de gestão das nossas empresas nomeadamente no sector dos transportes.

Os resultados de 2012 materializaram as alterações que vivemos na nossa sociedade, com estruturas sociais em mudança o que afetou, necessariamente, o nosso tipo de vida e de mobilidade, obrigando-nos a pensar em novas formas de gestão e de estratégia para o nosso negócio.

Em agosto de 2012, foram nomeados os novos Órgãos Sociais, para o mandato 2012/2014, com a particularidade de serem comuns ao METROPOLITANO DE LISBOA e à CARRIS.

Em setembro do mesmo ano, o ML foi objeto dum ajustamento organizacional, ao nível quer das áreas operacionais quer dos serviços corporativos. Também ao nível da gestão da empresa foi apresentado à tutela um Contrato de Gestão, cujos indicadores assentam em três eixos fundamentais: aumento da eficiência, equilíbrio operacional e promoção da intermodalidade do transporte público.

Ao nível do desempenho, o ML concretizou uma redução significativa dos gastos operacionais e um aumento dos rendimentos operacionais, o que permitiu alcançar um EBITDA positivo de 20,9 milhões de euros.

A indemnização compensatória atribuída pelo Estado foi de 44 milhões de euros, mais 4,8% do que no ano anterior. Os subsídios à exploração situaram-se em 46 milhões, mais 2,0% do que no ano de 2011.

A taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais (sem os subsídios à exploração e os trabalhos para a própria empresa) foi de 65% em 2012, mais 24% face ao período homólogo, espelhando desta forma a melhoria da performance operacional da empresa.

A taxa de cobertura dos gastos operacionais pelas receitas tarifárias (sem os subsídios à exploração) foi de 52% em 2012 e de 31% em 2011. Registou-se, assim, uma melhoria muito expressiva na performance operacional da empresa.

O resultado financeiro ascendeu a -75,1 milhões de euros, melhorando ligeiramente os resultados obtidos em 2011 (+0,1%).

Os gastos financeiros afetos à atividade das ILD têm absorvido a melhor performance operacional conseguida nos últimos anos.

Considerando-se os objetivos de melhoria dos prazos de pagamento a fornecedores, num quadro de grande restrição financeira, este rácio baixou para 113 dias.

Em dezembro de 2012, a Standard & Poors (S&P) reviu em alta o *rating* no ML, passando de CCC+ para B, com *outlook* negativo.

Os resultados com associadas incluem a participação na Ferconsult, S.A. e na METROCOM, sendo que a empresa irá preparar e apresentar em separado as contas consolidadas do ML e suas subsidiárias.

O investimento de expansão/modernização ascendeu a 16,71 milhões de euros. No ano de 2012 foi concretizada a extensão da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, num total de 3,6 km e 3 novas estações (Moscardave, Encarnação e Aeroporto). Com este prolongamento, o ML aumentou a sua estrutura de rede, possibilitando o acesso ao Aeroporto e a ligação rodoferroviária da Gare do Oriente.

A quebra da procura no ano de 2012 foi de 13,9%, devendo-se a um conjunto variado de fatores, designadamente os que decorrem da conjuntura recessiva da economia e do aumento da fraude.

Em termos de oferta verificou-se uma redução de 19,4%, permitindo o ajustamento à procura e um aumento da eficiência.

A conflitualidade social na empresa agravou-se e penalizou a regularidade da oferta do serviço, o que teve repercussões negativas no desempenho e na imagem do ML.

No plano tarifário, de acordo com as orientações definidas pelo Governo em 2011, foram concretizadas medidas adicionais de reestruturação que permitiram o aumento da tarifa média e na metodologia de repartição dos passes, passou-se a aplicar os coeficientes relativos ao inquérito de 2007, sendo de realçar o facto do número de passageiros do sistema ultrapassar o número de passageiros das vendas.

Apesar dos constrangimentos orçamentais da empresa, pela aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), com forte redução dos Fornecimentos e Serviços Externos na gestão do ML, a empresa prosseguiu ações de marketing das quais se destacam as seguintes campanhas externas: “O Metro leva-o a todo o Mundo”, aquando da inauguração da linha Vermelha – Oriente/Aeroporto, a campanha de *branding* sobre o mote “Uma Viagem que nos Une” decorrente da instituição de uma administração comum CARRIS/Metro. No ano de 2012, destaca-se o crescimento de 93,4% das receitas complementares, para o qual contribuiu essencialmente o projeto de *Naming rights* na estação Baixa-Chiado PT Blue Station.

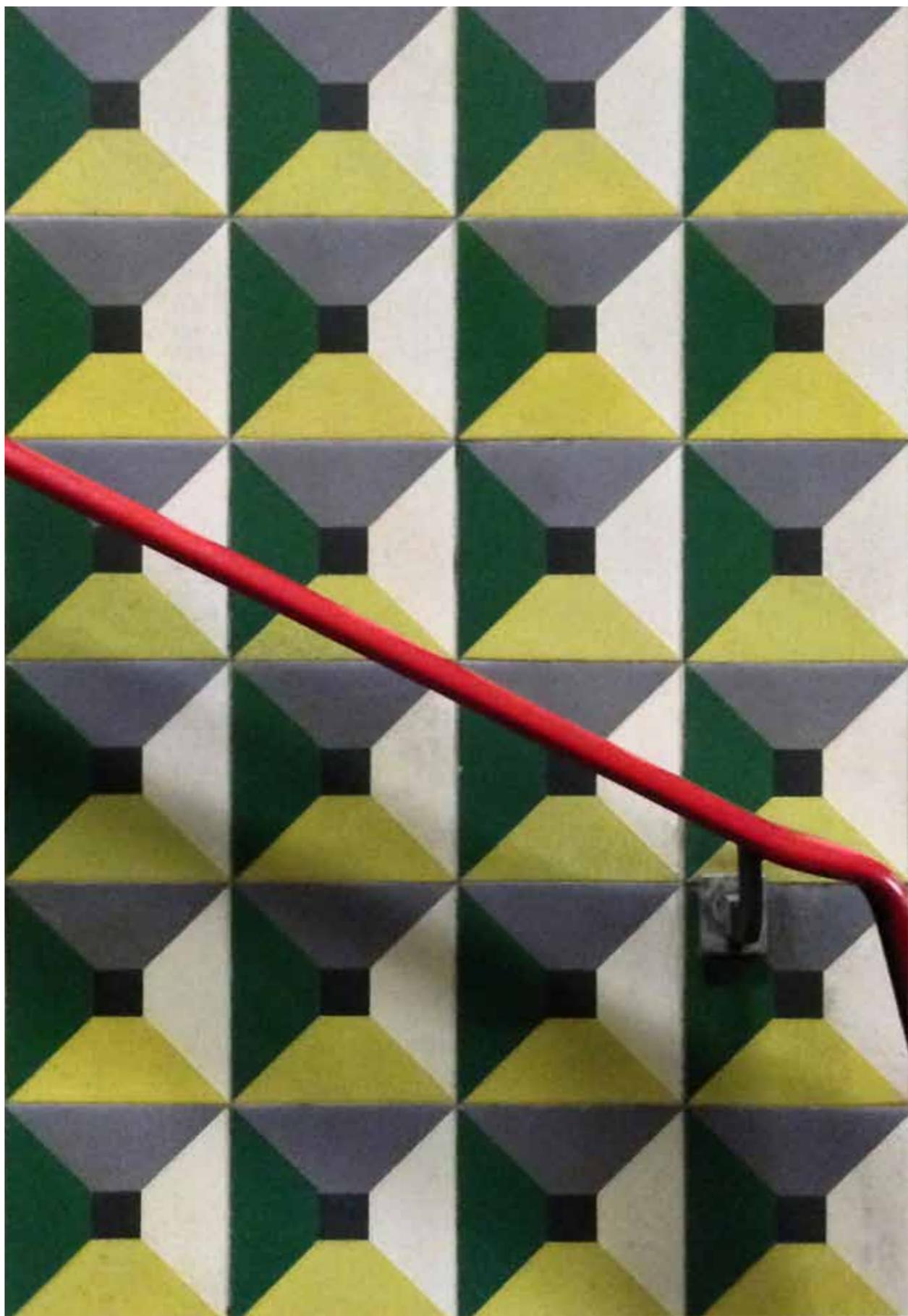
Em relação ao efetivo, resultante da aplicação da Lei do Orçamento de Estado, verificou-se um decréscimo de 65 colaboradores que correspondeu a uma diminuição de 4,1%.

Em 2012 continuaram os trabalhos tendo em vista a Certificação Ambiental da empresa, de acordo a norma NP EN ISO 14001:2004, integrando o Sistema de Gestão de Qualidade, certificado em 2011.

O relacionamento internacional do ML, quer através de contactos diretos com empresas congéneres, quer nas organizações internacionais, de que é membro, assumiu importância relevante.

A estratégia do novo Conselho de Administração, comum à CARRIS, composto por 4 elementos, assenta no aumento da eficiência, no crescimento da quota de mercado do transporte público e na preparação da empresa para a abertura da gestão a entidades privadas, conforme orientação governamental. Foi com base nestes eixos que a Administração reforçou a articulação com a CARRIS tendo em vista os objetivos de integração e intermodalidade entre os modos de transporte metropolitano, elétrico e autocarro, os quais, em termos de imagem externa, se materializaram com a assinatura “Uma Viagem que nos Une”.

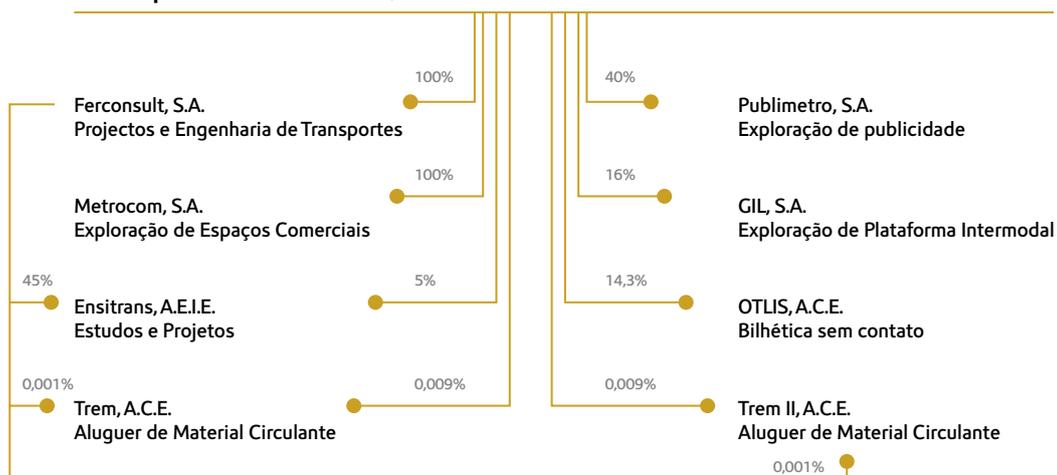
Estação Praça de Espanha



Empresas do Grupo ML

As participações do ML, em 31 de dezembro de 2012, eram as seguintes:

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.



Estação Alvalade



Indicadores chave

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2011 *	2012	Var. % 2012/11
Procura								
Passageiros com título pago	10 ³	165 811	165 191	170 858	166 131	164 845	141 382	-14,23
Passageiros	10 ³	178 432	176 726	182 642	180 182	178 774	154 005	-13,86
Passageiros x km	10 ³	835 400	829 068	865 521	864 154	857 101	745 589	-13,01
Oferta								
Carruagens x km	10 ³	23 477	25 274	27 649	26 467	26 467	21 339	-19,38
Lugares x km	10 ⁶	3 968	4 271	3 511	3 361	3 361	2 730	-18,78
Qualidade de serviço								
Regularidade	%	85,9	90,1	92,3	89,4	89,4	84,9	-5,03
Ocorrências com atraso ≥ 10 min.	n.º	172	141	147	202	202	245	21,29
MKBF	km	13 466	12 982	13 932	14 373	14 373	12 639	-12,06
Disponibilidade das infraestruturas	%	n.d.	n.d.	n.d.	99,9	99,9	99,8	-0,10
Frota								
ML 79	n.º	57	57	57	57	57	57	0,00
ML 90	n.º	114	114	114	114	114	114	0,00
ML 95	n.º	54	54	54	54	54	54	0,00
ML 99	n.º	113	113	113	113	113	113	0,00
Total	n.º	338	338	338	338	338	338	0,00
Recursos humanos								
Serviços corporativos	n.º	1 361	1 415	1 437	1 365	1 365	1 289	-5,57
Áreas operacionais	n.º	208	221	235	225	225	236	4,89
Efetivo total	n.º	1 569	1 636	1 672	1 590	1 590	1 525	-4,09
Rendimentos e Gastos		POC	SNC					
Receitas de tráfego ¹	10 ³ €	62 529	59 947	62 530	66 794	66 794	80 341	20,28
Indemnização compensatória ²	10 ³ €	24 878	26 755	26 503	42 000	42 000	44 000	4,76
Rendimentos totais	10 ³ €	125 293	119 121	114 910	136 082	136 082	148 298	8,98
Gastos operacionais	10 ³ €	165 029	226 332	210 752	206 840	206 840	150 417	-27,28
Gastos totais	10 ³ €	251 969	266 040	263 030	282 018	282 018	225 533	-20,03
Resultados operacionais	10 ³ €	(46 911)	(111 534)	(96 107)	(70 771)	(70 771)	(2 118)	97,01
Resultados líquidos	10 ³ €	(126 730)	(146 977)	(148 337)	(146 052)	(146 052)	(77 332)	47,05

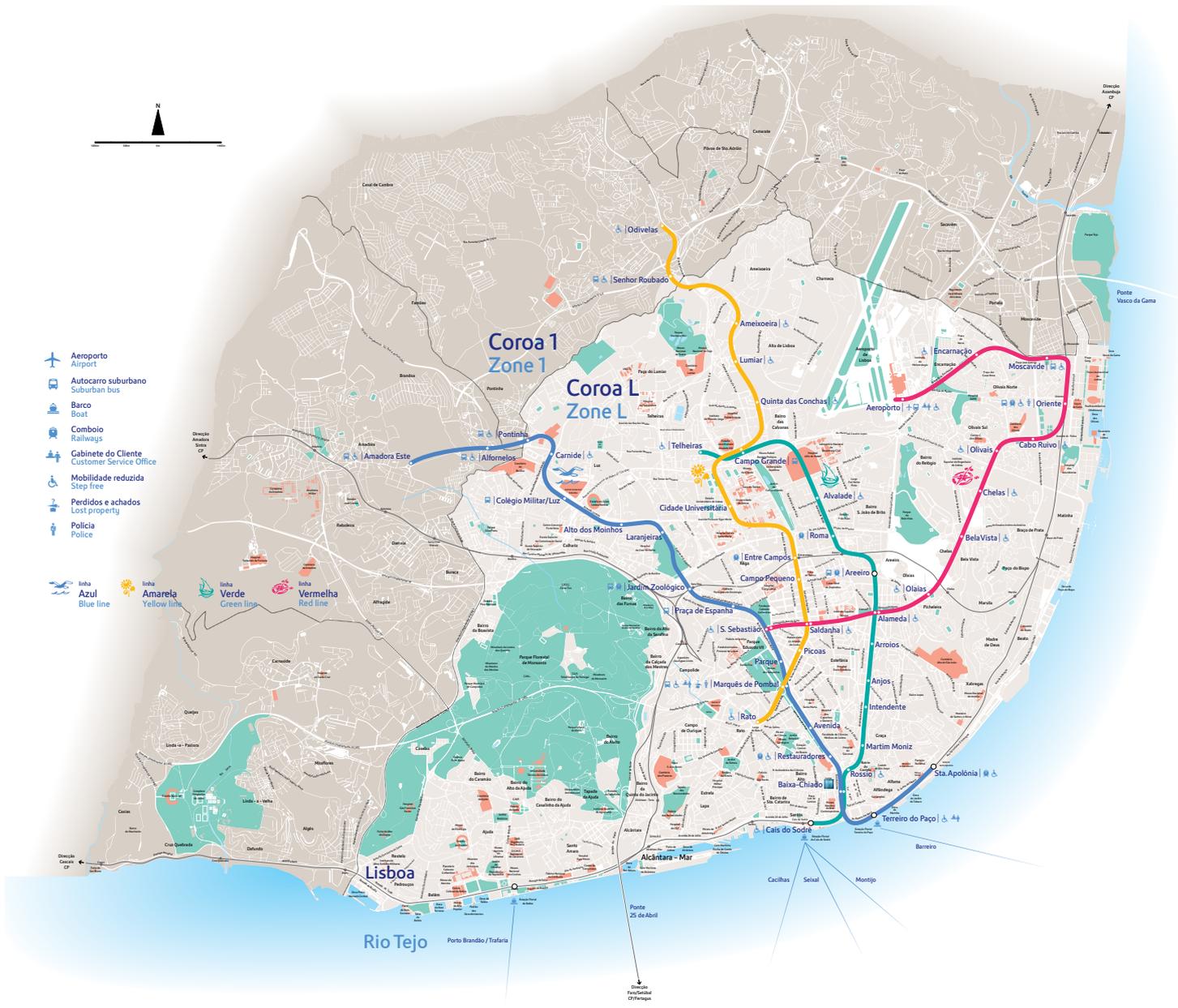
Legenda: n.d. - dados não disponíveis.

* A partir de janeiro de 2012 alterou-se o período de contagem dos passageiros transportados, passando a ser entre o dia 25 do mês anterior e o dia 24 do mês seguinte, coincidindo com o das receitas de títulos. Assim, para se poderem comparar os anos 2012 com 2011, reajustaram-se os valores deste ano (2ª coluna de 2011), tendo-se feito uma nova contagem dos restantes indicadores implicados - passageiros x km e consumo de energia de tração.

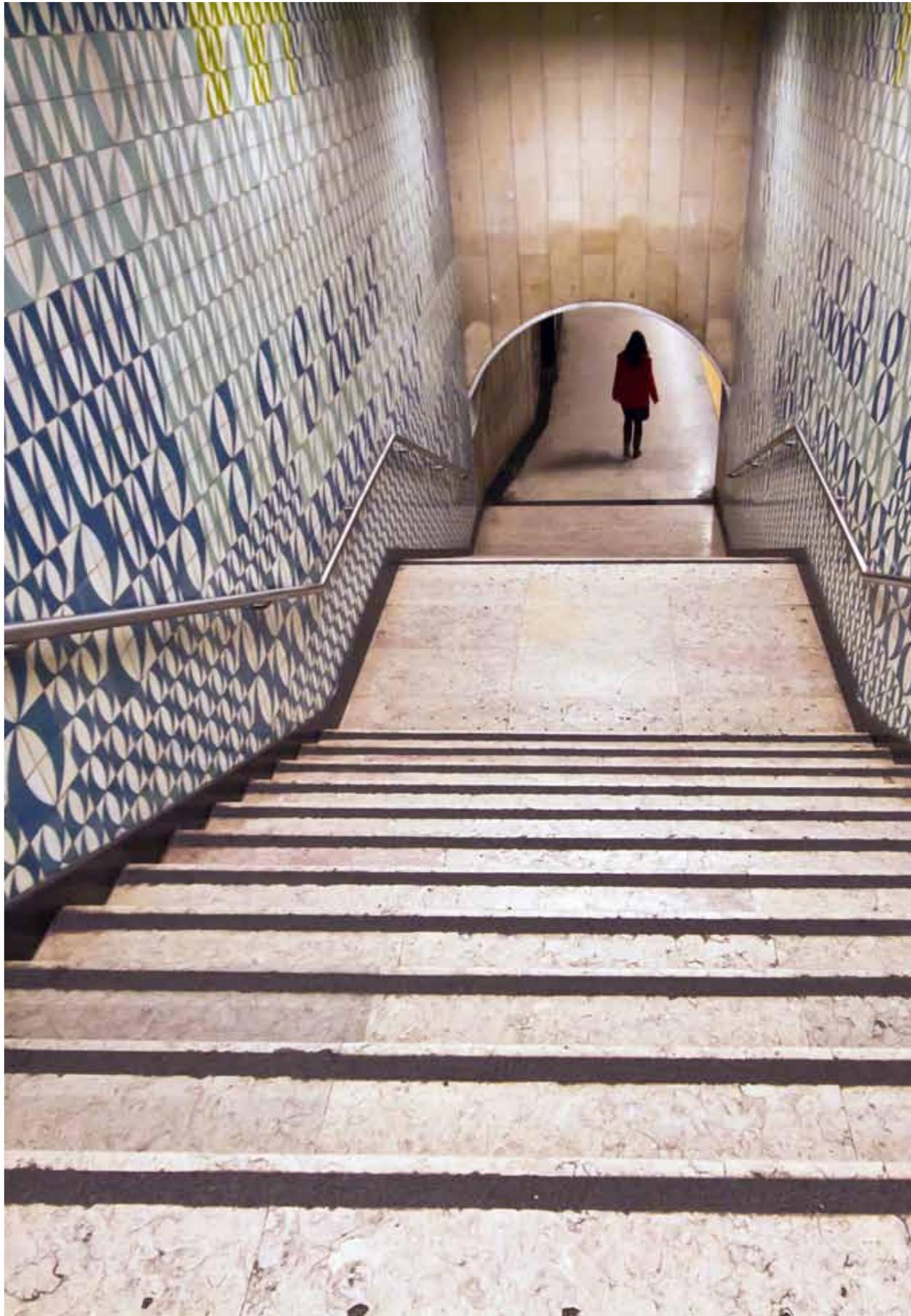
¹ Foram incluídas, nas "Receitas de tráfego", quer as receitas obtidas com a venda dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas", quer as verbas recebidas do O.G.E., a título de compensação pelos descontos efetuados nos títulos 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e Social +.

² Valores líquidos de IVA.

No final do ano de 2012 a rede do ML tinha 55 estações e 43,2 km, conforme mapa que se segue:



Estação Picoas



1. Desempenho

1.1 Marketing e comercial

1.1.1. Procura

O ano de 2012 caracterizou-se por um acentuado decréscimo da procura, -13,9%, devendo-se essencialmente à crise económica do país e ao seu impacto na redução da mobilidade na área urbana e ao aumento de fraude constatado nas ações de fiscalização desenvolvidas ao longo do ano. Este aumento percebido da fraude ainda não se encontra refletido na taxa de fraude utilizada para o ano de 2012, a qual permanece em 5,5%, tal como em 2011.

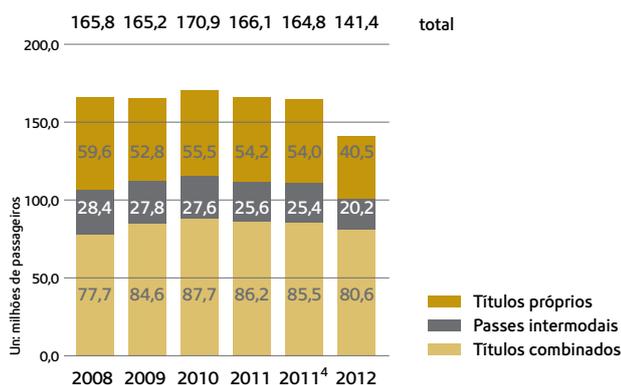
Evolução do número de passageiros transportados ³

Passageiros com títulos de transporte	2008	2009	2010	2011	2011	2012	Var. % 2012/11
Títulos próprios	10 ³	59 650	52 776	55 496	54 240	40 535	-24,88
Passes intermodais	10 ³	28 447	27 771	27 616	25 647	20 243	-20,29
Títulos combinados	10 ³	77 714	84 644	87 745	86 243	80 604	-5,72
Total com títulos pagos	10³	165 811	165 191	170 858	166 131	141 382	-14,23
Transporte gratuito e fraude	10 ³	12 621	11 535	11 784	14 051	12 623	-9,37
Total transportados	10³	178 432	176 726	182 642	180 182	154 005	-13,86
Percurso médio por passageiro	km	4,682	4,691	4,739	4,796	4,841	0,98
Passageiro x km transportados	10 ³	835 400	829 068	865 521	864 154	745 589	-13,01

Um dos factos positivos na captação de novos clientes foi a abertura à exploração, no mês de julho, do prolongamento Oriente / Aeroporto. No entanto, este acréscimo de passageiros, em cinco meses e meio de exploração, ainda não foi suficiente para inverter a tendência de quebra verificada.

Relevante, também, foi a introdução, no mês de fevereiro, dos passes Navegante Urbano e Navegante Rede que, quando comparados com os passes CARRIS/ML Urbano e Rede, apresentaram um saldo positivo, eventualmente devido a transferências de outros títulos, como sejam os passes próprios CARRIS e Metro. Registou-se, conseqüentemente, uma quebra de cerca de 25% face ao ano anterior nos títulos próprios, conforme se pode constatar no gráfico e quadro que se seguem.

Evolução do número de passageiros por título de transporte



³ A partir de janeiro de 2012, passou a ser considerado, para o cálculo de passageiros, o período de 25 a 24 do mês seguinte. Assim, foram recalculados os passageiros de 2011, de forma a serem comparáveis.

⁴ Nova contagem.

1.1.2. Receitas de tráfego

As receitas tarifárias registaram uma variação positiva de 21,5%, quando comparadas com 2011. Este significativo acréscimo ficou a dever-se, por um lado, ao aumento tarifário de fevereiro de 2012 e, por outro, à nova metodologia de repartição de receitas do passe Navegante, resultante do inquérito de 2007 e que é mais favorável para o Metropolitano de Lisboa. Para os restantes títulos de transporte combinados, continuou a utilizar-se a chave de repartição proveniente do inquérito de 1989.

Evolução das receitas de transporte

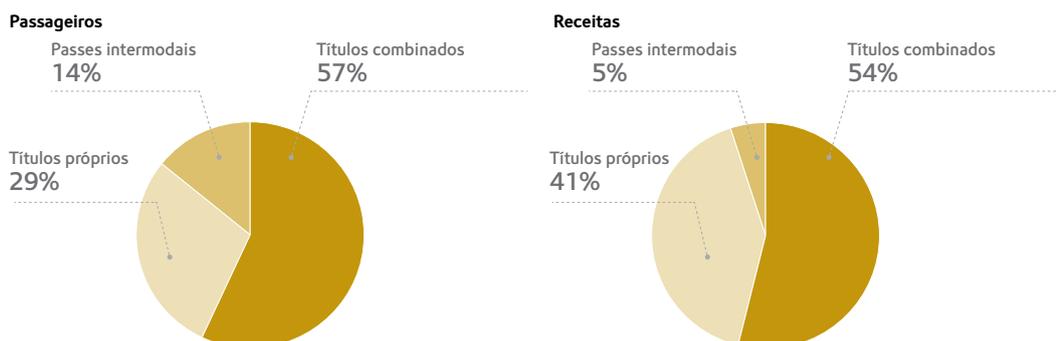
Títulos de transporte		2010	2011	2011	2012	Var. % 2012/11		
Passageiros	Títulos próprios	n.º	55 496 104	54 240 485	53 960 157	40 534 840	-24,88	
	Passes intermodais	n.º	27 616 154	25 647 348	25 395 124	20 242 953	-20,29	
	Títulos combinados	n.º	87 745 256	86 243 495	85 489 965	80 603 904	-5,72	
	Carris/Metro urbano / Navegante urbano	n.º	26 891 137	26 402 498	26 153 699	27 738 031	6,06	
	Carris/Metro rede / Navegante rede	n.º	2 904 363	2 884 067	2 856 209	3 256 263	14,01	
	Outros títulos combinados	n.º	57 949 757	56 956 930	56 480 057	49 609 610	-12,16	
	Total	n.º	170 857 515	166 131 327	164 845 246	141 381 697	-14,23	
	Receitas (sem IVA)	Títulos próprios	€	28 719 976	30 587 199	30 587 199	31 679 017	3,57
		Passes intermodais	€	3 994 075	3 996 150	4 035 137	4 103 592	1,70
		Títulos combinados	€	27 232 728	29 672 477	29 672 477	42 331 437	42,66
Carris/Metro urbano / Navegante urbano		€	28 719 976	30 587 199	30 587 199	13 705 607	-55,19	
Carris/Metro rede / Navegante rede		€	3 994 075	3 996 150	4 035 137	2 163 714	-46,38	
Outros títulos combinados		€	27 232 728	29 672 477	29 672 477	26 462 117	-10,82	
Total		€	59 946 779	64 255 825	64 294 813	78 114 046	21,49	
Receita por passageiro	Títulos próprios	€	0,518	0,564	0,567	0,782	37,87	
	Passes intermodais	€	0,145	0,156	0,159	0,203	27,58	
	Títulos combinados	€	0,310	0,344	0,347	0,525	51,31	
	Carris/Metro urbano/Navegante urbano	€	1,068	1,158	1,170	0,494	-57,75	
	Carris/Metro rede/Navegante rede	€	1,375	1,386	1,413	0,664	-52,97	
	Outros títulos combinados	€	0,470	0,521	0,525	0,533	1,53	
	Receita média	€	0,351	0,387	0,390	0,553	41,66	

Nota:

As receitas não incluem o valor de aquisição dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas" e foram atualizadas de forma a haver consistência com o número de passageiros. Na receita dos títulos combinados incluiu-se a comparticipação do Estado nos descontos praticados nos títulos "4_18@escola.tp", "sub23@superior.tp" e "Passe Social +".

Do quadro anterior, salienta-se o aumento da receita média por passageiro, ter registado um acréscimo de cerca de 42%.

Repartição percentual por títulos de transporte:



Apresenta-se de seguida um quadro com a revisão tarifária de alguns títulos mais significativos:

Evolução das tarifas de transporte

		Un: €					
		2010	2011	2012		Var. %	
Títulos de transporte		01/Jul	01/Jan	01/Ago	01/Fev	2012/11	
Bilhetes							
Títulos próprios do Metro	7 Colinas simples - 1 zona	0,85	0,90	1,05	-	-	
	7 Colinas simples - 2 zonas	1,15	1,15	1,30	-	-	
	Bilhete viagem Metro		-	-	1,25	-	
Passes							
Títulos próprios do Metro	Urbano 30 dias	18,70	19,55	23,90	29,00	21,3	
	Rede 30 dias	27,55	28,70	32,00	35,00	9,4	
Passes intermodais	L1	38,75	40,10	46,10	48,40	5,0	
	L12	46,65	48,30	55,55	58,35	5,0	
	L123	53,15	55,00	63,25	66,40	5,0	
Bilhetes							
Títulos combinados	Zapping - 1 zona	0,80	0,82	1,05	1,15	9,5	
	Zapping - 2 zonas	1,12	1,12	1,30	-	-	
	Bilhete 1 dia Carris/Metro - rede	-	3,95	4,60	5,00	8,7	
	Passes						
	Carris/Metro urbano - 30 dias	28,45	29,45	33,85	-	-	
Carris/Metro rede - 30 dias	31,20	32,60	37,50	-	-		
Navegante urbano	-	-	-	35,00	-		
Navegante rede	-	-	-	40,00	-		

Recorde-se que a partir de fevereiro a aquisição de passes exclusivos do ML ficou limitada aos clientes que vinham a utilizar este passe àquela data. Para novos clientes a alternativa passou a ser o passe Navegante (passe válido na CARRIS, Metro e circuitos urbanos da CP).

No sentido de promover a migração dos passes próprios ML para os novos títulos, foi concedida uma bonificação especial de 3 euros no preço da modalidade normal a todos os clientes que o fizessem até ao final de 2012. A partir de fevereiro e para os novos clientes, a alternativa passou a ser o Navegante, um passe válido no Metro, na CARRIS e nos circuitos urbanos da CP.

1.1.3. Reclamações

Em 2012 verificou-se um aumento global das reclamações, tendo atingido 6.068 contra as 5.878 do ano anterior, i.e. um aumento de 3,2%.

Em 2011, o motivo das reclamações que se destacou foi a inoperacionalidade das escadas mecânicas e dos elevadores (totalizando 1.399, i.e., 24% do total) e em 2012 destacaram-se as reclamações relativas aos comboios (com um total de 1.104, ou seja, 18% da totalidade) e aos títulos de transporte (515 reclamações, representando 8,5%).

Estas reclamações resultaram de duas medidas adotadas na empresa no início de 2012 e que são as seguintes:

- Redução do número de carruagens na linha Verde e alteração dos horários dos comboios;
- A descontinuidade dos passes próprios do ML e a sua substituição pelos passes Navegante urbano e Navegante rede.

Em 2012, salienta-se a redução do número de reclamações relativas aos acessos mecânicos e canais (resultante da celeridade na reparação dos mesmos), por acidentes e as dirigidas ao pessoal do ML. Relativamente aos acidentes, merece particular destaque a redução de acidentes em canais de acesso do sistema de bilhética.

1.1.4. Comunicação e imagem

O ano de 2012 representou um enorme desafio para o marketing e a comunicação no desenvolvimento das suas atividades, tendo em conta a atual conjuntura económica. Neste contexto, a estratégia teve de ser definida de forma a ser o mais racional possível para que, de forma sustentada, fosse viável dar continuidade ao trabalho de divulgação do serviço, promovendo a marca e, acima de tudo, colmatar a perda de passageiros que se vinha verificando ao longo do ano.

Foi possível sustentar a comunicação desenvolvida, através da intensificação das nossas parcerias estratégicas, o que permitiu oferecer algumas vantagens aos clientes e, por outro lado, usufruir de alguns espaços de divulgação pública de excelente visibilidade (como foi o caso da rede de *mupis* da C.M. Lisboa e jornal Metro).

Para equilibrar o investimento em marketing foi intensificada a angariação de receitas complementares, nomeadamente, pelo aluguer do Auditório do Alto dos Moinhos, pela aplicação *mobile* para *smartphones* e pelo projeto de *Naming rights* da estação Baixa-Chiado PT Blue Station.

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes:

- **Comemoração do 53º aniversário do ML em exploração:**
 - Decorreu na estação Cais do Sodré, um concerto que contou com a presença do Grupo Coral do CCDTML e da Orquestra Ligeira da CARRIS dirigido a colaboradores e familiares de ambas as empresas, bem como aos clientes do Metro;
 - No dia 29 de dezembro, realizou-se um concerto com a participação do CCDTML e da Orquestra Ligeira da CARRIS, dirigido a clientes e colaboradores;
 - Realizou-se uma cerimónia de entrega de emblemas aos colaboradores com trinta anos de serviço, no Auditório do Alto dos Moinhos, com a presença do Secretário de Estado dos Transportes, do Conselho de Administração e dos diretores do Metro e da Carris, entre outros convidados da Empresa.
- **Atividades conjuntas CARRIS/Metro:**
 - “Uma Viagem que nos Une” – Iniciativa desenvolvida com dois objetivos de comunicação: o anúncio da fusão das administrações e as consequentes vantagens para o cliente com a aglutinação dos serviços;
 - Presente Consigo – No âmbito da responsabilidade social, desenvolveu-se a campanha “Linha da Alegria” para recolha de bens junto dos clientes das duas empresas com destino ao Banco de Bens Doados e à Entreeajuda;
 - “Natal no Metro” – Proporcionou às crianças de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) a possibilidade de viajar no Comboio de Natal, animado com a presença do Pai Natal e dos seus duendes, com oferta de brindes. Foi ainda realizado um conjunto de ações com várias entidades, como os concertos em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, a Associação VoxMaris, o CCDTML e a Orquestra Ligeira da CARRIS, bem como uma sessão de teatro em parceria com a Entreeajuda;
 - Cine Natal – Disponibilizou a exibição de sessões de cinema infantil dirigidas aos colaboradores e seus familiares, nos auditórios do Alto dos Moinhos, do ML, e de Miraflores, da CARRIS;
 - “Cria o teu Natal” – Concurso de desenho dirigido aos filhos, equiparados, sobrinhos ou netos de colaboradores, com idade igual ou inferior a 14 anos;
 - “1ª Maratona fotográfica CARRIS/METRO” – Com o objetivo de captar imagens, em espaços do Metro e da CARRIS. Esta iniciativa contou com 218 participantes, que fotografaram sob os temas Maria Keil (Metro), 140 anos da CARRIS (CARRIS) e “Uma viagem que nos Une” (CARRIS/Metro);
 - Comboio e elétrico de Natal – Foram convidadas diversas IPSS, selecionadas em colaboração com a Entreeajuda, sendo as viagens realizadas no histórico material circulante ML7;
 - Programa “Carjoking” da rádio RFM – Transmissão do programa em direto partir das carruagens do Metro e nos autocarros da CARRIS.
- **Outras campanhas:**
 - *Naming* Baixa-Chiado PT Blue Station – Consolidação deste projeto, tendo a PT mantido um programa de animação diária na estação Baixa-Chiado, o que permitiu valorizar a referida estação;
 - Semana da Mobilidade – Convite a um grupo de 45 crianças do Centro Paroquial de Alfoanelos para visitar o lémure Sebastião, no Jardim Zoológico, utilizando como meio de transporte o metro;
 - Clube Metrox – Realizaram-se várias visitas com as mascotes “Metrox e Metrinha” a diversas escolas, incentivando à utilização do Metro como meio de transporte amigo do ambiente.
- **Outros projetos desenvolvidos ao longo do ano 2012, que contribuíram para o acréscimo das receitas complementares da empresa foram os seguintes:**
 - Aplicação *Smartphone* – Foi lançada oficialmente, em junho, para as plataformas *iphone* e *android*, contando no presente com cerca de 42.000 utilizadores;
 - Dinamização dos espaços – Realização da gala de entrega de prémios Sapo 2012, que se realizou na sala intermédia da estação Terreiro do Paço;
 - Site institucional Metro – Em 2012 foi lançado com uma nova imagem, tendo-se angariado o primeiro anunciante, a empresa Trivago;
 - Filmagens em espaços Metro – Foram realizadas filmagens no Metro de elevada visibilidade, das marcas Optimus, Super Bock e Becks.

Ao nível da comunicação interna continuaram as atividades relativas à revista “Metro com vida”, ao postal de aniversário, à campanha “Dê uma tampa ao Metro” e ao projeto “Metro Voluntário”. Foi ainda reformulado o portal interno do Metro e realizada uma campanha de comunicação do “Sistema de Gestão Ambiental” para os colaboradores.

Relativamente a “Apoios e patrocínios”, o ML, através de cedência de espaços, de colocação de cartazes nos comboios ou de oferta de títulos de transporte, apoiou os seguintes eventos: 82.^a Feira do Livro; Festival IndieLisboa; Festival InShadow; Filme “2 dias em Nova Iorque”; Festas de Lisboa’12; e ainda, a realização de concertos e *showcases* de música em parceria com a empresa IMAGINA – Núcleo Criativo para o Empreendedorismo Social.

Em 2012 foram realizados os seguintes três estudos de mercado:

- ISC (Índice de Satisfação do Cliente) – Exclusivamente para o ML e com o objetivo de monitorizar a satisfação do cliente, tendo-se atingido uma variação positiva de 6%, face ao ano anterior: 7,21 (escala de 0 a 10);
- Cliente Mistério – Realizado no sentido de avaliar os colaboradores que contactam diretamente com os clientes, registando-se uma taxa de cumprimento de 83,4%;
- ECSI 2011 – Estudo europeu, que avalia o serviço dos vários operadores da AML, tendo o ML alcançado pelo sétimo ano consecutivo o primeiro lugar com um índice de 7,24.

1.2. Exploração operacional

1.2.1. Oferta

A oferta em 2012 diminuiu 19,4%, em termos de número de carruagens x km, permitindo o ajustamento à procura e o aumento da eficiência operacional.

A variação obtida deveu-se ao seguinte:

- Circulação de comboios de seis e três carruagens nas linhas Azul, Amarela e Vermelha, onde só circulavam comboios de seis carruagens;
- Circulação de comboios de três carruagens na linha Verde, onde até então só circulavam comboios de quatro carruagens;
- Ocorreram oito greves ao longo do ano.

Evolução da oferta

Oferta		2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Carruagens x km (serviço público)					
Linha Azul	n.º	9 512 050	8 896 390	7 263 752	-18,35
Linha Amarela	n.º	7 891 501	7 634 879	6 090 964	-20,22
Linha Verde	n.º	5 582 429	5 383 040	3 638 064	-32,42
Linha Vermelha	n.º	4 662 795	4 552 848	4 346 184	-4,54
Total	n.º	27 648 775	26 467 157	21 338 964	-19,38
Lugares x km					
Linha Azul	10 ³	1 217 542	1 138 738	929 760	-18,35
Linha Amarela	10 ³	1 010 112	977 265	779 643	-20,22
Linha Verde	10 ³	686 639	662 114	463 910	-29,94
Linha Vermelha	10 ³	596 838	582 765	556 312	-4,54
Total	10³	3 511 131	3 360 881	2 729 625	-18,78

Evolução da eficiência na exploração

Eficiência na exploração		2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Circulações (serviço público)					
Linha Azul	nº	124 495	121 122	110 367	-8,88
Linha Amarela	nº	128 650	126 908	118 483	-6,64
Linha Verde	nº	156 283	150 701	128 731	-14,58
Linha Vermelha	nº	113 450	112 061	106 577	-4,89
Total	nº	522 878	510 792	464 158	-9,13
Taxa de realização de carruagens x km					
Linha Azul	%	99,13	97,93	97,08	-0,87
Linha Amarela	%	99,20	97,63	96,82	-0,82
Linha Verde	%	98,87	97,44	96,73	-0,73
Linha Vermelha	%	99,55	98,66	96,65	-2,04
Na rede	%	99,17	97,87	96,85	-1,04
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	99,13	97,70	96,59	-1,14
Linha Amarela	%	99,22	97,38	96,71	-0,69
Linha Verde	%	98,87	97,44	96,76	-0,70
Linha Vermelha	%	99,55	98,63	96,78	-1,88
Na rede	%	99,16	97,75	96,70	-1,07

1.3. Recursos humanos

1.3.1. Efetivo⁵

Numa época em que o contexto organizacional é caracterizado pela escassez de recursos económicos e financeiros e pelas mudanças que ocorrem a um ritmo acelerado, a gestão das pessoas é fator chave para o sucesso de qualquer organização.

Tendo por base a missão da área de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, foram definidos os principais objetivos das políticas de gestão de recursos humanos. Na vertente de otimização da estrutura existente os objetivos materializaram-se no seguinte:

- Desenvolver o planeamento e afetação rigorosa dos recursos humanos;
- Ter as pessoas certas nos lugares certos;
- Mobilizar e desenvolver as pessoas, com destaque para aquelas que revelam potencial e desempenham atividades críticas.

Por forma a dar cumprimento a estas orientações estratégicas, foi desenvolvida uma política de otimização do efetivo em direta articulação com todas as áreas da empresa, cujo envolvimento neste projeto foi essencial para se alcançar esta redução, a qual foi definida para o triénio 2011-2013.

Assim, em 2012, registou-se a saída de 65 colaboradores no ativo, originando um decréscimo do efetivo em cerca de 4%, pelo que, em 31 de dezembro de 2012, o efetivo da empresa era de 1.525 colaboradores.

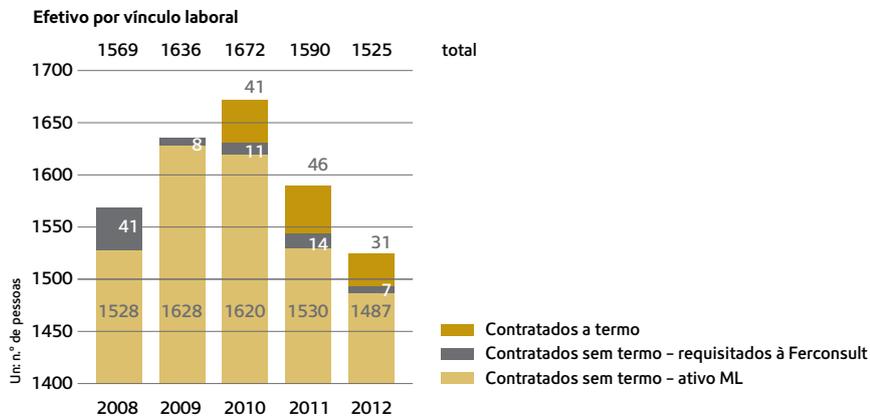
⁵ Considera-se efetivo da empresa, os colaboradores com vínculo à empresa e que à data de 31 de dezembro prestavam serviço no ML.

Os motivos das saídas da empresa, em 2011 e em 2012, são apresentados no quadro seguinte:

Motivos das saídas

Motivos das saídas	Un: n.º		
	2011	2012	Var. % 2012/11
Reforma	73	41	-43,84
- Antecipada	59	37	-37,29
- Velhice	7	2	-71,43
- Invalidez	2	2	0,00
- Pré-reforma	5	-	-100,00
Termo do contrato de cedência	-	7	-
Rescisão de contrato unilateral e mútuo acordo	23	9	-60,87
Cessação de contrato a termo	10	3	-70,00
Cedência do trabalhador	3	-	-
Termo da comissão de serviço	-	1	-
Licença sem vencimento	2	-	-
Despedimento	-	3	-
Falecimento	1	1	0,00
Total	112	65	-41,96

O efetivo a 31 de dezembro, de acordo com o vínculo à empresa e à distribuição por área, é apresentado no gráfico e quadro seguintes:



Efetivo por áreas da empresa

Efetivo real		2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Exploração Operacional	n.º	901	930	915	869	819	-5,75
Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas	n.º	-	-	-	100	87	-13,00
Gestão de Infraestruturas	n.º	274	69	104	-	-	-
Gestão da Manutenção	n.º	186	416	418	396	383	-3,28
Restantes áreas	n.º	208	221	235	225	236	4,89
Total	n.º	1 569	1 636	1 672	1 590	1 525	-4,09

Neste contexto é importante ilustrar que o decréscimo do efetivo tem sido inversamente proporcional ao acréscimo da extensão da rede em exploração verificada ao longo dos últimos anos, evidenciando tal facto o esforço de otimização dos meios envolvidos na oferta de transporte.

Evolução do efetivo comparativamente com a evolução da rede



1.3.2. Atividades relevantes

No ano de 2012 foi necessário dar cumprimento às medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado e efetuar todas as alterações necessárias de forma a garantir o seu cumprimento rigoroso, quer ao nível do processamento das remunerações dos trabalhadores do ML, quer ao nível da gestão de carreiras nas várias componentes.

A empresa participou no estudo de clima organizacional, promovido pela consultora Heidrick & Struggles em parceria com o Diário Económico e com o ISCTE Business School. Através deste diagnóstico “Excelência no trabalho 2011/12” pretendia-se não só apurar e premiar as empresas que apresentassem um melhor clima organizacional e que se destacassem como entidades de excelência no desenvolvimento do capital humano em Portugal, bem como disponibilizar a cada empresa participante informação de gestão relevante para a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria na gestão do seu ativo humano. A análise dos resultados obtidos permitiu retirar conclusões e identificar as iniciativas a concretizar, de forma a potenciar o compromisso dos colaboradores para com a missão, os objetivos da empresa e promover uma cultura mais dinâmica, flexível e adaptável à mudança.

Estação Anjos



1.3.3. Modelo organizacional

No ano de 2012, o ML iniciou um novo ciclo determinado pelo Plano Estratégico dos Transportes e pela preparação do modelo organizacional para abertura à gestão privada.

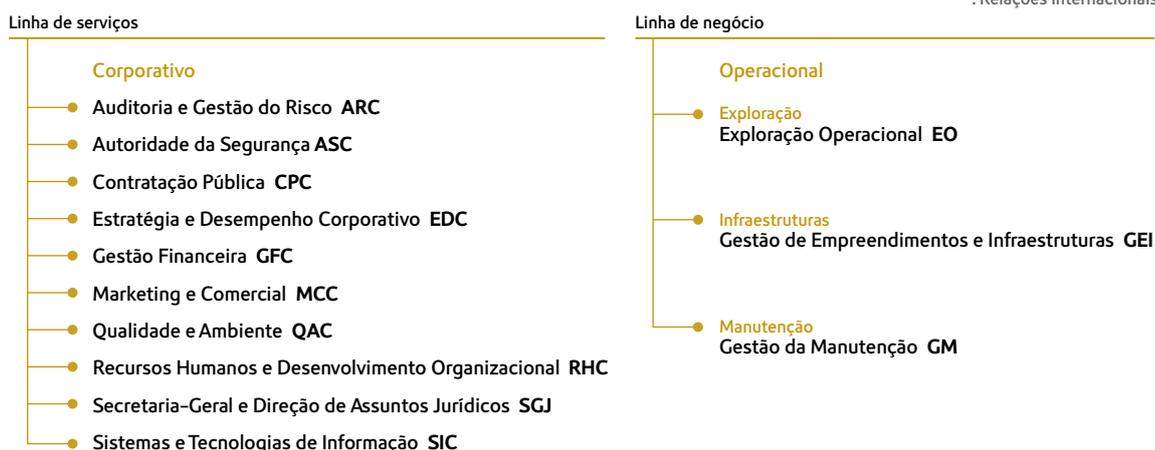
Com este novo ciclo, e com a nomeação do novo Conselho de Administração, comum à CARRIS, foram efetuados alguns ajustamentos no modelo de organização e de funcionamento da Empresa, tendo em vista criar melhores condições de operacionalização.

Assim, com o intuito de promover ganhos de eficiência e de eficácia, ao mesmo tempo que se pretende redimensionar e reforçar a mobilização da estrutura, e de forma particular, dos respetivos titulares, procederam-se a otimizações na estrutura orgânica da Empresa, bem como à nomeação de novos titulares para alguns cargos dirigentes. A gestão de todos os procedimentos comerciais relacionados com o sistema de bilhética, incluindo o cartão Lisboa viva, a gestão dos Gabinetes de Cliente e o Centro de Apoio Interno, da área Comercial da “Exploração Operacional” transitou para a direção de “Marketing e Comunicação”. A área da Comunicação Social da direção de Marketing e Comunicação passou para a “Secretaria-geral e Direção de Assuntos Jurídicos”. As direções de “Gestão de Empreendimentos” e “Engenharia de Infraestruturas” foram fundidas numa única direção.

Organigrama do ML

Conselho de Administração

. Relações Internacionais



Titulares responsáveis pelas unidades orgânicas:

Corporativo		
ARC	Auditoria e Gestão do Risco	Dr. José António Carballo Sequeira
ASC	Autoridade de Segurança	Eng.º António José Pires Neves Valente
CPC	Contratação Pública	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
EDC	Estratégia e Desempenho Corporativo	Dr.ª Cassilda Mariza A. M. Alpoim Motta Queiroz
GFC	Gestão Financeira	Dr.ª Isabel Maria N. P. F. M. Almeida Vasconcelos
MCC	Marketing e Comercial	Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues
QAC	Qualidade e Ambiente	Eng.º Pedro Conceição Farinha Pereira
RHC	Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
SGJ	Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos	Dr.ª Filipa Alexandra Q. C.A. Bandeira de Melo
SIC	Sistemas e Tecnologias de Informação	Dr. Carlos José Duarte Rocha
Operacional		
EO	Exploração Operacional	Eng.º José Osvaldo Carmo Baptista Bagarrão
GEI	Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas	Dr. António Ricardo Oliveira Vieira Machado
GM	Gestão de Manutenção	Eng.º Jorge Miguel Almeida Ferreira
PA		
PA	Provedor Arbitral (órgão autónomo com estatuto próprio)	Dr. Guilherme de Palma Carlos

1.3.4. Custo do fator trabalho

O decréscimo de custo do fator trabalho⁶ em 2012 resultou, essencialmente, da dinâmica das medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2012, do decréscimo do efetivo e da redução muito significativa do trabalho suplementar realizado no exercício.

Custo do fator trabalho

Custo fator trabalho		2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11	
Custo fator trabalho	10 ³ €	66 501	72 725	75 440	66 268	60 451	-8,78	
<u>Custo fator trabalho</u> Efetivo médio	10 ³ €	42,466	45,143	45,120	40,041	39,254	-1,97	
<u>Custo fator trabalho</u> Gastos operacionais	%	43,0	33,9	38,0	34,1	40,2	17,83	
<u>Custo fator trabalho</u> Gastos totais	%	26,4	27,3	28,7	23,5	26,8	14,07	

1.3.5. Evolução do pessoal inativo e responsabilidade social

As responsabilidades sociais históricas emergentes dos acordos de empresa, nomeadamente o pagamento pela empresa de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência, determinam um expressivo custo, para o qual tem contribuído de forma significativa o elevado número acumulado de reformados por antecipação.

No final de 2012, o ML integrava 1.449 inativos, dos quais 1.202 na situação de reformados, 244 em regime de pensionistas e 3 em situação de pré-reforma.

Evolução do pessoal inativo e responsabilidade social

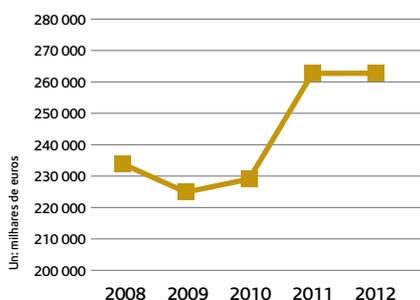
		2008	2009	2010	2011	2012	Var. 2012/11	
							Abs.	%
Pessoal ativo	peçoas	1 569	1 636	1 672	1 590	1 525	-65	-4,1
Pessoal inativo	peçoas	1 343	1 345	1 361	1 409	1 449	40	2,8
Pré-reformados	peçoas	8	0	0	5	3	-2	-40,0
Reformados	peçoas	1 133	1 135	1 132	1 176	1 202	26	2,2
Pensionistas	peçoas	202	210	229	228	244	16	7,0
<u>Pessoal ativo</u> <u>Pessoal inativo</u>	peçoas	1,17	1,22	1,23	1,13	1,05	-0,08	-6,7
V.A.R.S.P.	10 ³ €	233 920	224 882	229 032	262 695	262 739	44	0,02
<u>V.A.R.S.P.</u> <u>Pessoal total</u>	10 ³ €	80,330	75,438	75,513	87,594	88,345	0,751	0,9

⁶ Para o cálculo do custo fator trabalho é utilizado o valor dos "Gastos com o pessoal" (conta 63 do SNC) retirando os complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e indemnizações por despedimento.

Naturalmente, o esforço de contenção do efetivo tem acarretado uma inevitável pressão sobre os rácios "Pessoal ativo/Pessoal inativo" e "Valor atuarial das responsabilidades e serviços passados (V.A.R.S.P.)/Pessoal total".

O V.A.R.S.P. foi, no final de 2012, de 262.739 milhares de euros (+0,02% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. per capita do pessoal 88,4 milhares de euros, quando em 2011 era de 87,6 milhares de euros.

Valor atual das responsabilidades com serviços passados



O crescimento destas responsabilidades será um dos fatores que a médio/longo prazo mais ameaçará a sustentabilidade da empresa e cuja resolução, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros, não se afigura viável sem o apoio do acionista.

1.3.6. Sinistralidade laboral

Em 2012 houve uma redução do número total de acidentes registados nas atividades de exploração e manutenção, embora o número de dias perdidos tenha sofrido um acréscimo face a 2011, tendo-se registado um aumento do número médio de dias perdidos por acidente de 65,3 para 72,5 dias.

Acidentabilidade laboral no ML

Acidentabilidade laboral		2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Acidentes	n.º	112	101	85	97	89	-8,2
Dias perdidos	n.º	4 900	6 560	6 545	6 335	6 453	1,9
Índice de duração	dias	43,8	65,0	77,0	65,3	72,5	11,0
Índice de incidência	10 ³	62,58	55,25	46,65	50,45	46,97	-6,9
Índice de frequência	10 ⁶	38,52	34,47	29,80	31,65	28,97	-8,5
Índice de gravidade	10 ³	1,93	2,54	2,50	2,42	2,61	7,9

No ano em análise e relativamente aos empreendimentos em que o ML é o dono da obra, não houve registo de qualquer acidente. Verificou-se, no entanto, um grande decréscimo, quer do número médio de trabalhadores em obra, quer do número de homem/horas trabalhadas que registou variações de -84,5% e -88,3%, respetivamente, relativamente ao ano anterior.

Sinistralidade nos empreendimentos do ML

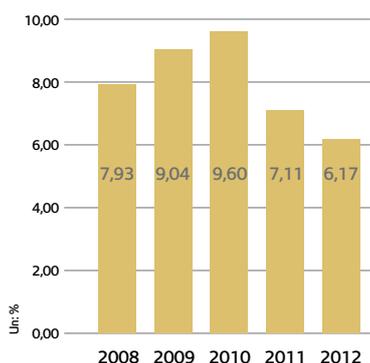
Sinistralidade nos empreendimentos ML		2008	2009	2010	2011	2012
Acidentes	n.º	50	33	16	26	0
Dias perdidos	n.º	1 071	1 057	8 259	380	0
Índice de duração	dias	21,4	32,0	516,2	14,6	0,0
Índice de incidência	10 ³	3,97	2,15	1,88	4,86	0,00
Índice de frequência	10 ⁶	20,42	11,81	10,20	24,60	0,00
Índice de gravidade	10 ³	437,38	378,18	5 267,37	359,51	0,00

Em novembro de 2012 foi nomeada uma nova Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, em cumprimento do disposto quer na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, quer das normas convencionais sobre a matéria, onde se previa a existência da referida comissão de composição paritária, constituída por sete representantes da empresa e sete representantes dos trabalhadores. Esta comissão tem como objetivo a prossecução da melhoria das condições de segurança e saúde dos trabalhadores do ML.

1.3.7. Absentismo

Em 2011 iniciou-se a inflexão do agravamento da taxa de absentismo que se vinha registando desde 2008, conforme se pode constatar no gráfico seguinte. O decréscimo de 3,43 p.p., face a 2010, resulta dos efeitos da implementação do projeto “Menos absentismo – Mais produtividade” na empresa. As medidas deste projeto, que se iniciou em 2010, começaram a ter resultados positivos no ano de 2011 e mantiveram-se em 2012.

Evolução da taxa de absentismo



Este projeto, definido para o triénio 2011-2013, tem como objetivo a diminuição do absentismo e o aumento da produtividade e o bem-estar no trabalho.

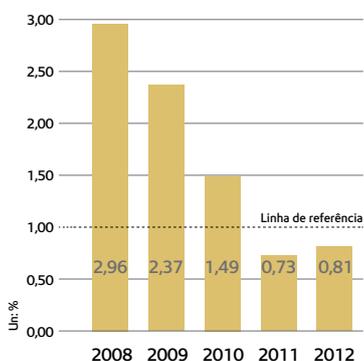
Assim, neste ano de 2012, e seguindo o planeamento deste projeto, foi concluída a fase de diagnóstico da situação do absentismo na empresa, foi gizado o plano de intervenção e foram concretizadas as medidas de atuação consideradas prioritárias, com especial destaque para a realização de *workshops* com as chefias diretas das áreas operacionais e para as entrevistas individuais de monitorização, dirigidas a colaboradores com absentismo superior a 8%.

No desenvolvimento do projeto realizou-se uma forte campanha de comunicação da qual é de destacar o envio de uma carta de *feedback* do absentismo a todos os colaboradores, bem como a disponibilização de *newsletters* no portal da empresa com a informação do acompanhamento do Projeto e a inserção de notícias na revista da empresa, “Metro com Vida”, o que potenciou o efeito positivo deste projeto.

1.3.8. Trabalho suplementar

Ao nível do trabalho suplementar, atendendo aos limites legais fixados e à política contínua de contenção do mesmo, foi possível manter em 2012 valores inferiores a 1% na taxa de trabalho suplementar, registando-se, no entanto, um aumento nas horas suplementares, totalizando mais 624 horas de trabalho em 2012, conforme se pode verificar pelo quadro seguinte:

Evolução da taxa de trabalho suplementar



1.3.9. Formação

Decorrente do plano estratégico da empresa, foi aprovado pelo Conselho de Administração o plano de formação para o triénio 2011-2013, no qual são de destacar as seguintes iniciativas:

- Ações de formação na vertente comportamental, sobre “Liderança e gestão da mudança” e “Absentismo”;
- Ação de formação pedagógica inicial de formadores que, pela primeira vez, se realizou internamente;
- Ações de formação na área da Qualidade e Ambiente (vertente ambiental e de gestão de resíduos).

As ações sobre “Liderança e gestão da mudança” e “Comunicação, Dar e Receber Feedback & Responsabilização”, iniciadas em 2011, assumiram um particular relevo neste ano.

O projeto de desenvolvimento em gestão e comunicação envolveu todas as hierarquias da empresa, desde o Conselho de Administração às chefias diretas, procurando a concertação nos estilos e modos de liderança e de comunicação. O objetivo proposto, complementando o projeto de alinhamento organizacional já realizado, foi atingido, representando, em 2012, um total de 2.104 horas de formação.

Formação

Formação		2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Ações	n.º	199	220	240	167	148	-11,4%
Participantes	n.º	957	1 300	1 088	1 726	820	-52,5%
Horas	n.º	24 192	40 407	10 993	11 714	7 464	-36,3%
Custos	10 ³ €	230	303	127	53	74	39,4%
Horas por efetivo médio	horas/pessoa	15,45	25,08	6,57	7,08	4,85	-31,5%

1.4. Recursos materiais e tecnológicos

Os recursos organizacionais que serão abordados neste capítulo referem-se aos meios técnicos da empresa necessários à produção e à gestão da empresa, nomeadamente:

- Material circulante e infraestruturas;
- Sistemas e tecnologias de informação.

1.4.1. Material circulante e infraestrutura

A direção operacional de Gestão da Manutenção (GM) assegura os processos de manutenção do material circulante e das infraestruturas. A sua atividade caracteriza-se por garantir intervenções de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e pela atualização dos planos de manutenção e dos procedimentos de trabalho a ele associados e pela racionalização dos recursos que utiliza.

O parque de material circulante da empresa, mantém-se inalterado desde 2003, sendo composto por 338 carruagens, das quais 225 são motoras e 113 são reboques, situando-se a idade média das carruagens no final do ano em 13,3 anos.

No âmbito das atividades de manutenção desenvolvidas em 2012 são de destacar as seguintes ações:

- Análise de forma sistemática das falhas ocorridas no material circulante e nos sistemas e equipamentos da rede metro, identificando, elaborando e operacionalizando, quando necessário, propostas de auditorias técnicas e ações de melhoria;
- Continuação dos programas de análise de manutenção, nomeadamente o RCM – *Reliability Centered Maintenance* e RCFA – *Root Cause Failure Analysis*, tendo sido identificadas como metodologias necessárias para assegurar os planos de manutenção do Material Circulante e dos Sistemas e Equipamentos da Rede Metro;
- Continuação da colaboração na realização de auditorias energéticas aos sistemas de iluminação com o objetivo de obter poupanças de energia;
- Representação do ML no projeto europeu OSIRIS, com vista à implementação de medidas de poupança de energia;
- Continuação do acompanhamento da ação de melhoria relativa à implementação de uma alteração no circuito das portas de passageiros dos comboios, com o objetivo de impedir a sua abertura indevida provocada pela energização acidental da linha de abertura de portas, com velocidade menor que 2 km/h e desativar o sinalizador lateral exterior;
- Continuação do processo de implementação de uma alteração no funcionamento das portas de passageiros, no material circulante ML 95, ML 97 e ML 99, no sentido de aumentar a sua fiabilidade;
- Adoção de medidas preventivas para manutenção das normais condições de segurança do material circulante de exploração devido à identificação de um problema mecânico nos suportes do freio eletromagnético;
- Implementação de medidas de melhoria no automatismo de bombagem no sistema SSIT, de modo a reduzir a probabilidade da ocorrência do enchimento dos poços de bombagem e, desta forma, evitar uma perturbação do serviço de exploração;
- Implementação de medidas de melhoria com o objetivo de retirar do sistema SSIT os alarmes relativos ao sistema de encravamento entre os 750V e a Coluna Seca;

- Configuração de detetores de incêndio no sistema SADI, de modo a reduzir o número de avarias por sujidade dos detetores de incêndio nas estações Saldanha I, Saldanha II, S. Sebastião I e S. Sebastião II;
- Conclusão da auditoria aos elevadores das estações e elaboração do respetivo relatório com propostas para eliminar as infiltrações de água existentes e conseqüentemente aumentar a sua disponibilidade;
- Introdução/atualização dos planos de manutenção das infraestruturas no sistema SAP-PM;
- Desenvolvimento de relatório de indicadores de disponibilidade e do tempo médio entre falhas para os sistemas e subsistemas de infraestruturas;
- Implementação, no sistema SAP-PM, de árvore lógica de locais de instalação para toda a rede ML, incluindo os PMO, os edifícios, os ramais e a rede do metro.

Em 2012 verificou-se uma evolução desfavorável dos principais indicadores da manutenção do material circulante, em resultado da falha técnica identificada no sistema de radiocomunicações, embora não se tenha verificado uma degradação efetiva do serviço de exploração. Ao nível das infraestruturas verificou-se uma estabilização na disponibilidade dos sistemas das infraestruturas considerados e uma melhoria ao nível da fiabilidade, medida através do tempo médio entre falhas.

Os quadros seguintes ilustram a evolução da disponibilidade do material circulante e da infraestrutura:

Disponibilidade do material circulante

Manutenção do material circulante		2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Disponibilidade do material circulante	%	85,48	88,22	92,07	86,50	-5,57
MKBF - Quilometragem média entre falhas	km	12 982	13 932	14 373	12 639	-12,06

Disponibilidade da infraestrutura ⁷

Manutenção da infraestrutura		2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Disponibilidade da infraestrutura *	%	n.d.	n.d.	99,90	99,80	-0,10
MTBF - Tempo médio entre falhas *	horas	n.d.	n.d.	319,35	329,40	3,15

* Dados disponibilizados a partir de 01 de abril de 2011.

1.4.2. Sistemas e tecnologias de informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no ML, ao longo de 2012 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

Ao nível da implementação de melhorias funcionais em diversos sistemas do ML, destacam-se as seguintes ações:

- No Portal: desenvolvimento de funcionalidade para acesso ao recibo de vencimento em qualquer PC e inscrição e gestão de visitas às obras;
- Site ML: criação de *banners*, passatempos e mini-sites;
- Melhorias nas funcionalidades do sistema SAP R/3: implementação de uma solução de suporte ao Sistema de Gestão de não conformidade e ações de melhoria; implementação de uma solução de Gestão de Riscos; implementação de um mecanismo de devolução automática de faturas; implementação de Gestão de Galp Frota; atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado;
- Melhorias nas funcionalidades do sistema SAP BW: desenvolvimento de um novo indicador para as notas de infraestruturas.

Na implementação de projetos:

- Implementação da integração do sistema "Plago" com os sistemas de informação do ML;
- Implementação do projeto "Reestruturação do Site ML";
- Início da implementação do projeto "Reestruturação do Portal ML";
- Implementação do projeto "Circular DGO 1368" (1ª fase);
- Renovação da prestação de comunicações móveis para o ML;
- Renovação das infraestruturas centrais que suportam os sistemas de *messaging*, telepointo e SAP.

⁷ Foram considerados apenas os sistemas de Sinalização, Energia e Via Férrea por terem impacto na exploração.

Estudo/análise para a implementação de projetos:

- Realização de um estudo para a implementação de uma nova plataforma de *backups* centralizado, que permita a salvaguarda de toda a informação produzida no seio das diversas plataformas aplicacionais que se encontram sob a responsabilidade da área de Sistemas e Tecnologias de Informação. Este estudo foi potenciado pelo facto do *hardware* existente atualmente estar obsoleto e de durante o ano de 2013, existir um conjunto de componentes que deixarão de ter suporte por parte do fabricante;
- Realização de um estudo tendente a perspetivar a adoção de uma plataforma de virtualização que permita alojar uma parte significativa dos sistemas de informação do ML, o que conduzirá a uma redução significativa de custos de manutenção de *hardware*, de consumo de energia e, simultaneamente, tornará mais ágil o processo de implementação de novas plataformas aplicacionais.

1.5. Expansão e modernização da rede

No dia 17 de julho foi inaugurada a extensão da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto. Esta expansão da rede consubstanciou-se na construção de 3,3 km de extensão e três novas estações (Moscavide, Encarnação e Aeroporto), originando um acréscimo do comprimento de exploração desta linha de 3,6 km devido à diferença dos comprimentos dos terminos das estações Oriente (507 metros) e Aeroporto (302 metros). Com este prolongamento o ML passou a servir o Aeroporto Internacional de Lisboa, bem como a ligação deste à Gare do Oriente, a mais importante interface rodoferroviária da cidade de Lisboa. Através do metropolitano ficaram conectados os modos aéreo, ferroviário (rede nacional e internacional) e rodoviário (percursos urbanos e interurbanos).

Rede atual e futura

Linhas	Rede atual			Em execução		Rede futura		
	N.º estações	km de rede	Prolongamentos	N.º estações	km de rede	Entrada em exploração	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0	-	-	-	-	13	11,0
Azul	17	12,8	Amadora Este / Reboleira	1	0,9	Sem previsão (*)	18	13,7
Verde	13	8,9	-	-	-	-	13	8,9
Vermelha	12	10,5	-	-	-	-	12	10,5
Rede atual	55	43,2		1	0,9	Rede futura	56	44,2

(*) A obra encontra-se suspensa devido a restrições financeiras.

1.5.1. Trabalhos desenvolvidos em 2012

- Prolongamento da linha Azul – Amadora Este / Reboleira

O prolongamento da linha de metro à Reboleira reveste-se de especial importância, enquanto promotor da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), permitindo criar uma nova interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML.

Estima-se que esta estação venha a servir cerca de 4 milhões de passageiros por ano, que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML.

Em 2012 iniciaram-se os trabalhos de consolidação e reabilitação do talude adjacente ao Casal Falcão e encontram-se em curso a execução/consolidação do projeto do posto de transformação definitivo da EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário) e as alterações da rede elétrica de baixa e média tensão, que foi adjudicado em 16 de julho de 2012.

O processo de concurso para a adjudicação destes trabalhos começará a ser elaborado logo após a consolidação de todos os projetos de arquitetura e especialidades, que envolverão apenas um único concurso, com a exceção da sinalização ferroviária pela sua componente especializada.

Devido a restrições financeiras esta obra foi, entretanto, suspensa.

- Interface do Terreiro do Paço⁸

Foi feita a preparação das adaptações ao projeto inicial de forma a realizar somente os trabalhos necessários à conclusão do Pontão 3 e a consequente supressão dos restantes trabalhos contratualizados para a conclusão da empreitada. Este cenário implica as indemnizações legais a contratualizar com o adjudicatário e que já estão em fase de apuramento final.

- Prolongamento da linha Vermelha – Oriente / Aeroporto

Foram efetuadas as receções provisórias dos diversos contratos no âmbito das seguintes especialidades: instalações especiais, telecomunicações, energia, eletromecânica, sinalética, mobiliário, sinalização ferroviária, assim como da empreitada n.º 685/09-ML – “Execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto”.

⁸ Em execução pelo ML por conta da Transtejo.

Em 2012 ficou também concluída a ligação com a empresa ANA Aeroportos, através de uma galeria comum que conduz os passageiros do metro ao local de chegadas/partidas do Aeroporto. Contudo, mantém-se pendente a ligação do elevador exterior, cuja utilização somente será possível após a conclusão das obras de arranjos exteriores da empresa ANA Aeroportos.

Permanece em fase de conclusão a empreitada referente à requalificação dos espaços exteriores da linha Vermelha entre o Oriente e a Alameda da Encarnação, que envolve as Câmaras Municipais de Loures e de Lisboa.

• **Prolongamento da linha Vermelha – Alameda II / S. Sebastião II**

Está em preparação o processo de concurso de substituição do coletor unitário e a conduta da EPAL na Rua Marquês da Fronteira e a reposição da superfície e adaptação viária na zona do acesso ao El Corte Inglés.

• **Remodelação das estações da linha Verde**

No decurso de 2012, relativamente à empreitada de “Ampliação e remodelação da estação Areeiro”, consignada em agosto de 2009, decorreram os trabalhos de execução dos acabamentos e instalações especiais do novo átrio sul da estação, tendo sido iniciados os trabalhos preparatórios à intervenção no átrio norte, atualmente em serviço.

No âmbito das restantes estações da linha Verde – Arroios, Anjos e Intendente –, continuam a ser desenvolvidos os respetivos projetos de ampliação/remodelação, fundamentais para que a exploração da linha Verde se possa vir a realizar com comboios com seis carruagens, e não com quatro, como é atualmente. A intervenção na estação Arroios é estratégica, de forma a permitir a operação com seis carruagens no mais curto prazo de tempo, dado que os cais das restantes estações já têm a dimensão necessária, carecendo apenas da sua remodelação.

• **Plano de promoção de acessibilidade**

A empreitada relativa à adaptação das estações Colégio Militar e Baixa-Chiado a pessoas de mobilidade reduzida, consignada em fevereiro de 2011, ainda não está concluída, estando em preparação as peças do procedimento para a execução dos arranjos exteriores na envolvente à estação Colégio Militar.

No que concerne ao procedimento de aquisição dos equipamentos mecânicos, consignado também em 2011, foi instalada na estação Baixa-Chiado uma plataforma elevatória de escada, cujos trabalhos de correção se encontram em curso.

Desenvolveram-se igualmente trabalhos das especialidades de engenharia do ML, nomeadamente sinalética, mobiliário, postos de ajuda e sistema de videovigilância, em ambas as estações.

1.5.2. Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental

No que diz respeito aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental, deu-se continuidade aos já existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento no ML, conforme se explicita seguidamente.

Assim, em 2012 esteve em curso a fase de pós-avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de avaliação de impacte ambiental), com o envio, para a Agência Portuguesa do Ambiente, dos relatórios de acompanhamento ambiental e dos relatórios de monitorização ambiental referentes aos seguintes projetos:

- Prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda e S. Sebastião;
- Prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto;
- Prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira.

No respeitante à fase de construção dos novos projetos, procedeu-se ao acompanhamento ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos estudos de impacte ambiental e/ou exigidas pelas respetivas declarações de impacte ambiental, para os casos dos projetos com avaliação de impacte ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos cadernos de encargos dessas empreitadas.

Neste âmbito, em 2012, esteve em curso o acompanhamento ambiental das seguintes empreitadas:

Linha Azul

- Empreitada n.º 684/09-ML – “Execução de intervenções para garantia de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida – toscos, acabamentos, baixa tensão e telecomunicações, AVAC e bombagem – às estações Colégio Militar e Baixa-Chiado, da linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.”.
- Empreitada n.º 669/07-ML – “Reabilitação do talude adjacente ao Casal Falcão no prolongamento Pontinha/Amadora Este, da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.”.

Linha Verde

Remodelação das estações

- Empreitada n.º 657/05-ML – “Ampliação/remodelação (toscos/acabamentos, baixa tensão e telecomunicações) da estação Areeiro, da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.”.
- Contrato n.º 115/10-ML – “Fornecimento e montagem da ventilação principal, bombagem e AVAC da estação Areeiro, da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (início da empreitada).

Linha Vermelha

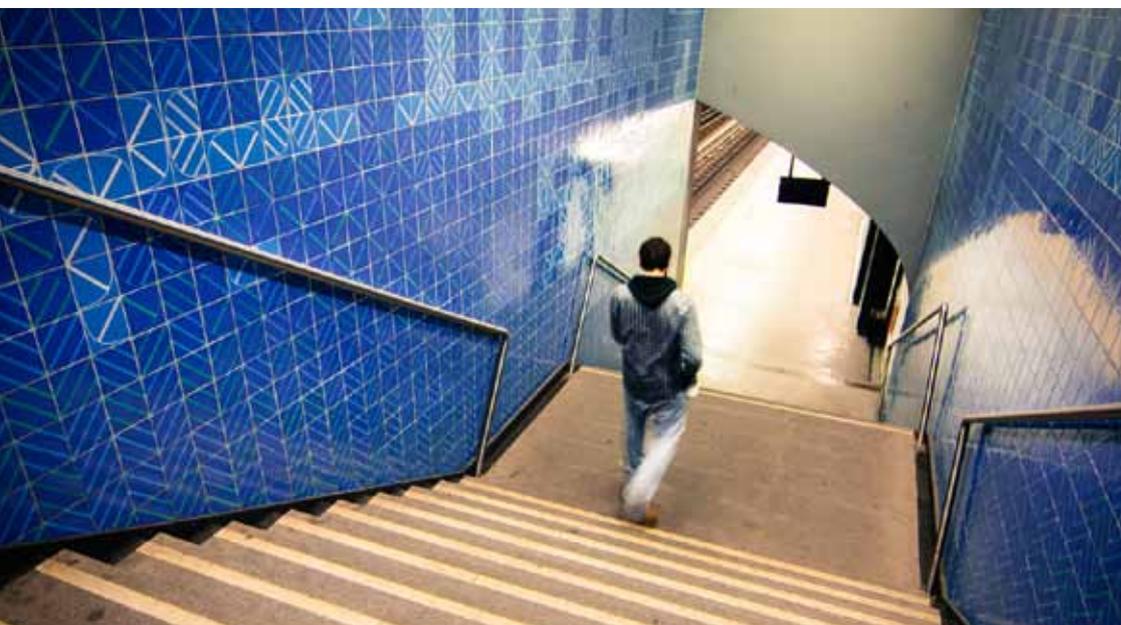
Prolongamento Oriente/Aeroporto

- Empreitada n.º 685/09-ML – “Execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (fecho da empreitada).
- Empreitada n.º 690/2011-ML – “Intervenções na envolvente à estação Aeroporto da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (início e fecho da empreitada).
- Contrato n.º 22/2012 relativo a “Empreitada de execução da requalificação dos espaços exteriores da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.”.
- Contrato n.º 29/2012 relativo a “Fornecimento e instalação de escadas mecânicas cais/átrio inferior na estação Aeroporto, da linha Vermelha, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (fecho da empreitada).

Outros projetos

- Empreitada n.º 663/06-ML – “Execução dos toscos, acabamentos, baixa tensão, telecomunicações e AVAC do novo terminal fluvial, na interface do Terreiro do Paço” (fecho da 1ª fase da empreitada).

Estação Roma



1.5.3. Investimentos

Despesa de investimento

Un: €

	FBCF Formação Bruta de Capital Fixo	ICT Investimento a Custos Técnicos	DI Despesa de Investimento
A - ILD	20 298 572	24 589 991	30 219 292
Em curso	15 043 087	15 043 087	20 127 903
Extensão Oriente / Aeroporto	12 338 970	12 338 970	15 224 206
Extensão Amadora Este / Reboleira	284 861	284 861	2 484 441
Investimento em curso	2 419 256	2 419 256	2 419 256
Novos	30 198	30 198	31 799
Extensão S. Sebastião / Campolide	30 198	30 198	31 799
Outros	5 225 287	5 225 287	5 768 170
Extensão Alameda / S. Sebastião	470 806	470 806	470 806
Interface do Terreiro do Paço	15 976	15 976	15 976
Interface do Cais do Sodré	(4 370)	(4 370)	(4 370)
Extensão Baixa-Chiado / Santa Apolónia	9 843	9 843	9 843
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	167 155	167 155	193 146
Remodelação da linha Azul	860 948	860 948	861 212
Remodelação da linha Amarela	1 452 808	1 452 808	1 452 818
Remodelação da linha Verde	1 924 886	1 924 886	2 397 440
Remodelação da linha Vermelha	3 378	3 378	3 378
Remodelação da Rede - Outros	323 857	323 857	367 920
Autoinvestimento	0	4 291 419	4 291 419
B - ML	724 970	724 970	766 399
Parques de material e oficinas	0	0	414
Equipamentos e outros	482 105	482 105	522 974
Investimentos correntes	242 865	242 865	243 012
Investimento total	21 023 542	25 314 961	30 985 691

Evolução do investimento

Un: €

Investimento	2010	2011	2012	Var. %
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	85 965 944	50 491 673	21 023 542	-58,36
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	89 136 494	54 945 231	25 314 961	-53,93
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	92 897 038	58 694 927	30 985 691	-47,21

1.6. Relações internacionais

O relacionamento internacional do ML, quer através de contactos directos com empresas congéneres, quer inserido em organizações internacionais, assumiu importância relevante no seu desempenho, reconhecendo-se como desejável estimular uma participação ativa e responsável.

Nesse sentido, 2012 foi um ano profícuo em termos de promoção e coordenação das Relações Internacionais, permitindo cumprir o essencial dos objetivos estratégicos neste domínio e, simultaneamente, garantir o estrito controlo dos custos inerentes à representação externa da empresa, com uma rigorosa observância das diretrizes em vigor, resultando na realização de dezassete missões internacionais, em acentuado decréscimo relativamente às realizadas nos anos anteriores: 21 em 2011, 34 em 2010 e 54 em 2009.

No âmbito da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

O ML participou em oito reuniões de comissões temáticas e subcomités especializados da Divisão de Metros e assegurou a representação nacional do setor no Comité União Europeia que, em fevereiro, promoveu um jantar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, onde se reuniram os membros do Comité UE com o Presidente da Comissão dos Transportes e Turismo e vários parlamentares europeus, para debater as políticas europeias do transporte público.

Destaque, ainda, para a presença da empresa na cerimónia de despedida do ex-Secretário-Geral da UITP, Hans Rat e a participação no “Local Rail Summit”, em Varsóvia, evento que juntou pela primeira vez os três modos ferroviários – metro, metro ligeiro de superfície e comboios suburbanos, tendo o ML sido convidado a apresentar a sua experiência de mais de meio século de operação.

A empresa organizou com sucesso a 48ª reunião do Subcomité de Instalações Elétricas e Sistemas de Segurança, que reuniu em Lisboa especialistas de 16 metros europeus, asiáticos e norte-americanos.

Na ALAMYS – Associação Latino-Americana de Metropolitanos:

A participação na 17ª Reunião Intermédia dos Comitês Técnicos (Bilbau) contou com uma delegação reduzida, integrada pelos diretores de Planeamento e de Marketing, que apresentaram comunicações sobre os Indicadores Financeiros e Fontes de Financiamento, por um lado e, também, sobre a estratégia da empresa no domínio das receitas complementares.

Em novembro, o ML esteve representado pelo Presidente do Conselho de Administração na XXVI Assembleia Geral da ALAMYS, realizada em Granada, acompanhado pelo responsável das Relações Internacionais e, também, pelo Administrador-delegado da Ferconsult, empresa membro aderente da associação. Esta participação culminou na eleição do Presidente do Conselho de Administração para o Comité de Direção da ALAMYS, facto relevante na medida em que o ML é o único operador português com participação regular neste fórum.

No Grupo NOVA – Benchmarking de Metros⁹:

Por motivos de contenção de custos, o ML esteve apenas presente numa das reuniões do Grupo NOVA de Benchmarking de Metros, realizada em Newcastle e em Londres. Apesar disso, a empresa manteve o empenho e a participação ativa nos trabalhos deste grupo, nomeadamente garantindo o fornecimento dos Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e tendo participado nos três Estudos de Caso selecionados para 2012.

Em novembro, numa iniciativa conjunta ML/CARRIS, tiveram lugar duas importantes sessões em torno do processo de *benchmarking*: a primeira realizou-se no Auditório do Alto dos Moinhos, com apresentação e análise dos principais Indicadores de Desempenho de cada uma das empresas e a segunda no Auditório de Miraflores, em que foi possível contar com a participação de Richard Anderson e Mark Trompet, do Imperial College of London, coordenadores dos grupos de Benchmarking de Metros (NOVA/CoMET) e de Autocarros (IBBG), que se deslocaram a Lisboa sem quaisquer encargos, quer para o ML, quer para a CARRIS.

No CEEP Portugal – Centro Europeu dos Serviços de Interesse Geral:

O ML é membro fundador do CEEP Portugal, secção nacional do Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral, estando representado na Assembleia Geral, na Comissão Coordenadora (Transportes) e nos Grupos de Trabalho “Energia”, “Gestão dos Assuntos Sociais” e na Task Force de Juristas da área dos Recursos Humanos. Num ano de intensa atividade do CEEP Portugal, marcámos presença em quinze reuniões dos Grupos de Trabalho e da Comissão Coordenadora, além de estarmos representados nas reuniões de Assembleia Geral. Destaca-se, ainda, o convite para o responsável pelas RI representar a secção portuguesa na Conferência “Change in Public Services: Fora for the Improvement of Expertise in Restructuring”, realizada em Bruxelas e integralmente financiada pela Comissão Europeia, que teve por objetivo promover a troca de informação e de boas práticas entre os prestadores de serviços públicos e as respetivas associações setoriais.

9

O Grupo NOVA é um programa de avaliação comparativa ferroviária internacional de que fazem parte metros de 14 cidades.

No âmbito dos projetos internacionais destacam-se os seguintes:

Atento às oportunidades de participação em projetos internacionais suscetíveis de incorporar mais-valias à sua atividade, o ML aceitou o convite para integrar duas novas iniciativas, ambas sob a égide da UITP e subsidiadas pela Comissão Europeia, designadamente:

- SECUR-ED: um projeto que visa proporcionar aos operadores de metrópoles europeias os meios para aumentarem a segurança do transporte urbano. O ML, representado pelo seu Diretor de Segurança, integra o grupo consultivo “Advisory Group Public Transport and Authorities” que permite o acesso aos resultados e à documentação produzida no âmbito do projeto. Em 2012, o ML participou em duas reuniões (Bruxelas e Munique);
- OSIRIS: uma iniciativa que visa desenvolver uma metodologia inovadora para otimizar o consumo energético em sistemas ferroviários urbanos. O ML faz parte do “Support and User Group” que permitirá aceder aos resultados finais do projeto. A empresa está representada por um quadro da Direção de Gestão da Manutenção, que participou na reunião inaugural do projeto (Bruxelas).

Nos restantes projetos, verificou-se apenas a participação na reunião de Paris do **Working Group (WG40)**, grupo encarregado de integrar os resultados das iniciativas UGTMS¹⁰ e MODURBAN¹¹, que se destinaram a promover a compatibilização de sistemas de sinalização na ferrovia europeia.

De assinalar, também, a conclusão em dezembro do projeto **MODSAFE**, cofinanciado pela União Europeia, que visou a definição dos requisitos de segurança do transporte urbano ferroviário, para aplicação nas redes de metro.

Em relação às visitas de congéneres e personalidades internacionais destacam-se as seguintes:

Em 2012, a empresa acolheu visitas de delegações estrangeiras oriundas do Reino Unido (Londres), Bélgica (Bruxelas), Roménia (Bucareste), Brasil (São Paulo), Espanha (Barcelona e Catalunha), China (Pequim, Guangzhou e Macau), Suíça (Lausanne) e Argélia (Argel), tendo sido registados diversos testemunhos de apreço sobre as capacidades do Metro e a forma como foram recebidos.

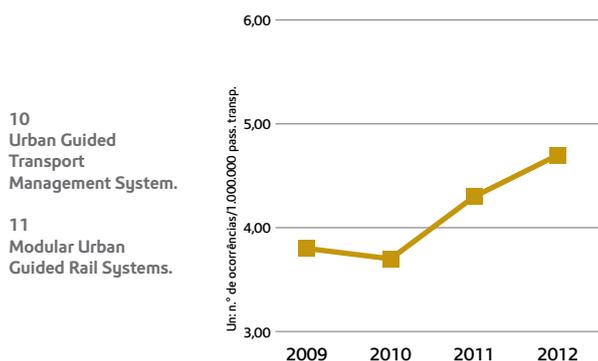
1.7. Qualidade do serviço

1.7.1 Segurança

Para o ano 2012 verificou-se em termos genéricos um decréscimo do número de incidentes registados na rede do ML.

Por outro lado, analisando o rácio “número de ocorrências com passageiros por um milhão de passageiros transportados”, o ano de 2012 terminou com um registo de 4,7 incidentes por milhão de passageiros, i.e. +9,4% face ao ano anterior. O incremento deste rácio é suportado na sua essência pela redução registada do número de passageiros transportados.

N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados



O maior índice de gravidade dos incidentes é registado nas estações de correspondência, o que se justifica por serem as que têm maior movimento de passageiros, e serem localizadas em zonas de maior conflitualidade social.

É também notório, que apesar das campanhas de sensibilização da empresa com o objetivo dos passageiros protegerem os seus bens, a sensação de segurança que possuem nas instalações do metro, leva-os a descuidar muitas vezes essa atenção.

1.7.2. Eficiência energética – Indicadores de consumo de energia e de emissões de CO₂

No âmbito do seu compromisso com as boas práticas de sustentabilidade, o ML deu continuidade às iniciativas que visam reduzir os consumos energéticos, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos e contribuindo, desta forma, para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa.

Apesar de ser um modo de transporte que apresenta um elevado desempenho a nível energético nos seus consumos específicos e, em consequência, na redução da emissão de gases de efeitos de estufa, a empresa considerou relevante, ter em consideração os aumentos consideráveis dos custos da energia elétrica, fixando metas de eficiência, com o objetivo de racionalizar os consumos de energia elétrica por passageiro transportado e consequentemente os respetivos custos.

Apesar do projeto “eficiência energética” se ter iniciado em 2011, pretende-se que o seu desenvolvimento seja contínuo, continuando a identificar e a implementar medidas de redução e de racionalização dos consumos energéticos, promovendo, assim, uma melhor proteção ambiental e melhor qualidade do serviço de transporte.

Este projeto insere-se nas diretrizes do Governo Português no respeitante a esta temática, que estabelece uma meta específica para o sector do Estado de redução de 30% do consumo energético até 2020. Para prossecução deste objetivo, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 67/2012, de 9 de agosto, veio dar sequência ao Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP), sendo um instrumento para a execução do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE).

Neste contexto, no ano de 2012, deu-se continuidade à implementação de medidas de carácter comportamental, para divulgação das melhores práticas. Foram realizadas auditorias energéticas aos sistemas e instalações, por forma a avaliar o potencial de poupança. Após as auditorias energéticas, foram implementadas Medidas de Racionalização dos Consumos de Energia (MRCE), tendo apenas como investimento as horas de trabalho dos técnicos do ML.

Neste âmbito, de um total das 55 estações existentes, foram efetuadas auditorias energéticas a dezassete estações (foram efetuadas auditorias a 22 estações, em 2011), tendo sido analisados os sistemas de iluminação e os acessos mecânicos (escadas e tapetes mecânicos).

Em 2012, prosseguiu a implementação do projeto relativo ao regime de circulação de comboios, designado de “Marcha Económica”, que corresponde a uma redução do escalão de velocidade máxima do material circulante de 60 km/h para 45 km/h.

Foram consolidados os procedimentos relacionados com a contagem dos consumos energéticos, desagregando-os e disponibilizando-os no portal eletrónico do ML, de forma a serem conhecidos e utilizados pelas várias áreas da empresa.

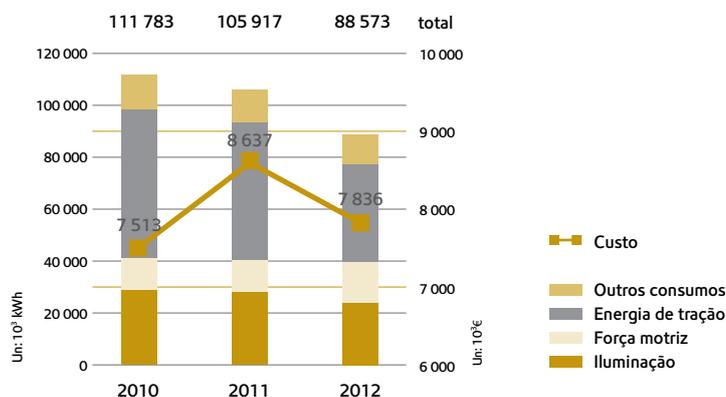
Este conhecimento do perfil de consumos da empresa permitiu a definição de metas de redução dos consumos energéticos para o ano de 2013.

No ano de 2012, foi implementada a norma NP ISO 50001 – Sistemas de Gestão de Energia, sendo sistematizados e consolidados todos os procedimentos da gestão de energia em vigor na empresa.

Um outro dado importante, resultante das medidas implementadas no âmbito do projeto da eficiência energética, é a redução de 16,4% no consumo de energia elétrica, em relação a 2011, equivalente a 17.343.443 kWh, i.e. uma poupança de 1.534.895 euros e a uma redução das emissões de 6.955 Ton CO₂.

No ano de 2012, apesar da extensão da rede em 3,6 km e a entrada em exploração de três novas estações (prolongamento Oriente/Aeroporto), verificou-se um aumento de 24,2% na força motriz e um decréscimo no consumo de energia elétrica de tração e na iluminação de 28,4% e de 14,1%, respetivamente.

Custos vs Consumos de energia



Consumos de energia

Consumo de energia		2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Iluminação	10 ³ kWh	28 688	27 786	23 860	-14,13
Força motriz	10 ³ kWh	12 507	12 566	15 612	24,24
Energia de tração	10 ³ kWh	57 103	52 983	37 939	-28,39
Outros consumos	10 ³ kWh	13 485	12 582	11 162	-11,29
Total	10³ kWh	111 783	105 917	88 573	-16,38

A variação tarifária entre 2010 e 2012, dependente da evolução do custo das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais, apresentou uma subida acentuada. Esta realidade tem vindo a refletir-se no custo médio de aquisição de energia elétrica, como se constata no quadro seguinte. Acresce-se que, simultaneamente, as tarifas de acesso às redes mais que duplicaram.

Custos de energia

Custos de energia		2010	2011	2012	Var. %		
					2011/10	2012/11	2012/10
Custo médio kWh	€	0,0672	0,0815	0,0885	21,28	8,59	31,70
Custo médio kWh (s/ tarifa acesso redes)	€	0,0549	0,0583	0,0619	6,19	6,17	12,75
Tarifa acesso redes	€	0,0122	0,0232	0,0266	90,16	14,66	118,03

Eficiência energética

Indicadores de energia		2010	2011	2011	2012	Var. %	
						2012/11	2012/10
Eficiência energética	pass. x km/kWh	7,74	8,16	8,09	8,42	4,02	8,72
Emissões de CO ₂	gCO ₂ /pass. x km	52	49	49	48	-3,87	-8,02
Consumo de energia total por carr. x km	kWh/carr. x km	4,04	4,00	4,00	4,15	3,72	2,67

Quer isto dizer que, se a tarifa de acesso às redes não tivesse sofrido qualquer aumento, obter-se-ia uma poupança de 1.273x10³ euros, mesmo depois do aumento do custo da energia. A fatura total de energia cresceu no triénio mais de 4% devido ao aumento agregado do custo da energia e, sobretudo, das taxas associadas, apesar do consumo total ter sido significativamente reduzido.

Na análise comparativa dos indicadores energéticos dos últimos três anos, verifica-se uma melhoria, pese embora o aumento da rede com a expansão da linha Vermelha ao Aeroporto e do decréscimo significativo do número de passageiros.

1.7.3. Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA)

Em 2012, e dando continuidade à prossecução de um dos “Objetivos estratégicos do ML”, continuaram os trabalhos com rumo à certificação ambiental da empresa segundo a norma NP EN ISO 14001:2004 integrando o Sistema de Gestão da Qualidade certificado em 2011.

Neste âmbito desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Aprovação e divulgação da política de qualidade e ambiente do ML, em junho.
- Formação ambiental, com a realização de 14 ações, com um total de 68 horas de formação a 121 formandos.
- Definição de um programa de gestão ambiental que incluiu, por exemplo, objetivos de redução dos consumos de água e de energia. As metas estabelecidas foram exigentes e tiveram como base a evolução dos consumos verificados em períodos anteriores; neste contexto foram criados diversos grupos de trabalho, tendo-se iniciado os grupos para as seguintes temáticas: sensibilização ambiental; formação ambiental; redução da carga poluente de efluentes líquidos; gestão de resíduos; redução do consumo de água, de efluentes e de água; e redução do consumo de energia elétrica.
- Designação do Vogal do Conselho de Administração, como Representante da Gestão para o SGQA, passando a aprovação final dos principais documentos do SGQA a ser da sua responsabilidade.
- Extinção do Conselho da Qualidade e do Conselho do Ambiente e nomeação de um Conselho da Qualidade e Ambiente (aprovado em reunião do Conselho de Administração n.º 43/2012, de 17 de outubro) com o intuito de tornar mais eficiente e dinâmica a estrutura do SGQA e o fluxo de aprovação dos respetivos documentos. Este novo Conselho passará a funcionar como um Conselho Consultivo do SGQA e tem na sua formação os diretores das três áreas operacionais (Exploração Operacional, Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas e Gestão da Manutenção) e das áreas corporativas: Contratação Pública, Estratégia e Desempenho Corporativo, Qualidade e Ambiente e Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional.
- Revisão anual do SGQA, em novembro, tendo sido feito o ponto de situação quanto ao estado do SGQA, do Programa de Gestão Ambiental de 2012 e das ações de melhoria para resolução de “não conformidades”, “observações” e “oportunidades de melhoria” detetadas na auditoria interna. Contudo, o mais relevante desta reunião foi a aprovação da nova Matriz de Processos, que foi simplificada de 22 para 15 processos.
- Realização de um simulacro no edifício social e administrativo do PMO III, onde foram testadas as situações de emergência relativas a incêndio e a incidente ambiental no rescaldo.

O ano de 2012 foi igualmente caracterizado por ter sido realizado um número elevado de auditorias com vista a detetar eventuais não conformidades do SGQA e com vista à obtenção da certificação, a saber:

- A primeira auditoria interna ao Sistema de Gestão Ambiental no ML, realizada em maio pela empresa associada Ferconsult;
- Auditoria de conformidade legal, em matéria ambiental, realizada pela SIA (Sociedade de Inovação Ambiental, S.A.) em 5 e 6 de junho;
- 1ª fase da auditoria de certificação ao Sistema de Gestão Ambiental do ML, de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2004, pela SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação, em 2 de julho;
- Auditoria interna ao Sistema de Gestão da Qualidade, realizada pela bolsa de auditores internos do ML, em setembro e outubro;
- Auditoria simultânea de 2ª fase de certificação do Sistema de Gestão Ambiental do ML pela norma NP EN ISO 14001:2004 e de acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2008, de 6 a 12 de dezembro pela SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação.

1.7.4. Auditorias internas

Ao longo do ano 2012 foi realizado um conjunto de auditorias internas, a saber:

- Gestão de armazéns sob a responsabilidade da GM;
- Processo de comunicação escrita de ocorrências de exploração;
- Acompanhamento da execução das recomendações de auditorias já realizadas;
- Gestão da frota automóvel;
- Gestão do seguro de saúde;
- Subprocesso de gestão de seguros (incêndio, responsabilidade civil e multirriscos).

Foi ainda feito o acompanhamento da auditoria do Tribunal de Contas às empreitadas n.ºs 676/08-ML (Reabilitação estrutural da galeria do troço Jardim Zoológico/Praça de Espanha) e 644/04-ML (Execução dos toscos entre as estações Oriente e Aeroporto).

1.7.5. Gestão do Risco

Sempre esteve bem arreigada na cultura do ML a questão do risco de exploração – a sua minimização ou, tanto quanto possível, a sua eliminação – por outras palavras, o valor da segurança de pessoas e bens. Apesar disso, não existia ainda no ML uma abordagem global e estruturada conducente a um modelo formal de gestão do risco, que transmitisse uma perceção clara dos diferentes fatores de risco – internos e externos – a que a empresa estava sujeita (identificando-os em primeiro lugar), que os hierarquizasse de acordo com critérios relevantes, e que para cada um deles definisse medidas e ações de controlo e de minimização de consequências.

Assim em 2012, o ML iniciou a construção de um Sistema de Gestão do Risco (SGR), tendo como base a metodologia, internacionalmente consagrada, do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) devidamente adaptada à empresa.

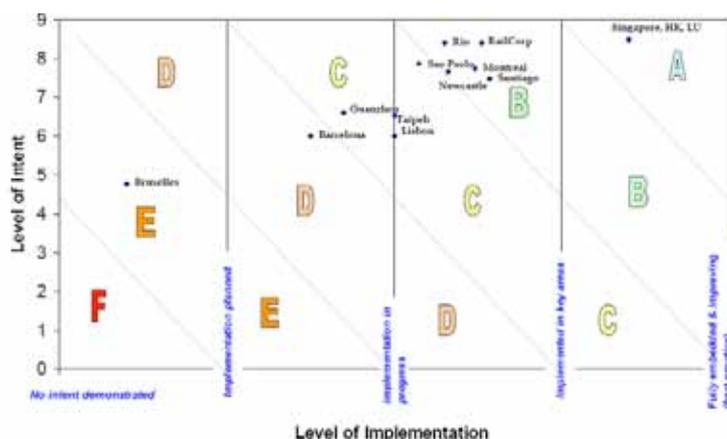
Tal como definido pelo COSO, o ML pretende que a gestão do risco seja um processo, levado a cabo pelo Conselho de Administração, gestores e outros colaboradores, utilizado na definição da estratégia e ao longo da empresa, desenhado para identificar potenciais eventos que possam afetar a entidade e para manter o risco dentro dos limites do definido como tolerável, para providenciar uma razoável segurança quanto à consecução dos objetivos.

O funcionamento anual do SGR desenvolve-se ao longo das seguintes 10 etapas:

1. Definição dos objetivos estratégicos;
2. Identificação de potenciais eventos;
3. Avaliação de riscos;
4. Priorização de riscos;
5. Respostas aos riscos e suas medidas de mitigação;
6. Metodologias de monitorização de riscos;
7. Implementação de medidas de mitigação de riscos;
8. Monitorização contínua dos riscos;
9. Avaliação da eficácia das medidas de mitigação de riscos;
10. Atualização da Matriz de Riscos.

Considerando o estudo recente de *benchmarking* sobre a gestão do risco em metros internacionais (NOVA e CoMet) – “International Benchmarking of Enterprise Risk Management Practice in Metros” (2012), em que se confirma que o ML está em processo de implementação do SGR, conforme se pode constatar pelo quadro que se segue:

Processo de implementação do SGR – Benchmarking



Fonte: NOVA e CoMet (Nov 2012), “International Benchmarking of Enterprise Risk Management Practice in Metros”.

Em 2012, deu-se início à 1ª fase do projeto “Sistema de Gestão de Risco” (SGR), tendo sido feito um levantamento exaustivo dos riscos a partir da quase totalidade dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), identificando quinze processos cujos riscos foram classificados e avaliados. No final desta fase foi desenvolvida uma aplicação em SAP para gerir uma base de dados de riscos. A 2ª fase deste projeto irá ser desenvolvida em 2013 e terá como objetivo definir as medidas de mitigação a implementar por cada risco considerado como prioritário na 1ª fase.

Dos riscos existentes para o negócio do ML são de destacar os seguintes:

• **Riscos de ações jurídicas:**

No que se refere às ações jurídicas nas quais o ML poderá vir a ter responsabilidades, apresenta-se no quadro que se segue a relação de processos ativos no final do ano 2012, com indicação dos respetivos valores das ações judiciais e do risco calculado pelos advogados, em caso de condenação do ML.

Relação de processos ativos com responsabilidades do ML, em 31 de dezembro de 2012

Objeto do processo	Quant.	Un: €	
		Valor da ação	Valor do risco
Despedimento	3	31 364	0
Expropriação	9	1 121 472	600 281
Empreitadas	5	8 592 164	3 435 146
Infração disciplinar	1	46 441	0
Laboral	9	224 497	0
Responsabilidade civil contratual	7	2 170 792	702 042
Responsabilidade civil extra contratual	16	43 448 256	12 269 178
Taxas/Impostos	4	20 673	0
Total	54	55 655 660	17 006 647

• **Riscos financeiros:**

Os riscos financeiros são essencialmente nas seguintes vertentes:

- Controlo da dívida;
- Controlo da execução financeira do investimento.

Face à evolução do mercado financeiro não foi possível a intervenção regular no mercado de capitais e no mercado de derivados.

Em dezembro de 2012, a Standard & Poors (S&P) reviu em alta o *rating* no ML, passando de CCC+ para B, com *outlook* negativo.

• **Riscos de corrupção:**

Na sequência da reestruturação da empresa procedeu-se à atualização do “Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas”, conforme previsto no art.º 19º da R.C.M. n.º 49/2007, de 28 de março.

A respeito da temática de prevenção da corrupção, destaca-se ainda a participação do ML no projeto “Gestãotransparente.org – Guia prático de gestão de riscos de corrupção nas organizações”, que contou também com o envolvimento de empresas como a CARRIS, ANA, REN, EDP, EPAL e Microsoft e a título de observadores como o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), o CPC e a Universidade do Minho. Este projeto foi apresentado em dezembro de 2012 e deu visibilidade pública, aos seus participantes, no domínio do combate à corrupção.

• **Riscos operacionais:**

Destacam-se os seguintes:

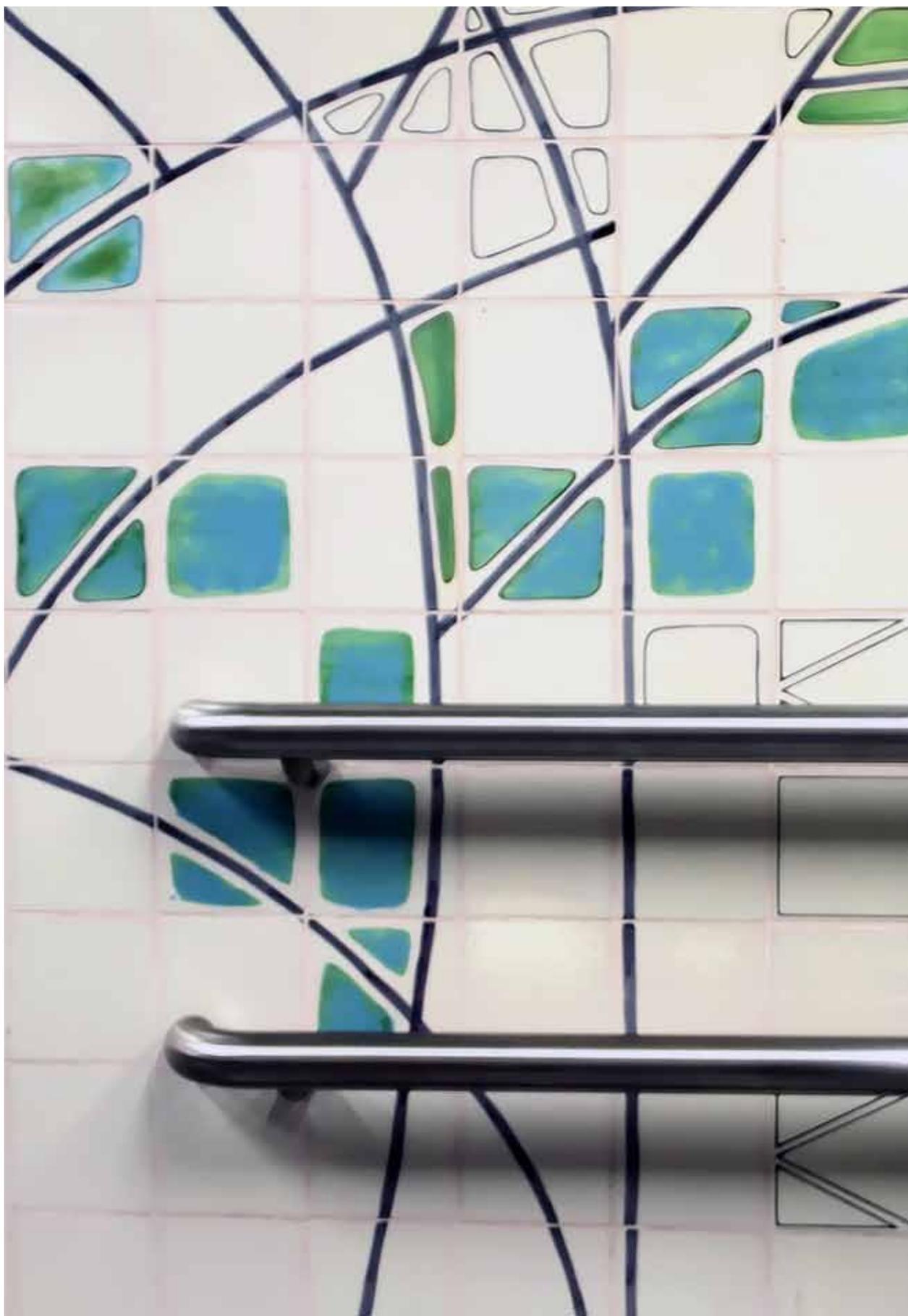
- Qualidade do serviço (frequência, qualidade, falhas);
- Segurança na rede (roubos, agressões, vandalismo);
- Acidentes envolvendo passageiros;
- Acidentes ferroviários (colisões, descarrilamentos, explosões, incêndios);
- Acidentes na fase de construção.

• **Riscos ambientais:**

Ao nível dos riscos ambientais salientam-se os seguintes:

- Incomodidade (ruídos, vibrações, poeiras, limpeza, circulação de pessoas e bens, acidentes);
- Impacte na envolvente (contaminação de solos e do meio hídrico, produção de resíduos).

Estação S. Sebastião



2. Gestão económica e financeira

Os seguintes fatores marcaram a gestão económica e financeira do ML no exercício de 2012:

- A integração no perímetro de consolidação do Estado, com a consequente obediência à LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) e à disciplina da gestão orçamental do Estado;
- A transferência da gestão da carteira de derivados para a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), com a celebração de um contrato de mandato assinado no último trimestre;
- Em simultâneo, o Estado manteve a política adotada em 2011, com a atribuição do estatuto de EPR (entidade pública reclassificada), de apoiar financeiramente o ML, disponibilizando os fundos necessários para que a empresa satisfaça os compromissos assumidos;
- A correção das quotas de repartição de receitas dos títulos combinados Metro/Carris, de acordo com as conclusões do estudo de tráfego realizado em 2007;
- Estes fatores, associados ao processo de racionalização de custos iniciado no ano anterior, permitiram que a empresa registasse melhorias significativas do desempenho na exploração do serviço público de transporte, com um acréscimo muito expressivo dos resultados operacionais.

2.1. Análise económica

Em 2012, o resultado antes de impostos ascendeu a -77 milhões de euros, representando uma melhoria de 47% face aos resultados registados no ano anterior.

Esta evolução decorreu essencialmente da melhoria verificada nos resultados operacionais, com um EBITDA a crescer 350%, para 20,9 milhões de euros, e um decréscimo acentuado das variações negativas de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro.

Rendimentos e gastos

Rendimentos e gastos	Período		Un: €
	2012	2011	
EBITDA	20 878 455	4 637 740	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	25 562 300	(39 231 186)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(2 118 348)	(70 771 381)	
Resultado antes de impostos	(77 234 666)	(145 935 977)	
Resultado líquido do período	(77 332 060)	(146 052 279)	

O comportamento positivo do EBITDA é resultante do efeito conjugado do aumento dos rendimentos operacionais (9%) e da redução dos gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos.

O crescimento dos rendimentos operacionais provém maioritariamente de um crescimento de 22,9% das vendas de passes e bilhetes, resultante da já referida correção das quotas dos passes combinados com a Carris, como mostra o quadro seguinte:

Rendimentos operacionais

Rendimentos operacionais	Período		Variação %	Un: €
	2012	2011		
Vendas de bilhetes e passes	78 381 310	63 751 751	22,9%	
Passes 4_18@escola.tp / sub23@superior.tp / Social +	1 959 571	3 042 649	-35,6%	
PAIL - Programa de apoio integrado a idosos	142 623	136 409	4,6%	
Indemnização compensatória	44 000 000	42 000 000	4,8%	
Receita do serviço público	124 483 503	108 930 809	14,3%	
Receitas não tarifárias	3 351 744	3 931 029	-14,7%	
Trabalhos para a própria entidade	4 464 959	5 113 390	-12,7%	
Outros rendimentos e ganhos	4 611 385	8 539 201	-46,0%	
Provisões e reversões	11 386 823	9 554 245	19,2%	
Outros rendimentos	23 814 911	27 137 865	-12,2%	
Total	148 298 415	136 068 674	9,0%	

O montante da indemnização compensatória aumentou 4,8%, respeitando o valor que fora acordado para 2012. A verba recebida como compensação das tarifas reduzidas para os estudantes (4_18/sub_23) decresceu na proporção da redução do desconto praticado, que baixou de 50% para 25%, passando o Governo a compensar a diferença de preço nas tarifas Social+, com dois escalões de desconto (25% e 50%), de acordo com o nível de rendimento dos beneficiários. No total, a receita do serviço público de transporte cresceu 14%, relativamente a 2011.

O decréscimo dos gastos de funcionamento em 4,6% foi o resultado das medidas de contenção implementadas na Empresa, com impacto significativo na evolução dos “Fornecimentos e serviços externos” (-7,4%) e dos “Gastos com pessoal” (-4,5%). Considerando a componente da variação de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (IGRF), os gastos operacionais tiveram uma redução de 27,3%.

Gastos operacionais

	Período		Variação %
	2012	2011	
Gastos operacionais			
Gastos com pessoal	75 297 791	78 836 976	-4,5%
Fornecimentos e serviços externos	35 345 628	38 156 119	-7,4%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 205 404	2 166 757	1,8%
Outros gastos e perdas	2 346 812	1 615 732	45,2%
Amortização e provisões	27 768 878	31 590 195	-12,1%
Aumentos/reduções de justo valor	6 614 748	53 373 171	-87,6%
Perdas imputadas de subsidiárias	837 503	1 101 105	-23,9%
Total	150 416 763	206 840 055	-27,3%

Un: €

A evolução dos gastos com pessoal decorreu da aplicação das reduções salariais previstas na Lei do Orçamento de Estado, mas considera o valor dos subsídios de férias vencidos em 2012 e pagos em 2013, em conformidade com a decisão do Tribunal Constitucional. O decréscimo de efetivos entre 2011 e 2012, num total de 147 trabalhadores, tem também um impacto importante nos “Gastos com pessoal”. Em 2012, a massa salarial reduziu 8,3%, somando 46,3 milhões de euros.

Os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” refletem igualmente os esforços de racionalização em curso na Empresa. Destacam-se, neste capítulo, as medidas de poupança de energia e a otimização dos serviços de vigilância e limpeza que, no seu conjunto, reduziram 7%. O decréscimo de 8,8% na componente “Rendas e alugueres” resulta da diminuição dos juros suportados nos contratos de *leasing* de material circulante.

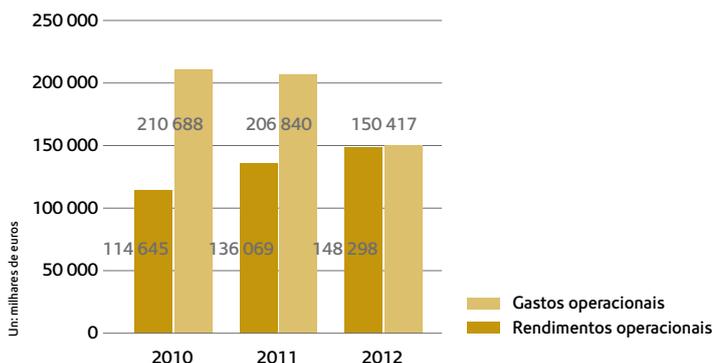
Fornecimentos e serviços externos

	Período		Variação %
	2012	2011	
Fornecimento e serviços externos			
Electricidade	7 864 081	8 637 618	-9,0%
Rendas e alugueres	9 342 423	10 242 676	-8,8%
Conservação e reparação	5 131 344	4 611 898	11,3%
Limpeza, higiene e conforto	3 027 963	3 193 976	-5,2%
Vigilância e segurança	5 881 152	6 198 377	-5,1%
Trabalhos especializados	1 039 670	1 470 136	-29,3%
Outros	3 058 995	3 801 438	-19,5%
Total	35 345 628	38 156 119	-7,4%

Un: €

O gráfico seguinte compara a evolução dos rendimentos e gastos operacionais nos últimos 3 anos, confirmando a redução que, de forma sustentada, se tem verificado nestes últimos:

Evolução dos Rendimentos / Gastos operacionais



Em consequência, a taxa de cobertura dos gastos pelos rendimentos operacionais apresenta um valor muito perto do equilíbrio (98,6%), traduzindo a melhoria registada na exploração. Não considerando a variação de justo valor dos IGRF, os rendimentos superam os gastos operacionais, com uma taxa de cobertura de 103,1%.

Os resultados financeiros, embora negativos, registam uma evolução ligeiramente favorável quando comparados com o exercício precedente:

Resultados financeiros

Resultados financeiros	Período		Variação %
	2012	2011	
Aplicações financeiras	-	13 072	-100,0%
Gastos financeiros de exploração	(50 784 148)	(54 478 698)	6,8%
Gastos financeiros com I.G.R.F. - locação operacional	(8 570 460)	(7 596 917)	-12,8%
Rendimento atribuído ao estudo atuarial	(15 761 710)	(13 102 053)	-20,3%
Total	(75 116 318)	(75 164 596)	0,1%

Os gastos financeiros afetos à atividade de exploração melhoraram 6,8% devido, por um lado, à amortização de dívidas de curto prazo, com recurso aos empréstimos do Tesouro, com um juro mais favorável e um prazo mais dilatado, e por outro lado, ao desempenho positivo da exploração, que permitiu libertar os fundos necessários ao financiamento corrente.

2.2. Gestão financeira

2.2.1. Necessidades totais de financiamento

Em 2012, dando continuidade ao processo iniciado no ano anterior, a exploração da atividade de prestação de serviço público de transporte melhorou expressivamente, atingindo-se o equilíbrio dos resultados operacionais. Este facto teve um impacto relevante nas necessidades de financiamento, na medida em que os fluxos financeiros libertados pela operação foram utilizados para fazer face aos gastos decorrentes da atividade de financiamento.

De forma semelhante, a atividade de investimento gerou fluxos financeiros positivos, pelo efeito combinado da redução do investimento, cujos pagamentos ascenderam a 43 milhões de euros, e do aumento dos subsídios recebidos provenientes do PIDDAC (2,95 milhões de euros) e do Fundo de Coesão (53,4 milhões de euros), totalizando 56,4 milhões de euros.

O Estado Português assegurou o financiamento através de empréstimos no valor de 648,6 milhões de euros, cumprindo as verbas inscritas no orçamento da empresa. Este financiamento permitiu ao ML satisfazer os compromissos decorrentes do serviço da dívida e gerou um acréscimo das disponibilidades de tesouraria de 24,3 milhões de euros no final do exercício.

Variação de caixa e seus equivalentes

Necessidades totais de financiamento	Período		Variação %
	2012	2011	
Fluxo atividades operacionais	23 972 924	8 128 707	194,9%
Fluxo atividades investimento	13 181 070	25 848 740	-49,0%
Fluxo atividades financiamento	(12 844 377)	(33 950 914)	62,2%
Variação de caixa e seus equivalentes	24 309 617	26 533	

Para este excedente de tesouraria contribuiu um volume de gastos operacionais inferior ao orçamentado, associado à evolução mais favorável da taxa de juro, em particular da taxa praticada nos empréstimos do Tesouro. Como se constata no quadro anterior, o fluxo gerado pela atividade da operação aumentou cerca de 195%, em resultado do equilíbrio operacional alcançado.

As necessidades de financiamento totais ascenderam a 654,3 milhões de euros, dos quais 436,7 milhões de euros se destinaram à amortização de passivos financeiros, resultando num acréscimo de necessidades líquido de 187,5 milhões de euros.

2.2.2. Balanço do exercício

Em 2012, o ML cumprindo as orientações da tutela, representou no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), mostrando de forma evidente o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e o financiamento correspondente.

O valor do ativo totalizou 4.914 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Ativo total

Ativo total	Período		Un: 10 ⁶ €
	2012	2011	Variação %
Ativos de atividades de investimento em ILD	4 414	3 929	12,4%
Ativos de operação	500	493	1,4%
Total	4 914	4 422	11,1%

Em 2012, o ML abriu à exploração três novas estações da linha Vermelha, concluindo assim o projeto de expansão da rede ao Aeroporto. Por outro lado, por força da conjuntura económica e financeira, foi suspensa a construção da estação Reboleira, tendo a empresa reformulado o seu plano de investimentos, mantendo em curso apenas a conclusão da remodelação do Areeiro. Em consequência, o valor do investimento em ativo tangível por conta do Estado manteve a trajetória iniciada no ano anterior, de diminuição progressiva, com uma realização de 30,1 milhões de euros, menos 44% do valor registado em 2011.

Variações nas atividades de investimento em ILD

Variação nas atividades de investimento em ILD	Un: €
	2012
Atividades de investimento de ILD:	
Ativo não corrente:	
Ativos fixos tangíveis	30 114 377
Ativos intangíveis	24 508
Subsídios	(56 357 289)
Contas a receber - Estado	511 553 275
Total do ativo	485 334 871
Passivo não corrente:	
Provisões	5 984 262
Financiamentos obtidos	31 524 542
Derivados	345 373 892
	382 882 696
Passivo corrente:	
Fornecedores	(16 197 360)
Financiamentos obtidos	126 989 391
Outras contas a pagar	8 700 615
	119 492 646
Total do passivo	502 375 342
Total ILD líquido	(17 040 471)

Os juros suportados com o financiamento do investimento em ILD aumentaram significativamente, devido ao efeito conjugado do crescimento do stock da dívida, da subida da taxa de juro efetiva e dos *cash-flow* gerados pelos IGRF. Registou-se, ainda, uma significativa redução dos saldos em dívida a fornecedores.

Não obstante o baixo nível de investimento, verificou-se um aumento do ativo corrente da atividade de investimento em ILD, resultante do acréscimo dos valores a receber do Estado.

Os ativos afetos à atividade de operação tiveram um crescimento reduzido, proveniente essencialmente de clientes e outras contas a receber que, no seu conjunto, aumentaram 46%, e do saldo de tesouraria, pelas razões anteriormente apontadas.

Em 2012, o passivo totalizou 5.829 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Passivo total

Passivo total	Un: 10 ⁶ €		
	Período		Variação %
	2012	2011	
Passivos de atividades de investimento em ILD	4 431	3 929	12,8%
Passivos de operação	1 398	1 333	4,9%
Total	5 829	5 262	10,8%

O crescimento do passivo afeto à atividade de investimento em ILD derivou essencialmente da variação negativa do justo valor dos IGRF, que cresceu 360 milhões de euros, totalizando 1.212 milhões de euros. No seu conjunto, as responsabilidades com IGRF aumentaram 378 milhões de euros, representando 20% do passivo total.

Em termos globais, os financiamentos obtidos aumentaram 212 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 5,1% e o *stock* da dívida representa 60% do passivo da Empresa.

O ML, enquanto entidade pública reclassificada, beneficia de empréstimos do Tesouro para suprir as suas necessidades de refinanciamento, facto que permitiu reduzir o passivo corrente da Empresa, liquidando empréstimos de curto prazo por contrapartida de financiamentos a médio e longo prazo. Deste modo, foi possível obter uma estrutura de financiamento mais equilibrada, com um passivo remunerado constituído maioritariamente (98,8%) por dívida de médio e longo prazo.

Passivo remunerado

Passivo remunerado	Un: €		
	Período		Variação absoluta
	2012	2011	
Empréstimos obrigacionistas	1 340 925 469	1 348 656 837	(7 731 368)
BEI	937 859 103	1 009 361 679	(71 502 576)
Empréstimos tesouro	1 262 513 846	613 932 000	648 581 846
Shuldschein	500 000 000	500 000 000	-
Leasing financeiro	89 809 794	112 446 077	(22 636 283)
Dívida de médio e longo prazo	4 131 108 212	3 584 396 593	546 711 619
	98,80%	90,30%	
Dívida de curto prazo	50 000 000	384 887 149	(334 887 149)
	1,20%	9,70%	
Total	4 181 108 212	3 969 283 742	211 824 470

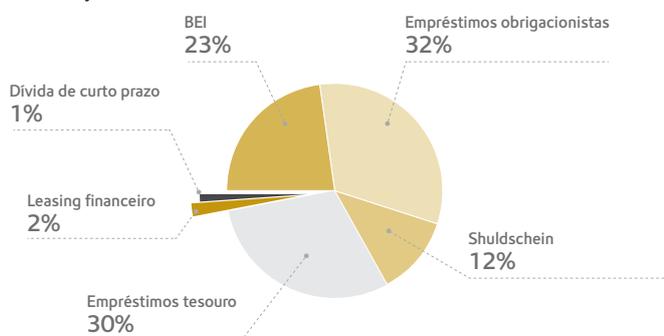
Os capitais próprios mantiveram a trajetória decrescente, embora a um ritmo inferior devido à melhoria dos resultados do exercício. O impacto do resultado líquido nos capitais próprios é parcialmente compensado pela contabilização nos resultados transitados dos ganhos atuariais e o desconhecimento de determinadas despesas de empréstimos. Os capitais próprios diminuíram 74,8 milhões de euros.

2.2.3. Evolução do Passivo remunerado

Devido à melhoria dos resultados operacionais e ao decréscimo do investimento, o ML registou uma redução das necessidades de financiamento, que se traduziu num abrandamento do ritmo de crescimento do seu endividamento. Em 2012, o passivo remunerado aumentou 212 milhões de euros, essencialmente para pagamento de juros e de outros gastos de financiamento, cujo valor ascendeu a 210 milhões de euros.

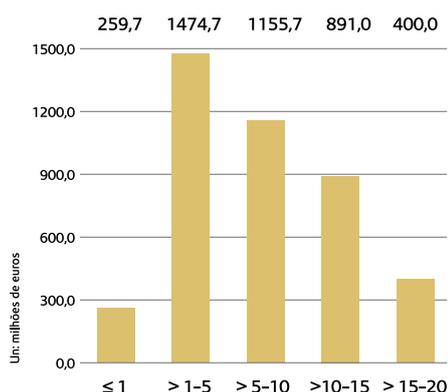
O montante global dos empréstimos concedidos pelo Estado corresponde a 30% do *stock* da dívida do ML.

Distribuição do endividamento



A maturidade dos empréstimos do Tesouro, a 5 anos, teve um impacto relevante nos prazos médios de endividamento, concentrando 35% da dívida no intervalo de 1 a 5 anos. O prazo médio desceu para 7 anos.

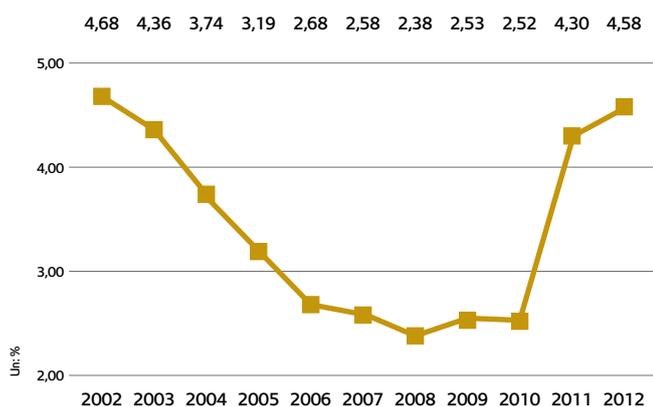
Prazo médio de endividamento



Além do financiamento direto, o Estado Português avaliza, através de garantia pessoal, empréstimos no valor de 2.683 milhões de euros. Deste modo, o Estado garantiu ou disponibilizou diretamente um volume de financiamento de 3.945 milhões de euros, enquanto a dívida de caráter comercial, sem garantia explícita do Estado, ascendeu a 236 milhões de euros (5,6% do total).

O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de juro implícita no endividamento nos últimos 11 anos. Como se pode constatar, a taxa de juro implícita mantém uma tendência crescente, com um valor médio, em 2012, de 4,58%, recuando quase aos níveis de 2002. Contudo, com a descida da taxa de juro praticada nos empréstimos do Tesouro no último trimestre de 2012, é previsível uma diminuição do ritmo de crescimento desta variável.

Taxa de juro implícita



2.2.4. Rating do Metropolitano de Lisboa

Rating do ML

Rating ML	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
07 dezembro 2009	A+	Negative
27 abril 2010	A-	Watch negative
29 setembro 2010	BBB+	Negative
03 dezembro 2010	BBB	Watch negative
04 março 2011	BB	Watch negative
31 março 2011	B+	Watch negative
30 dezembro 2011	B-	Watch negative
17 janeiro 2012	CCC+	Negative
19 dezembro 2012	B	Negative

Em dezembro de 2012, a Standard & Poors reviu o *rating* do Metro em alta, atribuindo a notação B mas mantendo o *Outlook* negativo. Para esta subida de *rating*, a Standard & Poors ponderou os seguintes pontos fortes:

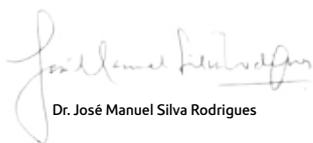
1. O facto de o Metropolitano de Lisboa ser uma entidade pública reclassificada, com uma elevada proporção de dívida garantida pelo Estado, com cláusulas de *cross-default* sobre a dívida não garantida;
2. O apoio e comprometimento demonstrado pelo Estado na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito no orçamento do Estado de 2013.

Acrescente-se que, já em 2013, a Standard & Poors reviu em alta o *outlook* da Empresa, atribuindo a notação “estável”, em linha com a revisão do *outlook* da República.

2.2.5. Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de 77.332.060 euros seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

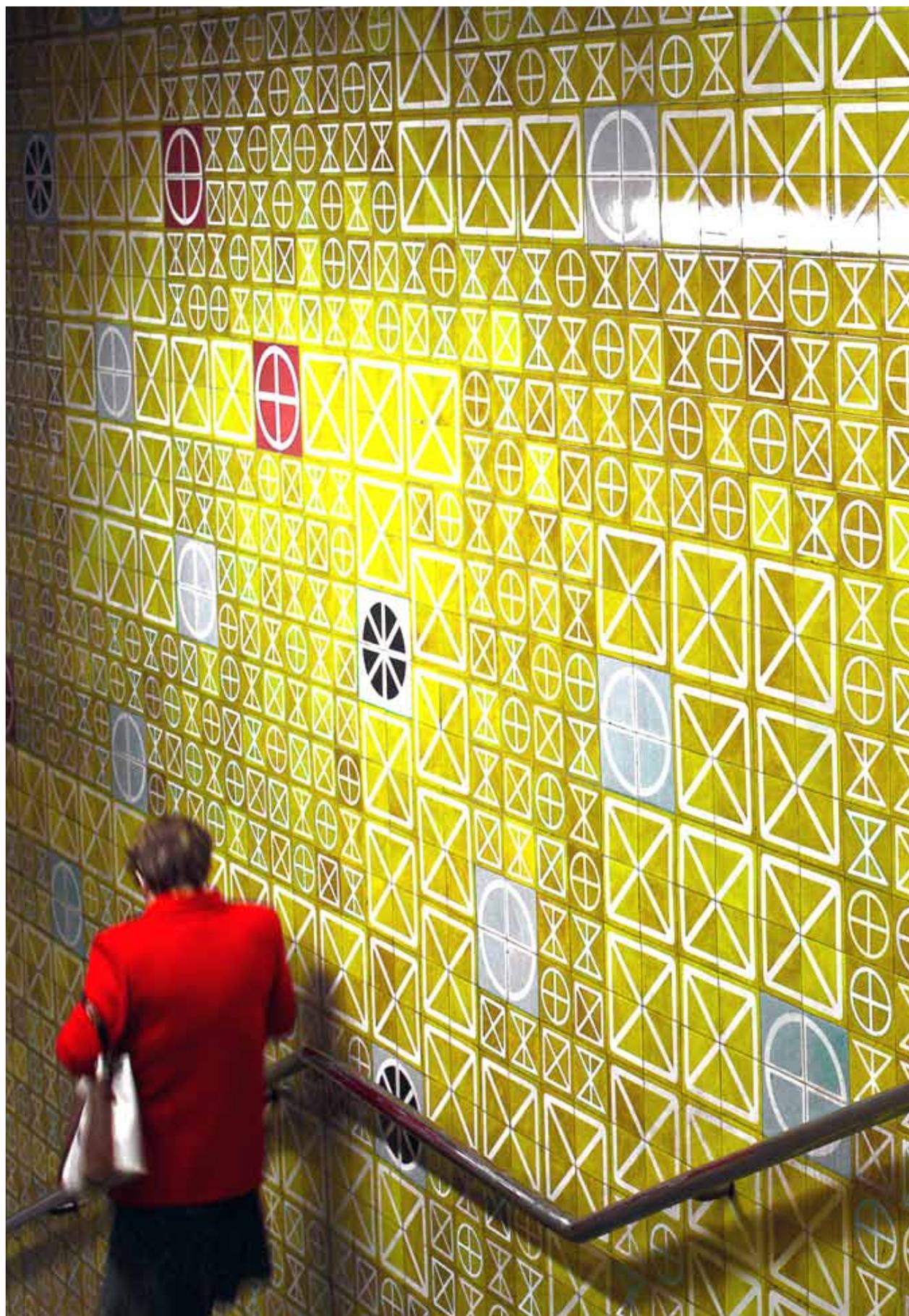


Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Estação Entre Campos



3. Governo societário

Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do estado (SEE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e nos princípios do bom governo das empresas do SEE, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, o ML tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigado, nomeadamente, incluindo um capítulo próprio relativo ao governo societário no seu relatório e contas.

Desde 2011, no âmbito da notificação do procedimento dos défices excessivos (PDE), o Metropolitano de Lisboa passou a estar incluído no perímetro de consolidação das administrações públicas.

A lei do orçamento do estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), a Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, que procedeu à sexta alteração à lei de enquadramento orçamental, e a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, determinam a aplicação ao ML de medidas de caráter excepcional, visando assegurar a estabilidade orçamental, designadamente em matéria de seletividade do investimento público, racionalização dos recursos disponíveis e contenção de custos de exploração e de pessoal. Foi igualmente limitada a assunção de compromissos que excedessem os fundos disponíveis.

Enquanto entidade pública reclassificada (EPR), o ML manteve todas as obrigações em vigor na lei (regime jurídico do SEE e das empresas públicas e código das sociedades comerciais), às quais passaram a acrescer as obrigações decorrentes da equiparação a serviços e fundos autónomos (SFA) por força da lei de enquadramento orçamental, o sistema de normalização contabilística (SNC) e os deveres de informação dos SFA.

3.1. Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa

Missão

Prestar um serviço de transporte público de passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Objetivos estratégicos

A visão estratégica preconizada pelo ML, tendo em conta o contexto passado/presente e os novos desafios que se colocam, conduz à definição do macro objetivo de assegurar a sustentabilidade da empresa:

- Ao nível do serviço para o cliente:
 - Assegurar um serviço com qualidade e eficiência, pautado pelos mais elevados níveis de segurança e de conforto;
 - Orientar o serviço para o cliente, antecipando as suas necessidades e expectativas, mantendo elevados níveis de qualidade e de satisfação;
 - Aumentar a satisfação dos clientes reforçando a imagem da empresa;
 - Contribuir para a melhoria das condições da intermodalidade na AML, em articulação com o Governo, Autarquias e outros operadores, promovendo um sistema eficaz, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e redes de vendas.
- Ao nível dos resultados:
 - Desenvolver um plano de expansão e modernização da rede, sustentado em princípios de racionalidade económico-financeira;
 - Prosseguir a concretização de ações de inovação que contribuam para a sustentabilidade económica, social e ambiental;
 - Reduzir gradualmente o desequilíbrio económico-financeiro através do acréscimo de passageiros transportados, aumentos reais das tarifas, da contenção e redução programada de custos e da adoção de medidas de reestruturação financeira;
 - Aumentar a quota de mercado do metro e consequentemente do transporte público, promovendo a diminuição da utilização do transporte privado.
- Ao nível do tarifário:
 - Criar tarifa plana para os títulos próprios do metro;
 - Promover a simplificação do sistema tarifário da AML em conjunto com os restantes operadores e entidades reguladoras;
 - Promover a alteração da atual repartição de receitas de títulos combinados e multimodais, de acordo com a utilização modal efetiva;
 - Promover a atualização tarifária do sistema intermodal.
- Ao nível dos colaboradores:
 - Promover a cultura da empresa;
 - Diminuir a taxa de absentismo, aumentando a produtividade;
 - Otimizar e racionalizar a gestão de recursos humanos;
 - Apostar na formação contínua dos colaboradores.
- Ao nível da mobilidade na cidade:
 - Promover a articulação entre os modos de transporte coletivo de passageiros e o transporte individual;
 - Promover a articulação com os modos suaves;
 - Estudar e propor o futuro plano de expansão;
 - Desenvolver o esforço necessário, no sentido de promover a acessibilidade plena em todas as estações do Metro.

Políticas

O ML visa prosseguir as seguintes políticas:

- **Inovação e Desenvolvimento**
 - Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.
- **Responsabilidade**
 - Ambiental: ao nível do rendimento energético e da garantia da proteção ambiental, decorrentes da atividade desenvolvida;
 - Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
 - Económica: garantia da sustentabilidade da empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.
- **Qualidade**
 - Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.
- **Rigor e Integridade**
 - Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
 - Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.
- **Competência e Segurança**
 - Manter e reforçar a imagem e credibilidade da empresa como fator de afirmação externa e interna;
 - Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

3.2. Grau de cumprimento dos objetivos

O ML é uma entidade pública empresarial (E.P.E.), pertencente ao Sector Empresarial do Estado.

Em março de 2011 foi celebrado um contrato entre o Estado Português e a empresa, que definiu o “Regime Transitório de Financiamento da Prestação de Serviço Público”. Posteriormente, questões de caráter formal levaram a que este contrato tivesse de ser substituído por um mecanismo alternativo de financiamento das obrigações de serviço público.

Em setembro de 2012, ao nível da gestão da empresa foi apresentado à tutela uma proposta de contrato de gestão, cujos indicadores assentam em três eixos fundamentais:

- Aumento da eficiência;
- Equilíbrio operacional;
- Promoção da intermodalidade do transporte público.

Neste contexto apresentam-se os objetivos do contrato de gestão e as respetivas metas quantificadas para o ano de 2012:

Objetivos do Contrato de Gestão

Indicadores	Un.	Ano 2012					
		Peso (%)	Valor do objetivo	Índice objetivo	Valor real	Índice real	Desvio índices (%)
Volume de negócios	m€	9,0	83 378	9,0	81 733	8,8	-1,97
Margem do EBITDA	%	10,0	-39,46	10,0	-35,54	11,1	11,02
Gastos operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	204 757	10,0	149 775	13,7	36,71
Gastos operacionais por passageiro	€	10,0	1,33	10,0	0,97	13,6	36,27
Taxa cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos	%	10,0	41	10,0	55	13,4	34,01
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	54	12,0	58	13,0	8,36
Eficiência energética (Pass.xkm / kWh)	Pkm/kWh	12,0	7,764	12,0	8,418	13,0	8,42
Índice de qualidade da oferta	-	18,0	100	18,0	102	18,4	2,00
PMP	dias	3,0	180	3,0	113	4,8	59,29
Grau de cumprimento do plano de investimentos	%	3,0	80	3,0	87	3,3	9,29
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-6,2	3,0	-5,2	2,5	-17,15
Cumprimento dos objetivos		100		100		116	

Indicadores de qualidade da oferta

Indicadores	Un.	Ponderador (%)	Ano 2012				
			Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio % índices
Regularidade	%	10,0	80,0	10,0	84,9	10,6	6,09
Reclamações / 10 ⁶ PT	n.º	15,0	38,58	15,0	36,93	15,7	4,48
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	97,0	30,0	96,9	30,0	-0,10
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso ≥ 10 min.)	n.º	10,0	260	10,0	245	10,6	6,12
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso ≥ 10 min.	min.	15,0	21,0	15,0	21,5	14,6	-2,52
Idade média das carruagens	anos	10,0	13,3	10,0	13,3	10,0	0,00
Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	10,0	7,21	10,0	0,00
Índice de qualidade da oferta (IQO)		100		100		102	

O ML ultrapassou o objetivo global previsto no contrato de gestão, tendo sido evidenciado um desvio positivo de 16%.

3.3. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

3.3.1. Regulamentos internos

Internamente, e para além dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, o ML está sujeito aos seguintes regulamentos:

- Acordos coletivos de empresa – AE I ¹² e AE II ¹³ : são instrumentos que regulam as relações de trabalho – direitos e deveres – entre a entidade empregadora e os seus colaboradores. Estes acordos são celebrados livremente pelas partes – sindicatos e gestão da empresa – e assentam no princípio de, com regras bem definidas, ser possível o desenvolvimento harmonioso da empresa e o cumprimento dos objetivos definidos;
- Código de ética e de conduta: documento aplicável a todos os colaboradores do ML que, no âmbito das suas funções e competências, deverão seguir os princípios, regras de conduta e valores nele referido;
- Manuais da organização; da qualidade e ambiente; de vendas e fiscalização; de gestão das estações; de procedimentos gerais do sistema de gestão documental;
- Regulamentos de segurança de pessoal nas vias eletrificadas; de circulação dos comboios; de sinalização; de utilização das redes telefónicas; de controlo de alcoolemia; de vestuário de trabalho; de estâgios;
- Normativos de estabelecimento de zonas de trabalho sem tensão; sobre a atribuição do cartão lisboa viva; sobre deslocações em território nacional e ao estrangeiro ao serviço da empresa; sobre circulações de serviço para os trabalhos noturnos; sobre visitas domiciliárias efetuadas pela empresa;
- Procedimentos da qualidade; de processos; do sistema de gestão da qualidade; instruções de trabalho, a adotar em caso de acidente de trabalho; sobre a aquisição, manuseamento, armazenagem e remoção de agentes químicos perigosos;
- Plano de organização e gestão da segurança da empresa (POGSE) que integra os seguintes regulamentos: de segurança de pessoal nas vias eletrificadas (RSPVE); de circulação de comboios (RCC); de sinalização (RS); de utilização das redes de telecomunicações (RURT);
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Informação respeitante à contratação do ML nos termos do código dos contratos públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetivo aditamento com a alteração dos limiares comunitários;
- Procedimentos de registo de despesa na ótica do CCP, incluindo as despesas com fundo de maneiio.

¹²
Aplicável à generalidade dos colaboradores.

¹³
Aplicável aos colaboradores licenciados e bacharéis.

3.3.2. Regulamentos externos

Durante o ano de 2012 foram publicados diversos diplomas cujas disciplinas jurídicas se refletem no enquadramento normativo aplicável ao exercício da atividade desenvolvida pelo ML, nas suas várias vertentes, e que se enunciam.

Enquadramento geral da atividade:

- Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio – Estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 23 de agosto – Nomeação dos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A..

Controlo financeiro:

- Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Aprova o Orçamento do Estado para 2012.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2012, de 30 de dezembro de 2011 (D.R. n.º 6 – 1ª série – 9 de janeiro de 2012) – Indemnizações compensatórias para 2012;
- Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro – Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012;
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2012, de 20 de abril – Aprova o Relatório denominado «Estratégia para os pagamentos em atraso há mais de 90 dias»;

- Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, que constitui a primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista;
- Lei n.º 23/2012, de 23 de junho – redução do pagamento dos feriados;
- Despacho n.º 10346/2012 dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e Emprego, de 17 de julho, publicado na II Série, D.R. n.º 149, de 2 de agosto – Delegação de competências para assunção de compromissos plurianuais;
- Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, que procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.ºs 112/97, de 16 de setembro, e 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 229/1995, de 11 de setembro, 287/2003, de 12 de novembro, 32/2012, de 13 de fevereiro, 127/2012, de 21 de junho, 298/92, de 31 de dezembro, 164/99, de 13 de maio, e 42/2001, de 9 de fevereiro.

Contratação pública:

- Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, que regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação;
- Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, que aprova a orgânica da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), e extingue a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E.P.E. (GeRAP), e a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP);
- Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, que procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, que estabelece um regime excecional e temporário, que vigorará até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro.

Regime tarifário:

- Despacho Normativo n.º 1/2012, de 23 de janeiro – Aumento do tarifário dos transportes e a redução de participação dos passes 4 18@escola e sub23@superior para 1 de fevereiro de 2012;
- Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro – Altera as condições de atribuição do passe Social +;
- Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto – Altera as condições de atribuição do passe escolar 4 18@escola.tp, aprovadas pela Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, e altera as condições de atribuição do passe sub23@superior.tp, aprovados pela Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de setembro; Retificada pela Declaração de Retificação n.º 52/2012, de 20 de setembro;
- Despacho Normativo n.º 24-B/2012, de 14 de dezembro – Aumento do tarifário dos transportes para 1 de janeiro de 2013.

Estação Parque



3.4. Transações relevantes com entidades relacionadas

Transações do ano 2012

Partes relacionadas	Un: €			
	Compra de inventários	Compra de ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias				
Ferconsult, S.A.	-	432 434	95 876	111 303
Metrocom, S.A.	-	-	6 346	1 820 841
Associadas				
Fernave, S.A.	-	-	-	-
Publimetro, S.A.	-	-	-	2 042 354
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos				
Otlis, A.C.E.	131 928	14 050	566 916	1 827 467
Empresas relacionadas				
GIL, S.A.	-	-	304 234	(51 702)
	131 928	446 484	973 372	5 750 263

Transações do ano 2011

Partes relacionadas	Un: €			
	Compra de inventários	Compra de ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias				
Ferconsult, S.A.	-	2 800 065	348 206	344 033
Metrocom, S.A.	-	-	112 978	2 173 491
Associadas				
Fernave, S.A.	-	-	1 015	650
Publimetro, S.A.	-	-	-	1 379 122
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos				
Otlis, A.C.E.	-	-	748 265	1 159 354
Empresas relacionadas				
GIL, S.A.	-	-	315 641	38
	-	2 800 065	1 526 105	5 056 688

Saldos do ano 2012

Un: €

Partes relacionadas	Contas a receber				Contas a pagar		
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias							
Ferconsult, S.A.	-	1 031 836	79 675	4 157 891	-	4 965 198	304 204
Metrocom, S.A.	592 874	-	282 761	3 731	1 951	-	877 415
Associadas							
Publimetro, S.A.	3 379 686	-	-	269 499	-	-	3 649 185
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	85 450	-	125 889	(40 439)
Empreendimentos conjuntos							
Otlis, A.C.E.	-	-	-	-	2 192	-	(2 192)
Empresas relacionadas							
GIL, S.A.	-	14 050 474	-	-	-	-	14 050 474
	3 972 560	15 082 310	362 436	4 516 571	4 143	5 091 087	18 838 647

Saldos do ano 2011

Un: €

Partes relacionadas	Contas a receber				Contas a pagar		
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias							
Ferconsult, S.A.	-	973 698	79 675	4 686 916	-	2 946 168	2 794 121
Metrocom, S.A.	566 331	-	340 876	3 731	61 986	-	848 952
Associadas							
Fernave, S.A.	800	-	-	-	-	-	800
Publimetro, S.A.	1 244 251	-	-	269 499	-	-	1 513 750
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	85 450	-	134 498	(49 048)
Empreendimentos conjuntos							
Otlis, A.C.E.	145 825	-	-	-	601 431	-	(455 606)
Empresas relacionadas							
GIL, S.A.	-	8 998 267	-	-	194 119	-	8 804 148
	1 957 207	9 971 965	420 551	5 045 596	857 536	3 080 666	13 457 117

3.5. Outras transações

- Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em 2012 o ML cumpriu o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na contratação que efetuou. Assim, tanto na fase de formação como na fase de execução dos contratos, o cumprimento dos preceitos do referido código foi uma constante na atividade de contratação do ML. Acresce que, não obstante a contratação no âmbito do setor dos transportes e abaixo do limiar comunitário não se encontrar sujeita à parte II do CCP, não possuindo por conseguinte procedimentos de formação de contrato obrigatórios, encontram-se internamente definidos procedimentos que visam acautelar os princípios constantes dos tratados comunitários.

A orientação constante do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 06 de agosto de 2010, foi respeitada pelo ML que, atualmente, nas suas adjudicações justifica a necessidade de contratar na ausência de recursos internos, avaliando igualmente os procedimentos realizados.

No decurso de 2012, o Conselho de Administração atribuiu especial importância ao projeto de adaptação do sistema de informação da Empresa às exigências da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e da Circular n.º 1368, da DGO, no âmbito da reclassificação do ML e da sua inclusão no perímetro de consolidação financeira do Estado. Esta reclassificação obrigou o ML a prestar informação contabilística em duas óticas distintas – Sistema de Normalização contabilística e Contabilidade Orçamental conforme preconizada no POCP.

Os procedimentos de contratação pública vêm-se, assim, condicionados ao respeito pelas novas obrigações que decorrem do referido POCP, nomeadamente no que respeita à assunção da despesa.

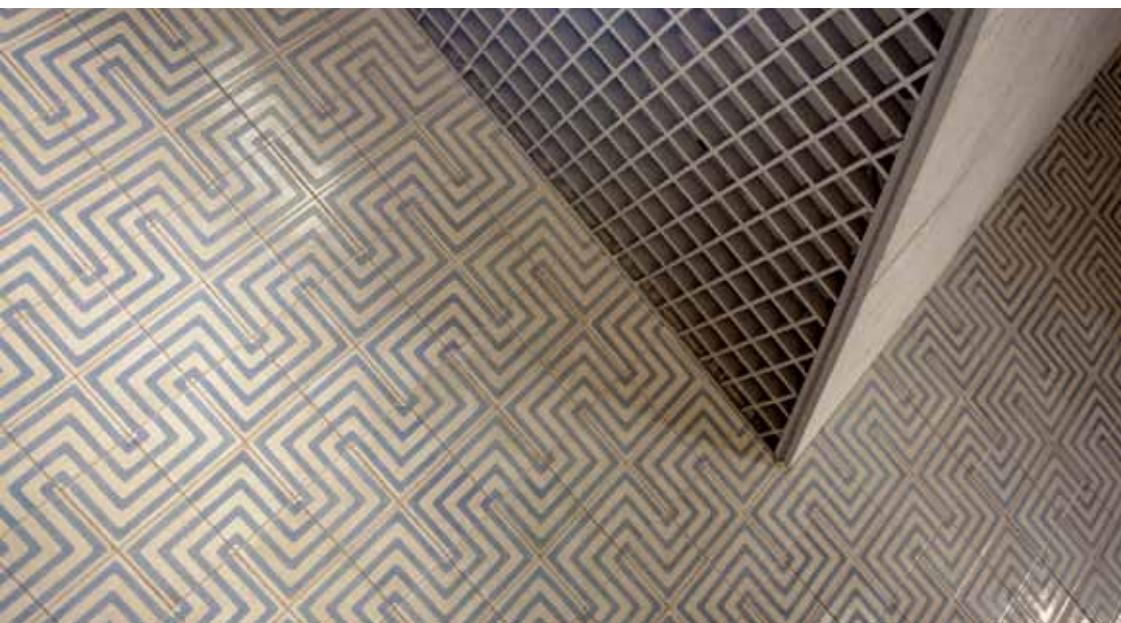
Procedeu-se ainda, à adaptação do “Manual de qualidade e ambiente”, que vem uniformizar todos os processos de aquisição do ML, no âmbito da certificação do ML, à Circular n.º 1368 da DGO e à Lei dos Pagamentos e Compromissos em atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), bem como à elaboração e envio de relatórios estatísticos de contratação para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

- Lista de fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos externos

Lista de fornecedores

	Un: € (IVA não incluído)
EDP Comercial – Comercialização ENE	7 232 739
2045 Empresa de Segurança, S.A.	3 757 925
Companhia Seguros Allianz Portugal	3 071 662
Grupo 8 – Vigilância e Prevenção	2 339 742

Estação Restauradores



• Transações que não tenham ocorrido em condições de mercado
(Ajustes diretos com consulta a apenas uma entidade)

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base /estimado (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
04/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 128/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários ≤ € 193 000,00) – critério material	art. 27.º, n.º 1, al. f) do CCP	€ 100 000,00	HEWLETT PACKARD Portugal, Lda.	12/01/2012	16/02/2012	€ 94 607,12
06/2012-ML	Contrato de prestação de serviços de coordenação e fiscalização da empreitada de manutenção e substituição dos aparelhos de apoio dos viadutos do Campo Grande do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 321/09-GJC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP		FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	03/11/2011	09/02/2012	€ 38 574,45
11/2012-ML	Contrato para aquisição de chapins especiais para aparelhos de via para os troços Oriente/Aeroporto, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 463/11-JSJC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 100 000,00	FUTRIFER – Indústrias Ferroviárias, S.A.	16/02/2012	23/03/2012	€ 98 384,00
14/2012-ML	Prestação de serviços de recolha e tratamento de valores e de fundos de troços do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 37/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 387 000,00	GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda.	29/03/2012	02/04/2012	€ 387 000,00
24/2012-ML	Prestação de serviços de divulgação e informação do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, no Canal Lisboa	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP		LISMARKETING COMERCIAL – Informação e Comercialização de Produtos Turísticos Unipessoal, Lda.	03/05/2012	29/05/2012	€ 6 000,00
26/2012-ML	Aquisição de bilhetes “Viva viagem” sem contacto CTS 512 – Proc. n.º 21-A/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e com recurso por analogia à al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 131 587,50	OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	10/05/2012	06/06/2012	€ 131 587,50
27/2012-ML	Aquisição de serviços de gestão e tratamento de notícias publicadas nos meios de comunicação social (media monitoring/clipping) – Proc. n.º 43/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c) do art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 18 000,00	Manchete – Estudos, Tratamentos e Gestão de Informação, S.A.	10/05/2012	29/05/2012	€ 18 000,00
29/2012-ML	Contrato para o fornecimento e instalação de escadas mecânicas Cais/Átrio Inferior, na estação Aeroporto, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 483/12-JSJC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 180 000,00	ThyssenKrupp Elevadores, S.A.	17/05/2012	31/05/2012	€ 179 500,00
33/2012-ML	Contrato para a execução da empreitada de execução dos trabalhos de construção civil relacionados com a semaforização dos arranjos exteriores do prolongamento Alameda/S. Sebastião – Proc. n.º 464/11-JSJC	Regime geral EOP Ajuste direto (< € 1 000 000,00)	art. 19.º, al. a) e arts. 112.º a 127.º do CCP	€ 208 545,46	Armando Cunha, S.A.	17/05/2012	27/06/2012	€ 208 529,59

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base /estimado (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
34/2012-ML	Fornecimento e instalação de sinalética nas Estações da Alameda ao Aeroporto e na Estação Reboleira, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 478/12-JSJC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários ≤ € 200 000,00)	art. 20.º, n.º 1, al. a) e art. 112.º a 127.º do CCP	€ 13 000,00	APADIL – Armaduras, Plásticos e Acessórios de Iluminação, S.A.	31/05/2012	25/06/2012	€ 12 346,69
37/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware para unidades de marcação de ponto/ tarefa em utilização no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 46/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 12 500,00	MILÉNIO3 – Sistemas Electrónicos, S.A.	31/05/2012	05/07/2012	€ 12 152,35
38/2012-ML	Contrato para a execução do fornecimento, instalação e integração de peças artísticas na estação Aeroporto, da linha Vermelha, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 490/12-JSJC	Ajuste direto Regime especial bens/serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 23 000,00	Vetor-3 – Importação e Exportação, Lda.	21/06/2012	28/06/2012	€ 22 955,00
39/2012-ML	Contrato para o fornecimento, instalação e integração dos equipamentos terminais, na rede telefónica da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 487/12-JSJC	Ajuste direto Regime especial bens/serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 38 000,00	GLINTT- TECHNOLOGY ENABLED SERVICES, S.A.	31/05/2012	28/06/2012	€ 37 852,26
41/2012-ML	Contrato para a execução da empreitada de execução das intervenções no interior da estação Aeroporto, da linha Vermelha, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 486/12-JSJC	Regime especial EOP (abaixo dos limiares comunitários < € 5 000 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 245 000,00	AEROESTAÇÕES, A.C.E.	31/05/2012	06/07/2012	€ 240 779,67
42/2012-ML	Contrato para a aquisição de serviços de elaboração do projeto do Posto de Transformação definitivo da EMEF, da alteração da rede elétrica de baixa e média tensão existente nas instalações da EMEF na Reboleira e de assistência técnica e fiscalização das obras – Proc. n.º 484/12-JSJC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 12 000,00	ENGIVOLT – Serviços de Engenharia, Lda.	14/06/2012	16/07/2012	€ 12 000,00
43/2012-ML	Contrato para a aquisição de serviços de elaboração dos projetos de SADI, SSIT, CITV, controlo de acessos, redes de Média Tensão e de tração elétrica, dos Postos de Seccionamento e Transformação, dos sistemas complementares de segurança e do projeto de segurança da extensão da linha Azul entre a estação Amadora Este e a estação Reboleira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 488/12-JSJC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 60 000,00	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	14/06/2012	06/07/2012	€ 58 000,00
44/2012-ML	Contrato para aquisição de serviços de elaboração dos projetos de arquitectura paisagística, redes de rega, drenagens, iluminação pública, sinalização e estabilidade da zona da EMEF, na Reboleira – Proc. n.º 489/12-JSJC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 40 000,00	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	14/06/2012	06/07/2012	€ 39 000,00

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base /estimado (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
48/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção do software ORACLE e das respetivas licenças em utilização pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 41/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 1 350,00	ORACLE Portugal – Sistemas de Informação, Lda.	08/06/2012	19/07/2012	€ 12 831,00
54/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware Oracle em utilização no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 42-A/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 4 000,00	ORACLE Portugal – Sistemas de Informação, Lda.	12/07/2012	25/10/2012	€ 3 519,05
57/2012-ML	Contrato para a aquisição de serviços de elaboração dos projetos de reordenamento da superfície na zona da Avenida Duque d'Avila e da Avenida Rovisco Pais – Proc. n.º 491/12-JSJC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários ≤ € 200 000,00)	art. 20.º, n.º 1, al. a) e art. 112.º a 127.º do CCP	€ 61 270,20	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	01/08/2012	21/08/2012	€ 61 270,00
59/2012-ML	Aquisição de serviços de publicidade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E na revista "Transportes em Revista – Passageiros e Mobilidade Urbana" – Proc. n.º 124/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c) , art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP		Dicas e Pistas – Edições e Promoções, Lda.	18/07/2012	23/11/2012	€ 3 320,00
61/2012-ML	Aquisição de fornecimento de energia elétrica em alta tensão, média tensão e baixa tensão especial para as instalações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 117/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	al. a) do n.º 1 do art. 27.º do CCP	€ 2 189 830,00	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	14/09/2012	01/10/2012	€ 2 189 820,54
63/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware para unidades de marcação de ponto/tarefa em utilização no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 118/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 12 700,00	Milénio 3 – Sistemas Electrónicos, S.A.	28/09/2012	19/12/2012	€ 12 638,44
65/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 115/2012-CPC	Ajuste direto Regime Geral (abaixo dos limiares comunitários < € 200 000,00) – com recurso ao critério material	al. a) do n.º 1 do art. 27.º do CCP	€ 50 000,00	HEWLETT PACKARD Portugal, Lda.	31/10/2012	11/01/2013	€ 43 081,94
68/2012-ML	Aquisição de bilhetes "Viva viagem" sem contacto CTS 512 – Proc. n.º 138/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 238 649,50	OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	28/11/2012	22/01/2013	€ 227 287,50

• Concursos públicos internacionais

Em 2012, foram lançados 9 concursos públicos internacionais, na sequência dos quais foram celebrados contratos com as seguintes entidades:

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
03/2012-ML	Aquisição de conjuntos de biela da união elástica ML 95/ ML 97/ ML 99, para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 109/2011-CPC	Concurso Público c/ publicação no JOUE Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	al. b) do n.º 1 do art. 20º do CCP	€ 260 000,00	ZF Services Portugal – Unipessoal, Lda.	12/01/2012	09/02/2012	€ 230 480,00
09/2012-ML	Contrato para o fornecimento e montagem de elevadores para a estação Areeiro, da linha Verde do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – Proc. n.º 403/10-GJC	Concurso Público c/ publicação no JOUE Regime especial bens e serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	al. b) do n.º 1 do art. 20º do CCP	€ 254 500,00	ThyssenKrupp Elevadores, S.A.	16/02/2012	23/03/2012	€ 193 460,00
12/2012-ML	Contrato para fornecimento, instalação e colocação em serviços de equipamentos de controlo de acessos para as estações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 474/11-JSJC	Concurso Público c/ publicação no JOUE Regime especial bens e serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	al. b) do n.º 1 do art. 20º do CCP	€ 48 000,00	PROSEGUR – Companhia de Segurança Unipessoal, Lda.	23/02/2012	04/04/2012	€ 29 608,58
22/2012-ML	Contrato para a execução da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 467/11-JSJC	Concurso Público c/ publicação no JOUE Regime especial EOP (abaixo dos limiares comunitários < € 5 000 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º, a contrario e art. 12º do CCP	€ 1 325 000,00	Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A.	03/05/2012	24/05/2012	€ 795 000,01
30/2012-ML	Aquisição de hardware e respetivos serviços de instalação e configuração para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 04/2012-CPC	Concurso Público com publicação no JOUE Regime geral bens (abaixo do limiar comunitário < € 193 000,00)	art. 20º, n.º 1, al. b) – com a tramitação prevista nos arts. 130º ss, todos do CCP	€ 16 000,00	CPCIS – Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, S.A.	10/05/2012	21/06/2012	€ 14 995,55
46/2012-ML	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e correctiva do sistema de circuito interno de televisão (CITV), do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 81/2011-CPC	Concurso Público com publicação no JOUE Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	al. b) do n.º 1 do art. 20º do CCP	€ 490 000,00	ENA PORTUGAL – Sistemas de Telecomunicações, S.A.	17/05/2012	09/07/2012	€ 196 800,00

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
55/2012-ML	Contrato para o fornecimento, instalação e colocação em serviço de upgrade e ampliação da rede telefónica do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 482/2012-JSJC	Concurso Público com publicação no JOUE Regime especial EOP e locação bens móveis (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º, <i>a contrario</i> e art. 12º e art. 32º do CCP	€ 310 000,00	GLINTT – Technology Enabled Services, S.A.	25/07/2012	20/09/2012	€ 298 871,39
60/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de reparação de escadas mecânicas, tapetes rolantes e elevadores da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Edifícios e PMO's – Proc. n.º 09/2012-CPC	Concurso Público c/ publicação no JOUE Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º, <i>a contrario</i> e art. 1º – com a tramitação prevista nos arts. 130º a 154º, todos do CCP	€ 350 000,00	Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	25/07/2012	04/10/2012	€ 217 377,69
66/2012-ML	Aquisição de serviços de recolha e tratamento de valores e de fundos de troços para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 79/2011-CPC	Concurso limitado por prévia qualificação c/ publicação no JOUE Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11º, n.º 1, al. a) e sub al. v) al. b) – com a tramitação prevista nos arts. 162º a 192º, todos do CCP	€ 2 520 000,00	GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda.	22/03/2012	28/12/2012	€ 2 372 461,56

3.6. Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

3.6.1. Identificação dos órgãos sociais e suas responsabilidades

• Mandato II – 2012/2014

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Dr. José Manuel Silva Rodrigues	R.C.M. n.º 36/2012, de 23 de agosto	2012-2014
Vogal 1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		
Vogal 2	Dr. Luis Carlos Antunes Barroso		
Vogal 3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo		
Conselho Fiscal			
Presidente	Dr. José Emilio Castel Branco	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC, de 5 de outubro de 2012	2012-2014
Vogal 1	Dr. José Carlos Pereira Nunes		
Vogal 2	Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa		
Vogal Suplente	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais		
Revisor Oficial de Contas			
	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Luis Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	Despacho n.º 192/08-SETF, de 18 de março	-

O auditor externo do ML é a Deloitte & Associados, SROC, S.A..

Pelouros dos membros do Conselho de Administração – desde 23 de agosto de 2012

Dr. José Manuel Silva Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

Provedor Arbitral
Auditoria e Gestão do Risco
Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos (na área da Secretaria-Geral)
Relações Internacionais

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Administrador (residente no Metropolitano de Lisboa)

Autoridade de Segurança
Contratação Pública
Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos (na área dos Assuntos Jurídicos)
Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional
Exploração Operacional
Gestão de Manutenção

Participadas:
Presidente do CA da Ferconsult, S.A.
Vogal do CA da Metrocom, S.A.

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso
Administrador (residente na CARRIS)

Gestão Financeira
Marketing e Comercial

Participadas:
Vogal do CA da Ferconsult, S.A.
Vogal do CA da Metrocom, S.A.

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Administradora

Estratégia e Desempenho Corporativo
Qualidade e Ambiente
Sistemas e Tecnologias de Informação
Gestão de Empreendimentos e de Infraestruturas

Participadas:
Presidente do CA da Metrocom, S.A.

• Mandato I – 2010/2012

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis	R.C.M. n.º 24/2010, de 17 de junho	2010-2012
Vogal 1	Eng.º Carlos José Bento Nunes		
Vogal 2	Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob		
Vogal 3	Dr. Luís Miguel Silva Ribeiro		
Vogal 4	Dr. António Gregório Ventura		
Conselho Fiscal			
Presidente	Dr. Renato Augusto Vieira Campos	Despacho Conjunto SETF e SET, de 26 de outubro de 1998	1998-2001
Vogal 1	Dr. Evaristo da Cruz Branquinho		
Revisor Oficial de Contas			
	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Luís Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	Despacho n.º 192/08-SETF, de 18 de março	-

O auditor externo do ML, no mandato 2010/2012, foi a Deloitte & Associados, SROC, S.A..

Pelouros dos membros do Conselho de Administração – até 22 de agosto de 2012

Eng.º Francisco Cardoso dos Reis
Presidente do Conselho de Administração

Representação Institucional do ML
Provedor Arbitral
Estratégia e Desempenho Corporativo
Relações Internacionais
Marketing, Comunicação e Imagem
Qualidade e Ambiente

Participadas:
Presidente do CA da Ferconsult, S.A.
Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.

Eng.º Carlos José Bento Nunes
Administrador (substituto do presidente)

Engenharia de Infraestruturas
Gestão de Empreendimentos
Contratação

Participadas:
Vogal da Ferconsult, S.A.
Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.

Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob
Administrador

Gestão da Manutenção
Auditoria e Gestão de Risco
Autoridade de Segurança

Participadas:
Presidente da AG da Metrocom, S.A.

Dr. António Gregório Ventura
Administrador

Jurídico e Secretariado Executivo
Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional
Sistemas e Tecnologias de Informação

Participadas:
Presidente do CA da Metrocom, S.A.
Presidente da AG da Publímetro, S.A. (processo de nomeação em curso)

3.7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

3.7.1. Estatuto remuneratório fixado

- Mandato II – 2012/2014 – Conselho de Administração (desde 23 de agosto de 2012)

Estatuto remuneratório fixado do Conselho de Administração (Mandato II)

Conselho de Administração		Observações
Presidente	Valor mensal íliquido de 5.722,75 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.289,10 euros (12 vezes por ano).	Ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 e do Decreto-Lei n.º 98/2012) – 50% destes valores são suportados pela CARRIS.
Vogais	Valor mensal íliquido de 4.578,20 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.831,28 euros (12 vezes por ano).	

A estes valores íliquidos são aplicadas as reduções previstas no art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e na alínea c) do n.º 1, tendo em conta o disposto na alínea q) do n.º 9, ambos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor por força do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

De acordo com o disposto no art.º 4º do Decreto-Lei n.º 8/2012 e com o n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira não há lugar à atribuição de prémios de gestão.

Encontra-se suspenso o pagamento de subsídios de férias e de natal, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

- Mandato I – 2010/2012 – Conselho de Administração (de 1 de abril até de 22 de agosto de 2012)

Estatuto remuneratório fixado do Conselho de Administração (Mandato I – a partir de 1 abril)

Conselho de Administração	
Presidente	Valor mensal íliquido de 4.159,01 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.663,60 euros (12 vezes por ano).
Vogais	Valor mensal íliquido de 3.327,21 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.330,88 euros (12 vezes por ano).

Tabela de remunerações dos gestores públicos decorrente da aplicação dos critérios da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, que apresenta os valores reduzidos nos termos do artigo 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE 2011), mantido em vigor pelo n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE 2012).

- Mandato I – 2010/2012 – Conselho de Administração (até 31 de março de 2012)

Estatuto remuneratório fixado do Conselho de Administração (Mandato I – até 31 março)

Conselho de Administração	
Presidente	Valor mensal íliquido de 7.225,60 euros (14 vezes por ano)
Vogais	Valor mensal íliquido de 6.306,64 euros (14 vezes por ano)

A estes valores íliquidos são aplicadas as reduções decorrentes da aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

- Mandato II – 2012/2014 – Conselho Fiscal (desde 23 de agosto de 2012)

Estatuto remuneratório fixado do Conselho Fiscal (Mandato II)

Conselho Fiscal		Observações
Presidente	Valor mensal íliquido de 1.602,37 euros (14 vezes por ano)	De acordo com o Despacho Conjunto de 5 de outubro de 2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – 50% destes valores são suportados pela CARRIS.
Vogais	Valor mensal íliquido de 1.201,78 euros (14 vezes por ano)	
ROC	Valor mensal íliquido de 1.188,14 euros (12 vezes por ano)	

A estes valores íliquidos é aplicada a redução prevista no n.º 1 conjugado com a alínea q) do n.º 9, ambos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor por força do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. Encontra-se também suspenso o pagamento de subsídios de férias e de natal, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

- Mandato I – 2010/2012 – Conselho Fiscal (até 22 de agosto de 2012)

Estatuto remuneratório fixado do Conselho Fiscal (Mandato I)

Conselho Fiscal	
Presidente	Valor mensal ilíquido de 1.445,12 euros (14 vezes por ano)
Vogais	Valor mensal ilíquido de 1.083,84 euros (14 vezes por ano)
ROC	Valor mensal ilíquido de 1.188,14 euros (12 vezes por ano)

A estes valores ilíquidos são aplicadas as reduções decorrentes da aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro. Encontra-se também suspenso o pagamento de subsídios de férias e de natal, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Por solicitação do Presidente do Conselho Fiscal, o seu pagamento encontra-se suspenso desde 2011.

3.7.2. Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração em 2012

- Mandato II – 2012/2014 (desde 23 de agosto de 2012)

Remunerações do Conselho de Administração (Mandato II – desde 23 agosto)

Mandato II	Un: €				
	P	V (1)	V (2)	V (3)	
Adaptado ao EGP (Sim/Não)		Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração total (1.+2.+3.+4.)	14 946,55	12 075,31	12 075,31	12 075,31	12 075,31
OPRLO (Opção pela Remuneração do Lugar de Origem)		Não	Não	Não	Não
Entidade de origem (identificar)		-	-	-	-
Entidade pagadora (Origem/Destino)		-	-	-	-
1. Remuneração anual efetiva líquida	14 693,74	11 755,72	11 755,72	11 755,72	11 755,72
1.1 Remuneração anual	12 276,22	9 820,99	9 820,99	9 820,99	9 820,99
1.2 Despesas de representação	4 910,49	3 928,39	3 928,39	3 928,39	3 928,39
1.3 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.4 Redução decorrente da Lei n.º 12-A/2010	859,36	687,47	687,47	687,47	687,47
1.5 Redução decorrente da Lei n.º 64-B/2011	1 633,61	1 306,19	1 306,19	1 306,19	1 306,19
1.6 Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal	2 861,38	821,57	821,57	821,57	821,57
1.7 Reduções de anos anteriores	-	-	-	-	-
2. Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. IHT (isenção de horário de trabalho)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Outras (identificar)	252,81	319,59	319,59	319,59	319,59
4.1 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
4.2 Subsídio de refeição	252,81	319,59	319,59	319,59	319,59
5. Encargos com benefícios sociais					
5.1 Regime de proteção social (ADSE/Seg. Social/Outros)	2 280,12	2 280,12	1 320,13	2 280,11	2 280,11
5.2 Seguros de saúde	-	-	-	-	-
5.3 Seguros de vida	-	-	-	-	-
5.4 Seguros de acidentes pessoais	100,24	69,70	69,70	69,70	69,70
5.5 Outros (identificar):					
- Seguro de acidentes de trabalho	-	-	-	-	-
6. Informações adicionais					
6.1 Acumulação de funções de gestão (Sim/Não)		Sim	Sim	Sim	Sim
6.2 Entidade (identificar)		Carris, S.A.	Carris, S.A.	Carris, S.A.	Carris, S.A.
6.3 Remuneração anual		-	-	-	-

Parque automóvel (Mandato II – desde 23 agosto)

Mandato II	Un: €			
	P	V(1)	V(2)	V(3)
1. Modalidade de utilização	ALD	Locação financeira	ALD	ALD
2. Valor de referência da viatura nova	42 750,00	26 317,93	43 305,00	42 822,00
3. Ano de início	2010	2011	2010	2010
4. Ano de termo	2014	2014	2014	2014
5. N.º de prestações	48	36	48	48
6. Valor residual	16 348,00	522,87	-	4 282,00
7. Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	6 080,00	428,43	5 465,00	4 940,00
8. Combustível gasto com a viatura	433,07	463,43	677,54	353,72
9. Plafond anual de combustível atribuído	2 935,80	2 348,64	2 348,64	2 348,64
10. Outros (portagens / reparações / seguro)	1 044,90	475,25	1 247,23	1 348,31
11. Limite definido conforme art. 32º do EGP (S/N)	Sim	Sim	Sim	Sim

Outras regalias e compensações (Mandato II – desde 23 agosto)

Mandato II	Un: €			
	P	V(1)	V(2)	V(3)
1. Plafond mensal em comunicações móveis	40,00	40,00	40,00	40,00
2. Gastos anuais com comunicações móveis	171,61	116,09	115,72	164,23
3. Outras	-	-	-	-
4. Limite definido conforme art.º 32 do EGP	Sim	Sim	Sim	Sim

Gastos com deslocações (Mandato II – desde 23 agosto)

Mandato II	Un: €			
	P	V(1)	V(2)	V(3)
1. Custo total anual com viagens	268,50	-	-	-
2. Custos anuais com alojamento	-	-	-	-
3. Ajudas de custo	187,13	-	-	-
4. Outras:	-	-	-	-

• Mandato I – 2010/2012 (até 22 de agosto de 2012)

Remunerações do Conselho de Administração (Mandato I – até 22 agosto)

Mandato I	Un: €				
	P	V (1)	V (2)	V (3)	V (4)
Adaptado ao EGP (Sim/Não)		Não	Não	Não	Não
Remuneração total (1.+2.+3.+4.)	53 339,13	44 528,04	44 517,69	42 652,45	44 362,44
OPRLO (Opção pela Remuneração do Lugar de Origem)		Não	Não	Não	Não
Entidade de origem (identificar)	-	-	-	-	-
Entidade pagadora (Origem/Destino)	-	-	-	-	-
1. Remuneração anual efetiva líquida	51 631,38	42 654,69	42 654,69	40 851,55	42 654,69
1.1 Remuneração anual	50 261,33	41 787,54	41 787,54	40 281,16	41 787,54
1.2 Despesas de representação	9 163,81	7 331,04	7 331,04	6 728,49	7 331,04
1.3 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.4 Redução decorrente da Lei n.º 12-A/2010	2 687,50	2 228,93	2 228,93	2 123,48	2 228,93
1.5 Redução decorrente da Lei n.º 64-B/2011	5 106,26	4 234,96	4 234,96	4 034,61	4 234,96
1.6 Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal	5 675,06	4 540,05	4 540,05	4 540,05	4 540,05
1.7 Reduções de anos anteriores	-	-	-	-	-
2. Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. IHT (isenção de horário de trabalho)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Outras (identificar)	1 707,75	1 873,35	1 863,00	1 800,90	1 707,75
4.1 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
4.2 Subsídio de refeição	1 707,75	1 873,35	1 863,00	1 800,90	1 707,75
5. Encargos com benefícios sociais					
5.1 Regime de proteção social (ADSE/Seg. Social/Outros)	8 254,86	8 030,96	5 887,70	5 662,31	5 046,60
5.2 Seguros de saúde	379,92	379,92	379,92	379,92	379,92
5.3 Seguros de vida	-	-	-	-	-
5.4 Seguros de acidentes pessoais	-	-	-	-	-
5.5 Outros (identificar): - Seguro de acidentes de trabalho	834,18	692,31	903,41	683,78	677,42
6. Informações adicionais					
6.1 Acumulação de funções de gestão (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não
6.2 Entidade (identificar)	-	-	-	-	-
6.3 Remuneração anual	-	-	-	-	-

Parque automóvel (Mandato I – até 22 agosto)

(a) Valor de aquisição da viatura nova, em 2000 (inclui IVA à taxa de 17%).

(b) Número de prestações do leasing financeiro, iniciado em 2011. A última prestação será paga em 28/06/2014.

(c) As viaturas de serviço afectas ao CA à data de fim do *renting* não foram substituídas por novas viaturas com a mesma modalidade de utilização, passando a sua titularidade para o ML, com vantagens nos custos a suportar.

(d) Valor de aquisição da viatura, em 2011, após o fim do *renting* (inclui IVA à taxa de 23%). O valor residual está atualmente a ser pago em *leasing* financeiro.

(e) Valor da prestação anual do *leasing* financeiro.

(f) Corresponde a um plafond de 4.000 litros de gasóleo por ano.

Mandato I	Un: €				
	P	V (1)	V (2)	V (3)	V (4)
1. Modalidade de utilização	Aquisição	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Aquisição
2. Valor de referência da viatura nova	-	-	-	-	44 212,77 (a)
3. Matrícula	04-28-ZQ	27-DH-96	57-DP-59	72-DO-25	37-80-QH
4. Ano de início	2005	2007	2007	2007	2000
5. Ano de termo	-	2014	2014	2014	-
6. N.º de prestações	0	36 (b)	36 (b)	36 (b)	-
7. Valor residual (c)	-	24 762,64 (d)	26 317,93 (d)	26 317,93 (d)	-
8. Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	-	7 389,92 (e)	7 853,99 (e)	7 853,99 (e)	-
9. Combustível gasto com a viatura	935,88	1 835,05	3 134,24	1 744,07	1 862,77
10. Plafond anual de combustível atribuído (f)	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00
11. Outros:					
11.1 Seguro anual	1 246,54	431,68	450,00	450,00	943,92
11.2 Conservação e manutenção	485,15	857,75	1 211,59	1 674,75	2 795,27
11.3 Portagens e parques	34,00	321,60	551,27	405,89	486,85
11.4 IUC	54,06	34,61	34,61	34,61	34,61
11.5 Amortizações	0,00	8 256,00	8 776,00	8 776,00	0,00
12. Limite definido conforme art. 32º do EGP (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não

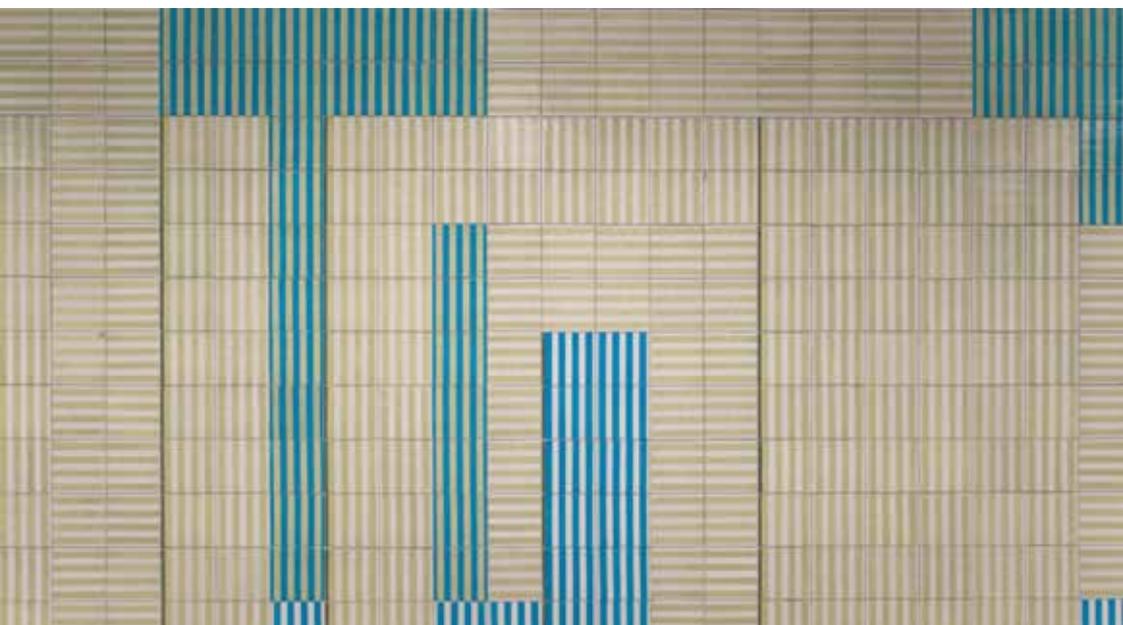
Outras regalias e compensações (Mandato I – até 22 agosto)

Mandato I	Un: €				
	P	V(1)	V(2)	V(3)	V(4)
1. Plafond mensal em comunicações móveis	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00
2. Gastos anuais com comunicações móveis	360,78	233,41	271,55	293,28	175,30
3. Outras	-	-	-	-	-

Gastos com deslocações (Mandato I – até 22 agosto)

Mandato I	Un: €				
	P	V(1)	V(2)	V(3)	V(4)
1. Custo total anual com viagens		-		-	-
2. Custos anuais com alojamento	1 638,73	-	820,15	-	-
3. Ajudas de custo	520,24	-	124,49	-	-
4. Outras	-	-	-	-	-

Estação Arroios



3.7.3. Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração em 2011

Remunerações do Conselho de Administração em 2011

Un: €

	P	V (1)	V (2)	V (3)	V (4)
1. Remuneração					
1.1 Remuneração base anual/fixa	101 158,40	88 292,96	88 292,96	88 292,96	88 292,96
1.2 Redução decorrente da Lei 12-A/2010	5 057,92	4 414,62	4 414,62	4 414,62	4 414,62
1.3 Redução decorrente da Lei 55-A/2010	9 610,02	8 387,82	8 387,82	8 387,82	8 387,82
1.4 Remuneração anual efetiva	86 490,46	75 490,52	75 490,52	75 490,52	75 490,52
1.5 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.6 Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-	-
1.7 Remuneração variável	-	-	-	-	-
1.8 IHT (isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-	-
1.9 Outras	-	-	-	-	-
2. Outras regalias e compensações					
2.1 Plafond anual em comunicações móveis	1 540,00	1 540,00	1 540,00	1 540,00	1 540,00
2.2 Gastos na utilização de comunicações móveis	1 136,39	357,71	461,56	603,11	321,51
- Comunicações nacionais	237,57	323,88	446,92	496,14	281,03
- Comunicações internacionais e roaming	670,15	33,83	14,64	5,35	40,49
- Transmissão de dados	228,67	-	-	101,63	-
2.3 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
2.4 Subsídio de refeição	2 546,10	2 359,80	2 463,30	2 515,05	2 421,90
2.5 Outras	-	-	-	-	-
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1 Proteção social	14 297,08	14 297,08	6 524,84	5 520,06	9 104,20
3.2 Seguros de saúde	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)
3.3 Seguros de vida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4 Seguros de acidentes pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5 Outros:					
- Seguro de acidentes de trabalho	1 137,96	993,24	993,24	993,24	993,24
4. Parque automóvel					
4.1 Marca	BMW	BMW	BMW	BMW	BMW
4.2 Modelo	525 D	520 D	520 D	520 D	520 D
4.3 Matrícula	04-28-ZQ	27-DH-96	57-DP-59	72-DO-25	37-80-QH
4.4 Modalidade de utilização	Aquisição	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Aquisição
4.5 Valor de referência da viatura nova	0,00	-	-	-	44 212,77
4.6 Ano de início	2005	2007	2007	2007	2000
4.7 Ano de termo	-	-	-	-	-
4.8 N.º de prestações	0,00	36,00	36,00	36,00	0,00
4.9 Valor residual	27 990,00	24 762,64	26 317,93	26 317,93	0,00
4.10 Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	0,00	4 338,48	6 699,56	5 565,00	0,00 (b)
4.11 Combustível gasto com a viatura	1 364,72	3 163,49	4 465,55	2 605,96	3 021,48
4.12 Plafond anual de combustível atribuído	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00
4.13 Outros:					
- Seguro anual	14 475,57	9 465,44 (c)	7 937,04 (c)	6 221,71 (c)	4 760,07
- Conservação e manutenção	1 202,91 (e)	377,72 (f)	393,75 (f)	391,46 (f)	930,37
- Portagens e parques	351,66	1 152,41 (g)	3 175,86 (g)	2 132,26 (g)	2 895,27
- IUC	40,16	712,67	1 043,67	374,23	900,60
- Amortizações	52,84	-	33,83	33,83	33,83
	12 828,00	7 222,64	3 289,93	3 289,93	-
5. Informações adicionais					
5.1 Opção pela remuneração do lugar de origem (S/N)	N	N	N	-	N
5.2 Remuneração ilíquida anual pelo lugar de origem	-	-	-	N	-
5.3 Regime de proteção social:					
- Segurança social (S/N)	S	S	N	N	N
- Outro	-	-	ADSE + CGA	ADSE + CGA	CGA
5.4 Exercício de funções remuneradas fora do grupo (S/N)	N	N	N	N	N
5.5 Outras	-	-	-	-	-

(a) Seguro geral da empresa - caso o pretenda, cada membro do CA pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, €28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

(b) Valor de aquisição da viatura nova, em 2000 (inclui IVA à taxa de 17%).

(c) Número de prestações do *leasing* financeiro, iniciado em 2011. A última prestação será paga em 28/06/2014.

(d) As viaturas de serviço afectas ao CA à data de fim do *renting* não foram substituídas por novas viaturas com a mesma modalidade de utilização, passando a sua titularidade para o ML, com vantagens nos custos a suportar.

(e) Valor de aquisição da viatura, em 2009, após o fim do contrato de *renting* (inclui IVA à taxa de 20%).

(f) Valor de aquisição da viatura, em 2011, após o fim do *renting* (inclui IVA à taxa de 23%). O valor residual está atualmente a ser pago em *leasing* financeiro.

(g) Valor da prestação anual do *leasing* financeiro.

(h) Corresponde a um plafond de 4.000 litros de gasóleo por ano.

3.7.4. Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração em 2010

Remunerações do Conselho de Administração em 2010 (desde 18 de julho de 2010)

	Un: €				
	P	V (1)	V (2)	V (3)	V (4)
1. Remuneração					
1.1 Remuneração base / fixa	46 484,69	40 572,71	37 840,34	40 572,71	40 572,71
- Subsídio de férias / Natal	7 225,60	3 153,33	11 982,62	3 153,33	3 153,33
1.2 Redução da Lei 12-A:					
- Remuneração base	2 324,24	2 028,62	2 028,62	2 028,62	2 028,62
- Subsídio de férias / Natal	361,28	157,67	157,67	157,67	157,67
1.3 Remuneração base / fixa efectiva	51 024,77	41 539,75	47 636,67	41 539,75	41 539,75
1.4 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.5 Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-	-
1.6 Remuneração variável	-	-	-	-	-
1.7 IHT (isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-	-
2. Outras regalias e compensações					
2.1 Gastos na utilização de telefones	-	-	-	-	-
2.2 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
2.3 Subsídio de refeição	1 076,40	1 200,60	1 262,70	1 200,60	1 200,60
2.4 Outras	-	-	-	-	-
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1 Regime convencionado	8 504,83	7 602,34		7 602,34	7 602,34
- Desconto: C.G.A.	-	-	2 415,19	-	-
- Desconto: A.D.S.E.	-	-	534,49	-	-
3.2 Seguros de saúde	332,43 (a)	332,43 (a)	284,94 (a)	332,43 (a)	332,43 (a)
3.3 Seguros de vida	-	-	-	-	-
3.4 Outros:					
- Seguro de acidentes de trabalho	677,88	591,67	551,82	591,67	591,67
4. Informações adicionais					
4.1 Marca	BMW	BMW	BMW	BMW	BMW
4.2 Modelo	525 D	520 D	520 D	520 D	520 D
4.3 Ano de Matrícula	2005	2007	2007	2007	2000
4.4 Valor de aquisição da viatura	27 990,00 (b)	-	-	-	44 212,77 (c)
4.5 Ano de aquisição da viatura	2009	-	-	-	2000
4.6 Valor da renda / prestação anual com a viatura de serviço	-	6 340,20 (d)	6 438,96 (d)	6 473,64 (d)	-
4.7 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	800,22	1 450,71	1 967,10	1 008,32	1 187,85
4.8 Outros:					
- Seguro anual	-	-	-	-	-
- Conservação e manutenção	2 795,76	805,19	3 719,42	930,02	3 519,91
- Portagens e parques	146,23	832,88	960,44	260,09	154,63
- IUC	51,30	-	-	-	33,10
5. Informações adicionais					
5.1 Opção pelo vencimento de origem	N	N	N	N	N
5.2 Regime convencionado:					
- Segurança social (S/N)	S	S	N	N	S
- Outro (S/N)	N	N	S	S	N
5.3 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	N	N	N	N	N
5.4 Outras	-	-	-	-	-
	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Dr. Joaquim Reis	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Eng.º Morais Correia		Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Dr. Miguel Roquette	

(a) Seguro geral da Empresa – caso o pretenda, cada membro do CA, pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, € 28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

(b) Corresponde ao valor de aquisição da viatura, em outubro de 2009, incluindo IVA a 20%.

(c) Viatura adquirida em 2000. O valor de aquisição da viatura inclui IVA à taxa de 17%.

(d) Valor anual do *renting* da viatura de serviço, inclui a renda (com IVA a 20% até junho e 21% a partir de julho) e seguro.

Remunerações do Conselho de Administração em 2010 (até 17 de julho de 2010)

	Un: €			
	P	V (1)	V (2)	V (4)
1. Remuneração				
1.1 Remuneração base / fixa	32 864,83	35 106,96	37 839,34	35 106,96
- Subsídio de férias / Natal	12 042,66	10 984,07	-	11 562,18
1.2 Redução da Lei 12-A:				
- Remuneração base	-	178,68	-	-
- Subsídio de férias / Natal	-	578,11	-	-
1.3 Remuneração base / fixa efectiva	44 907,49	45 334,24	37 839,34	46 669,14
1.4 Senha de presença	-	-	-	-
1.5 Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-
1.6 Remuneração variável	-	-	-	-
1.7 IHT (isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-
2. Outras regalias e compensações				
2.1 Gastos na utilização de telefones	-	-	-	-
2.2 Subsídio de deslocação	149,64	349,16	-	-
2.3 Subsídio de refeição	1 035,00	1 242,00	1 252,35	1 283,40
2.4 Outras	-	-	-	-
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1 Regime convencionado	6 925,87	8 102,63	-	8 041,47
- Desconto: C.G.A.	-	-	2 451,19	-
- Desconto: A.D.S.E.	-	-	567,60	-
3.2 Seguros de saúde	230,50 (a)	322,70 (a)	284,94 (a)	322,70 (b)
3.3 Seguros de vida	-	-	-	-
3.4 Outros:				
- Seguro de acidentes de trabalho	848,54	782,69	576,02	811,86
4. Informações adicionais				
4.1 Marca	BMW	BMW	BMW	BMW
4.2 Modelo	525 D	520 D	520 D	520 D
4.3 Ano de Matrícula	2005	2007	2007	2007
4.4 Valor de aquisição da viatura	27 990,00 (b)	-	-	-
4.5 Ano de aquisição da viatura	2009	-	-	-
4.6 Valor da renda / prestação anual com a viatura de serviço	-	6 340,20 (c)	6 438,95 (d)	6 473,65 (c)
4.7 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	278,97	762,21	1 747,11	1 243,06
4.8 Outros:				
- Seguro	1 249,45	-	-	-
- Conservação e manutenção	-	32,80	1 166,80	430,60
- Portagens e parques	55,06	146,40	230,93	63,12
- IUC	-	-	-	-
5. Informações adicionais				
5.1 Opção pelo vencimento de origem	N	N	N	N
5.2 Regime convencionado:				
- Segurança social (S/N)	S	S	N	S
- Outro (S/N)	N	N	S	N
5.3 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	N	N	N	N
5.4 Outras	-	-	-	-

(a) Seguro geral da Empresa - caso o pretenda, cada membro do CA, pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, € 28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

(b) Corresponde ao valor de aquisição da viatura, em outubro de 2009, incluindo IVA a 20%.

(c) Valor anual do *renting* da viatura de serviço, inclui a renda (com IVA a 20% até junho e 21% a partir de julho) e seguro.

3.7.5. Remunerações do Conselho Fiscal em 2012

Remunerações do Conselho Fiscal em 2012

Remunerações do Conselho Fiscal (Ano 2012)	Un: €		
	P	ROC	V
1. Remuneração			
1.1 Remuneração base anual/fixa	-	14 257,68	-
- Subsídio de férias	-	-	-
- Subsídio de Natal	-	-	-
1.2 Redução decorrente da Lei n.º 64-B/2011	-	1 362,36	-
Remuneração anual efetiva	0,00	12 895,32	0,00

3.7.6. Remunerações do Auditor Externo

Remunerações do auditor externo

Remunerações do auditor externo	Un: €	
	Ano 2011	Ano 2012
Remuneração anual efetiva	37 200,00	37 200,00

3.8. Análise de sustentabilidade da empresa

Neste capítulo é apresentada uma análise sintética da sustentabilidade da empresa nas vertentes económica, ambiental e social. Para o efeito, e em cada um destes vetores, foi feita uma análise SWOT e apresentada a estratégia da empresa, bem como as metas fixadas e os planos de ação para as concretizar.

Na análise SWOT apresentada, e para que a análise seja não apenas qualitativa mas também quantitativa, a mesma é suportada nos indicadores de sustentabilidade que a empresa segue, nos indicadores do controlo de gestão e nos indicadores de monitorização dos processos do sistema de gestão da qualidade e ambiente.

3.8.1. Domínio económico

• Análise

O Metropolitano de Lisboa presta um serviço público de transporte que, por si só, é deficitário, dependendo de apoio financeiro do governo, nomeadamente através de subsídios à exploração, para equilibrar as suas contas.

No entanto, e como ponto positivo, regista-se uma forte vontade política de tornar viáveis as empresas do setor, racionalizando a política do transporte público. O Metropolitano de Lisboa, através de um esforço continuado de racionalização de custos tem conseguido uma melhoria sustentada do EBITDA.

Salientam-se, como riscos económicos, os seguintes aspetos:

- Ausência de contrato que defina os termos em que são atribuídas as indemnizações compensatórias.
- Assunção do investimento do estado no que se refere à construção da infraestrutura.
- Elevada exposição à taxa de juro face ao elevado valor da dívida.

Análise SWOT – Domínio Económico

Ind. GRI	Pontos fortes	Ind. GRI	Pontos fracos
EN4	Consumo indireto de energia – Redução do consumo global;		
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência – Poupança de recursos ambientais;		
	Margem EBITDA (indicador contrato de gestão) – Melhoria do desempenho financeiro;		
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região – Reduzindo o absentismo aumenta-se a produtividade e reduz-se os encargos com colaboradores não produtivos;	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização – Risco dos colaboradores perderem o complemento de reforma.
	Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais (indicador contrato de gestão) – Potencial de melhoria do desempenho operacional levando a um aumento das receitas tarifárias.		
Ind. GRI	Oportunidades	Ind. GRI	Ameaças
LT3	Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas – Potencial de concertação da Oferta Carris/ML;	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo – Risco de faltar apoio financeiro do Estado;
LT6	Políticas e programas implementados para gerir os impactes ao nível do tráfego urbano – Potencial de concertação da Oferta Carris/ML.		Procura – Perda de receita.

• Estratégia

O Metropolitano de Lisboa pretende prosseguir com a sua política de contenção de custos e rigor orçamental.

• Metas

As metas estabelecidas para 2013 são as seguintes:

- Margem do EBITDA de -39,46%;
- Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais de 41%;
- Volume de negócios de 83.378 m€;
- Eficiência (gastos operacionais/EBITDA) de -6,2%.

• Plano de ação

Em 2013, e para além de toda uma política de rigor, contenção orçamental e racionalização dos gastos, serão implementadas quatro medidas com impacto mais significativo:

- Redução dos custos de “Fornecimentos e serviços externos” – renegociação dos contratos com os principais prestadores de serviço (nomeadamente serviços de limpeza e de vigilância);
- Racionalização dos recursos humanos dentro de uma política de sustentabilidade da empresa;
- Otimização dos processos internos;
- Racionalização do consumo de energia.

3.8.2. Domínio ambiental

• Análise

O ML contribui fortemente para a sustentabilidade da área metropolitana em que se insere ao proporcionar mobilidade com um reduzido impacte ambiental por passageiro x km transportado, comparativamente a outros meios de transporte motorizados. Tal deve-se não só ao modo de transporte em si, mas também à elevada eficiência energética do material circulante utilizado, bem como às medidas implementadas no âmbito da racionalização do consumo de energia como sejam a marcha económica, com redução da velocidade máxima de circulação do material circulante, a diminuição do número de carruagens a partir das 21h30, a adaptação de novos horários dos comboios, com redução de circulações e a racionalização dos consumos ao nível da iluminação das estações.

Também no que respeita aos restantes consumos significativos, materiais e água, existem medidas de racionalização com vista à redução dos mesmos.

As emissões atmosféricas e a produção de resíduos são naturalmente influenciadas pela redução dos consumos, sendo que, no que respeita às principais emissões atmosféricas o ML não tem capacidade para influenciar o fator de emissão de dióxido de carbono associado ao consumo de energia elétrica (401g CO₂/kWh, em 2012).

Relativamente às águas residuais o ML possui separadores de hidrocarbonetos nas oficinas dos PMO, mas não é efetuado o tratamento das águas residuais provenientes da rede, sendo esta uma fragilidade em termos de potenciais impactes ambientais.

No que respeita à atividade de construção de infraestrutura existe uma prática consolidada de elaboração de estudos de avaliação de impacto ambiental e de acompanhamento subsequente. Em 2012 decorreu a fase de pós-avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental), dos seguintes projetos:

- Prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda e S. Sebastião;
- Prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto;
- Prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira;

No respeitante aos novos projetos, procedeu-se ao acompanhamento ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos estudos de impacto ambiental e/ou exigidas pelas respetivas declarações de impacto ambiental, para os casos dos projetos com Avaliação de Impacte Ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos cadernos de encargos dessas empreitadas.

Em 2012 foi integrado no Sistema de Gestão da Qualidade, o Sistema de Gestão Ambiental, passando a existir uma monitorização mais rigorosa e permanente de todos os aspetos ambientais relativos às atividades da empresa.

Análise SWOT – Domínio Ambiental

Ind. GRI	Pontos fortes	Ind. GRI	Pontos fracos
EN4	Consumo indireto de energia – Redução do consumo global;		
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência – Poupança de recursos ambientais;		
EN8	Consumo total de água – Redução do consumo global;		
EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso – Redução das emissões;	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino – Descargas de águas residuais industriais com parâmetros fora do estipulado pelos regulamentos municipais.
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação – Redução da produção de resíduos;		
	Eficiência energética (indicador contrato de gestão) – Melhoria no uso de energia elétrica.		
Ind. GRI	Oportunidades	Ind. GRI	Ameaças
LT3	Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas – Potencial de concertação da Oferta Carris/ML;	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada do ozono, por peso – Possibilidade de emissão de ODS (Ozone Depleting Substances – são substâncias que empobrecem a camada de ozono) provenientes de equipamentos instalados;
LT6	Políticas e programas implementados para gerir os impactes ao nível do tráfego urbano – Potencial de concertação da oferta Carris/ML.		Oferta – Com a redução da oferta existe o risco dos passageiros optarem por outro meio de transporte menos eficiente, como por exemplo a utilização de transporte individual;
			Procura – Existe a possibilidade dos passageiros terem optado por outro meio de transporte menos eficiente, como por exemplo a utilização de transporte individual.

• Estratégia

Em matéria ambiental, a estratégia da empresa passará pela certificação do Sistema de Gestão Ambiental pela norma NP EN ISO 14001:2004, pela monitorização periódica dos diversos aspetos ambientais e pela implementação, ou continuidade, de um conjunto de medidas com vista à racionalização de consumos (energia, água, materiais) e de mitigação dos impactes ambientais associados às atividades.

• Metas

As metas estabelecidas para 2013 são as seguintes:

- Certificação do Sistema de Gestão Ambiental;
- Cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis;
- Redução do consumo de água em 10% face ao ano anterior;
- Aumento do consumo de energia elétrica e das emissões subsequentes de gases com efeito de estufa derivado do funcionamento na totalidade de 2013 do prolongamento Oriente/Aeroporto num máximo de 8,8% face ao ano anterior;
- Redução do consumo de papel e de toner face ao ano anterior;
- Redução da quantidade de resíduos produzidos face ao ano anterior;
- Aumento da percentagem de resíduos enviados para valorização face ao ano anterior;
- Diminuição do número de reclamações referentes a matéria ambiental;
- Aumento do número de passageiros x km transportados face ao ano anterior.

• Plano de ação

Com vista à consecução das metas fixadas foi elaborado um conjunto de medidas consubstanciado no Programa de Gestão do Sistema. Estas medidas são acompanhadas por equipas multidisciplinares e têm início, genericamente, na monitorização e levantamento da situação atual, para a implementação de ações concretas que se centram na racionalização dos consumos, por um lado, e na identificação de necessidades de intervenção ao nível dos impactes provocados, como seja a questão das águas residuais ou das emissões gasosas.

3.8.3. Domínio social

• Análise

O ML oferece aos seus colaboradores níveis remuneratórios e um conjunto de benefícios que, ainda que tenham sido reduzidos no quadro atual de contenção financeira e orçamental do país, se encontram acima da média nacional.

Ao nível externo da empresa, o ML tem um forte papel social ao permitir a mobilidade da população residente e visitante, diminuindo os tempos de deslocação e descongestionando da rede viária. Esse impacto social é tanto maior quanto maior for a necessidade de mobilidade da população, que está diretamente correlacionada com a atividade económica ou com o PIB da região.

Numa outra vertente, e com o intuito de aproximar o ML da população que serve, existe uma prática de patrocinar eventos de proximidade local, de cariz cultural e de solidariedade social.

Análise SWOT – Domínio Social

Ind. GRI	Pontos fortes	Ind. GRI	Pontos fracos
EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes – O salário mais baixo do Metropolitano de Lisboa é cerca do dobro do salário mínimo nacional;	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções – Incumprimento do valor mínimo de horas de formação imposto por lei;
PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente (ISC) – Demonstra que os clientes estão satisfeitos. Índice bom, apesar ter descido em 2012;		
	ECSI – Modo metropolitano considerado o melhor modo de transporte;		Prazo médio de pagamento (indicador contrato de gestão) – Atrasos no pagamento a fornecedores;
LA15	Taxa de retenção e de retorno após licença de paternidade, por género – A empresa apresenta taxas elevadas de retenção e retorno de colaboradores após a paternidade;		
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções – Não existem diferenças significativas entre mulheres e homens;		Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) – Ainda não está concluído, o que limita o acesso de pessoas com mobilidade reduzida a algumas estações.
	Existência da “Carta do Cliente”.		
	Cargos dirigentes – Aumento da quota das mulheres;		
	Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal – é proporcionado apoio;		
Ind. GRI	Oportunidades	Ind. GRI	Ameaças
	Lei de igualdade do género (Resolução de Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro)	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização – Risco dos colaboradores perderem o complemento de reforma;
		LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região – Risco de lesões ou doenças profissionais afetarem a vida profissional e pessoal do colaborador;
			Regularidade (indicador contrato de gestão) – Com a redução da regularidade existe o risco dos passageiros não conseguirem chegar ao seu destino no intervalo de tempo pretendido;
			Oferta (outro indicador relevante) – Com a redução da oferta existe o risco dos passageiros não terem outra possibilidade de transporte economicamente viável.

- **Estratégia**

A estratégia da empresa passa pelo aumento da produtividade, pela melhoria das condições de trabalho e consequente pela redução da sinistralidade e ainda pela mudança cultural da transição da gestão por tarefas ou categorias profissionais para uma gestão por competências.

- **Metas**

As principais metas estabelecidas são as seguintes:

- Redução da taxa de absentismo para um valor igual ou inferior a 6%;
- Redução do número de dias perdidos por acidentes de trabalho para 5500;
- Aumento do número de passageiros x km transportados face ao ano anterior;

- **Plano de ação**

O ML iniciou a definição da Matriz de Competências da totalidade dos seus colaboradores com vista a identificar, por um lado, competências que sejam necessárias adquirir e, por outro lado, analisar o potencial humano existente de forma a potenciar o mesmo.

Existe ainda um plano de formação que passará a incluir, a partir de 2013, uma Academia com vista a potenciar jovens quadros de elevado potencial.

Relativamente ao absentismo, existe um projeto específico, com monitorização permanente, ações de sensibilização e acompanhamento personalizado dos casos mais críticos.

3.9. Cumprimento dos princípios do bom governo

O ML tem vindo a implementar as ações necessárias para o cumprimento dos princípios de bom governo emanados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, atuando num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

3.10. Código de ética

Na sociedade contemporânea, em que as mudanças resultantes da globalização, da democratização das tecnologias e da informação, implicam uma maior exigência da sociedade em relação à postura das organizações, a transparência nos princípios organizacionais e a conduta socialmente responsável são determinantes para a sobrevivência das organizações no mercado e para a manutenção de uma imagem institucional positiva.

Neste sentido, a empresa dispõe de um “Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.”, que constitui um instrumento importante para promover a partilha da missão, da visão, dos valores e do compromisso da empresa para com os seus *stakeholders*.

É ainda de realçar que, em 2012, no âmbito da “Prevenção de riscos de corrupção e de infrações conexas”, e de acordo com o previsto no art. 19º da RCM n.º 49/2007, de 28 de março, procedeu-se à atualização do respetivo plano, tal como anteriormente referido no capítulo 1.7.5 – “Gestão do Risco”.

3.11. Riscos relevantes para a empresa

Toda a matéria relacionada com os riscos relevantes para a empresa encontra-se desenvolvida na parte referente ao desempenho do ML, no capítulo 1.7.5 – “Gestão do Risco”.

3.12. Conflitos de interesse

Os membros dos órgãos sociais abstiveram-se de intervir nas decisões que poderiam envolver os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Para além disso, no início do mandato, os membros declararam ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças, não deterem participações patrimoniais na empresa, bem como, não desenvolverem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

3.13. Divulgação da informação

Informação que consta no site do SEE

Informação a constar no site do SEE	Divulgação			Comentário
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, visão, missão e estratégia	X			
Ficha síntese da Empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrigações do serviço público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Identificação dos órgãos sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e transações:				
Regulamentos internos e externos	X			
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de ética e de conduta	X			
Informação financeira histórica e atual	X			
Esforço financeiro do Estado	X			

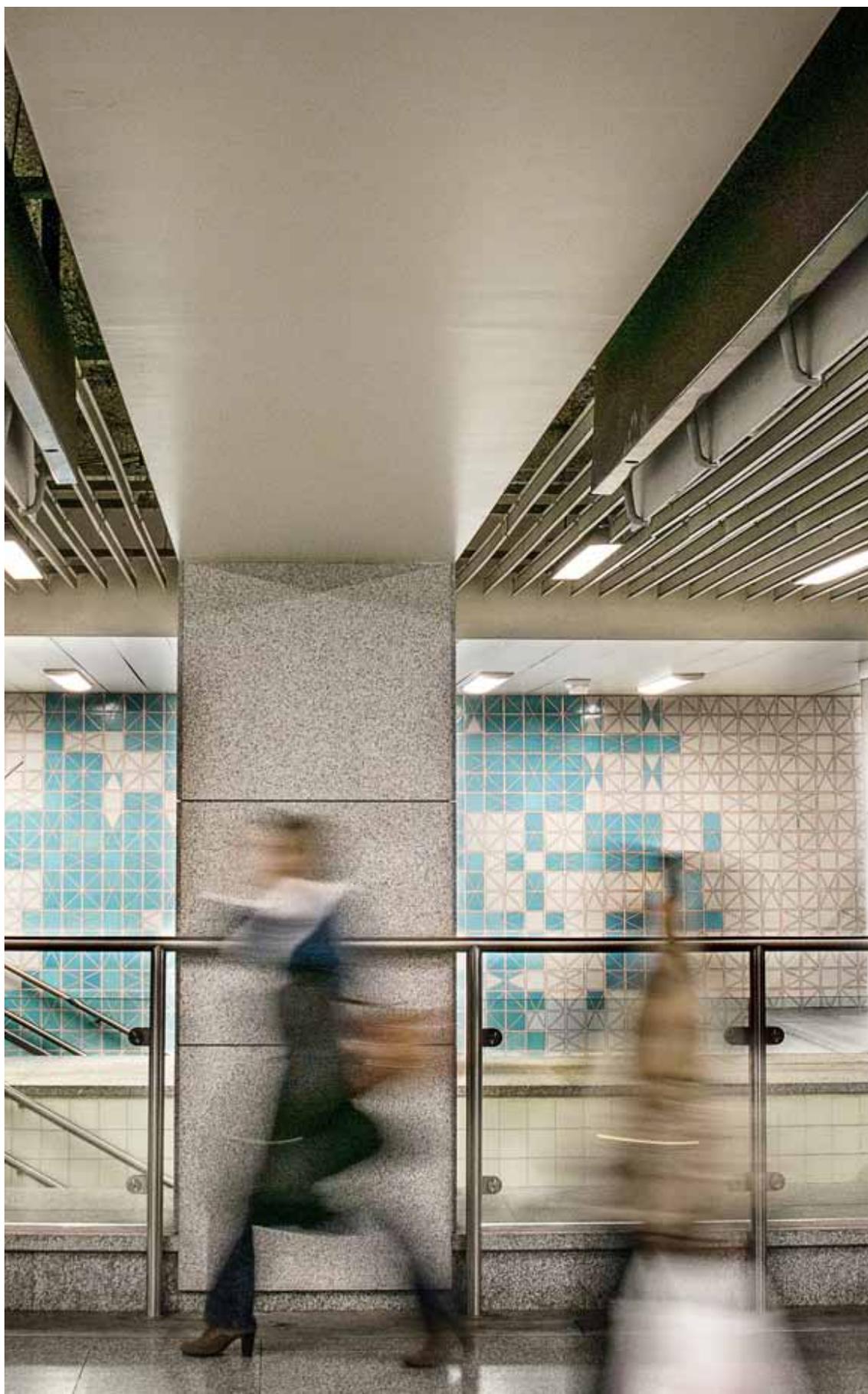
Nota: Parte da informação publicada no Site do SEE encontra-se desatualizada dado que as contas do ML dos anos 2010 e 2011 não foram aprovadas pela Tutela.

Informação que consta no site da empresa

Informação a constar no site da empresa	Divulgação			Comentário
	S	N	N.A.	
Existência de site	X			
Historial, visão, missão e estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos sociais e modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificação de sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos internos e externos	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X			
Código de ética e de conduta	X			
Relatório e contas	X			
Carta do Cliente	X			
Provedor do cliente	X			

Legenda:
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

Estação S. Sebastião



4. Cumprimento das orientações legais

4.1. Objetivos de gestão

Os objetivos de gestão da empresa encontram-se espelhados no “Contrato de Gestão” assinado com o Estado Português, cujo nível de cumprimento dos mesmos é apresentado no quadro síntese constante no final deste capítulo, e desenvolvido no capítulo 3.2 – “Grau de cumprimento dos objetivos” deste relatório.

4.2. Gestão do risco financeiro e limites de endividamento

Gestão do risco financeiro

Gestão de risco financeiro (Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro)	Cumprido			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Empréstimos bancários de curto prazo e médio-longo prazo; empréstimos DGTf; operações <i>Schuldchein</i> ; <i>leasing</i> financeiro e operacional; emissões obrigacionistas.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			Taxa de juro variável, fixa, fixa revisível.
Diversificação de entidades credoras	X			Várias instituições financeiras nacionais e internacionais.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo curto em médio-longo prazo, em condições favoráveis	X			
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (<i>all-in-cost</i>) da operação	X			Os financiamentos disponibilizados pelo Estado a médio-longo prazo têm um custo financeiro atrativo face às atuais condições de mercado, dispensando a prestação de garantias reais e outras cláusulas restritivas.
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (<i>covenants</i>)	X			
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de fundos comunitários e de capital próprio	X			A empresa procura maximizar a percentagem de participação por produtos nacionais e comunitários.
Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos Relatórios e Contas				
Descrição da evolução taxa média anual de financiamento nos últimos cinco anos	X			Ponto 2.1 do relatório
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos cinco anos	X			Idem
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em termos descritivos
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			De acordo com o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro.

Legenda:
S – Sim
N – Não
N.A. – Não Aplicável

Os limites máximos de acréscimo de endividamento para 2012, definidos no Despacho n.º 155/11-MEF, de 28 de abril, não foram cumpridos. A dívida remunerada teve um acréscimo um pouco acima da meta de 5% definida pelo Governo, pelo que o endividamento do Metro cresceu 5,3%, passando de 3.969 M€ para 4.181 M€. Este acréscimo, que resultou integralmente dos empréstimos contraídos junto do Tesouro português de acordo com os montantes inscritos no orçamento do Estado, teve como finalidade o pagamento dos encargos financeiros associados ao serviço da dívida.

4.3. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos

O Governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa “Pagar a tempo e horas”, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, com o objetivo de reduzir significativa e estruturalmente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Prazo médio de pagamentos a fornecedores

Prazo médio de pagamentos (PMP)	Un: n.º dias			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Ano 2010	75	85	101	115
Ano 2011	109	115	108	128
Ano 2012	150	168	198	113

Em 31/12/2012, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, encontravam-se em atraso os pagamentos abaixo descritos:

Pagamentos em atraso

Pagamentos em atraso	Un: €				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	106 244	16 875	100 427	324 190	643 091
Aquisições de capital	577 257	65 786	85 382	371 536	3 066 877
Saldo em dívida (total)	683 501	82 662	185 808	695 726	3 709 968

4.4. Deveres especiais de informação

Para cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, foi prestada informação atempada, através do envio à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes documentos:

- Planos de atividade anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

4.5. Recomendações do acionista

As contas do ML dos anos de 2010 e 2011 ainda não se encontram aprovadas.

4.6. Remunerações

No ano de 2012 foi dado integral cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2012, em todas as suas vertentes, nomeadamente:

- Dos órgãos sociais (art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010, art.ºs 20º, 21º e 29º da Lei n.º 64-B/2011);
- Dos restantes trabalhadores (art.ºs 20º e 21º da Lei n.º 64-B/2011).

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais em 2012 encontram-se no capítulo 3.7.1 – “Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração” e as remunerações auferidas em 2011 e 2012 pelo auditor externo apresentam-se no capítulo 3.7.6. – “Remunerações do Auditor Externo”.

4.7. Estatuto do Gestor Público

No ano de 2012 foi dado integral cumprimento ao Estatuto do Gestor Público, conforme já referido no âmbito das remunerações atrás referidas.

Acrescenta-se que não houve utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

4.8. Contratação pública

Os procedimentos adotados em termos de normas de contratação pública encontram-se descritos no capítulo 3.5 – “Outras transações”. Foi dado cumprimento a todas as obrigações legais.

4.9. Racionalização de política de provisionamento de bens e serviços

No início de 2010 a empresa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, dando cumprimento a uma medida de racionalização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços entretanto definida no Plano de Estabilidade e Crescimento.

No que se refere ao parque de veículos do Estado, o ML cumpre o disposto na Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro, encontrando-se centralizada a gestão da frota e definidos os cargos com competências para a utilização de veículos: os membros do Conselho de Administração, os Assessores do Conselho de Administração e os Diretores da empresa. O quadro que se segue resume o parque de veículos do ML em 2012.

Parque de veículos do Estado

Parque de veículos do Estado	Ano 2012
1. N.º de veículos adquiridos	1
2. N.º de veículos abatidos	22
3. N.º de veículos atribuídos	22
3.1 Conselho de Administração	1
3.2 Cargos de chefia	21
3.3 Outros (identificar)	0

4.10. Princípio da igualdade de género

Em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, o ML aprovou na Reunião de Conselho de Administração n.º 21/2012, de 25 de maio, o “Plano de Ação para a Igualdade de Género” para o triénio 2012/2015.

O referido plano apresenta o diagnóstico interno da empresa, baseado nos indicadores para a igualdade e contempla medidas de atuação para a melhoria da igualdade de género dos seus colaboradores, encontrando-se atualmente em fase de alteração. Com efeito, de forma a apurar e monitorizar a avaliação da igualdade de género, adicionaram-se novos indicadores de diagnóstico interno e reformularam-se algumas das medidas de atuação relativamente à versão aprovada em 2012, prevendo-se a sua implementação em 2013.

4.11. Plano de redução de custos

Plano de redução de custos

Plano de redução de custos (ofício circular n.º 82/2012, de 6 de janeiro)	Cumprimento			Quantificar	Medidas tomadas
	S	N	N.A.		
1. Assegurar a redução do peso dos CMVMC + FSE + Gastos com pessoal (sem “indenizações por despedimento”) no Volume de negócios (face a um EBITDA positivo)	X			137%	Análise e renegociação de contratos (vigilância e limpeza) e poupança de energia. Redução de 64% do peso face a 2010
2. Redução do número de efetivos e de Cargos de direção	X			9% / 10%	Redução do efetivo face a 1 de janeiro de 2011
3. Gestão do Risco Financeiro – seguir as orientações dos Despachos n.º 101/2009-SETF, de 30 janeiro e n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho	X				Ver capítulo 4.2 – “Gestão do risco financeiro e limites de endividamento”
4. O plano de atividade faz referência à evolução prevista nos “atrasos nos pagamentos” (<i>arrears</i>), por antiguidade de saldos, e PMP a fornecedores, assim como a estratégia a adotar pelos órgãos de gestão em 2012 para liquidação das dívidas vencidas há mais de 90 dia e controlo das mesmas	X				Controlo e monitorização mensal dos pagamentos a fornecedores, dando prioridade às dívidas mais antigas.
5. Foram seguidas as orientações sobre as remunerações relativas à contenção da despesa, suspensão de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes de aposentados e reformados, bem como, prémios de gestão (Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e a proposta de Lei do OE/2012)	X				Ver capítulo 4.15 – “Quadro resumo”
6. Aplicação das orientações relativas às normas de contratação pública	X				Ver capítulo 4.8 – “Contratação pública”
7. Orientações sobre o endividamento		X			Ver capítulo 4.2 – “Gestão do risco financeiro e limites de endividamento”
8. Outras orientações:					
Despesas em deslocações, ajudas de custo e alojamento (redução de 50% ao valor gasto em 2010)	X			77%	Redução face ao ano de 2010
Despesas de comunicações (redução de 50% à média do período 2009/2010)		X		38%	Redução face à média do período 2009/2010

4.12.Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes ¹⁴

Gastos com pessoal

Designação		2010	2011	2012
Gastos com pessoal *	€	87 656 930	78 836 976	75 297 791
Gastos com órgãos sociais	€	610 813	491 095	334 343
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€	0	69 653	18 726
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€	0	0	0
Gastos com dirigentes (sem O.S.)	€	20 070 853	15 918 737	12 691 435
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€	0	1 210 085	865 183
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€	0	0	0
Gastos com efetivos (sem O.S. e sem dirigentes)	€	66 975 246	61 767 886	61 612 140
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€	0	1 897 009	1 637 639
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€	0	0	0
Rescisões / Indemnizações	€	18	659 259	659 874

*Total da classe 63 (SNC).

Número de cargos dirigentes

Designação		2010	2011	2012
Pessoal no ativo (O.S. + dirigentes + efetivos)	n.º	1680	1598	1529
Órgãos sociais	n.º	8	8	4
Dirigentes (sem O.S.)	n.º	292	270	259
Efetivos (sem O.S. e sem dirigentes)	n.º	1380	1320	1266

4.13 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 02 de janeiro de 2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais, conforme previsto no art.º 89º da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro.

4.14 Recomendações do Tribunal de Contas

Na sequência das “recomendações” constantes do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, cumpre salientar que o cumprimento de algumas das recomendações se encontra fortemente condicionada pela situação económica e financeira que atravessamos, pelo quadro legal vigente.

Neste sentido, relativamente a cada uma das recomendações efetuadas, informamos as medidas tomadas e os resultados obtidos para cada uma, no quadro seguinte.

Cumprimento das recomendações do TC

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sím	Não	Em parte		
Recomendação 1:					
Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuidade do transporte aos trabalhadores e familiares	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 2:					
Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 3:					
Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 4:					
Implementação da depreciação contabilística das ILD		X		Por decisão da tutela, em 2012, as ILD passaram a figurar no balanço, mas sem contabilização de amortizações.	Esta recomendação apenas poderá ser ultrapassada com a celebração do contrato de concessão com o Estado.

¹⁴ Os cargos dirigentes incluem as categorias de diretor e as chefias de primeiro e segundo nível.

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 5:					
Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade de desempenho		X		-	Esta recomendação está condicionada pelo prazo de vigência do acordo de empresa, que termina em 31/dez/2015.
Recomendação 6:					
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões			X	-	Os trabalhadores admitidos para a Empresa após 31 de dezembro de 2003 não são abrangidos pelo complemento de reforma.
Recomendação 7:					
Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material circulante	X			Implementação do projeto "Menos absentismo - Mais produtividade"	Projeto ainda em curso; A taxa de absentismo passou de 9,60%, em 2010, para 6,17%, em 2012.
Recomendação 8:					
Revisão e contabilização dos montantes atribuídos ao CCD	X			-	O ML, atualmente, não atribui qualquer subsídio ao CCD.
Recomendação 9:					
Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida			X	Instalação de meios mecânicos de acesso às estações	Foram concluídos os trabalhos nas estações Roma e Alvalade, estando em curso os trabalhos nas estações Areeiro, Colégio Militar e Baixa-Chiado. Devido aos atuais condicionalismos económicos não é possível, neste momento, à empresa financiar as obras nas restantes estações.
Recomendação 10:					
Construção de parques de estacionamento	X			Construção de parques de estacionamento	O ML construiu parques na Pontinha, Lumiar, Senhor Roubado e Odivelas, com recurso a meios de financiamento próprios.
Recomendação 11:					
Criação de um sistema de Parque & Siga	X			Criação de um tarifário específico que permite o estacionamento da viatura em alguns parques da EMEL e da Emparque com o acesso à rede do metro.	Concluído
Recomendação 12:					
Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano			X	Informação de tempo de espera para a passagem do comboio seguinte transmitida nos painéis interiores da generalidade das estações.	A funcionar na maioria das estações do Metro
			X	Colocação de painéis informativos na entrada das estações relativa à circulação na rede do ML.	Em fase de estudo
		X		Criação do Gabinete do Cliente	Atualmente existem três gabinetes do cliente ML
			X	Abertura do gabinete Carris / Metro	Em fase de estudo
Recomendação 13:					
Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente	X			-	As funções do Provedor Arbitral integram as competências do Provedor do Cliente
Recomendação 14:					
Centralização da relação com o cliente numa única entidade	X			"Relação com o cliente" num único órgão da empresa.	Em resultado da alteração orgânica do ML, foi criada a Direção Marketing e Comercial, que centraliza a "relação com o cliente".
Recomendação 15:					
Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço	X			Criação da Carta do Cliente	Concluído
		X		Disponibilizar informação relativa à compensação dos titulares do cartão "Viva viagem", em caso de interrupção do serviço de metro.	Esta informação está disponível no site da empresa
Recomendação 16:					
Atuação sobre aspetos do relatório considerados "a melhorar"				-	-

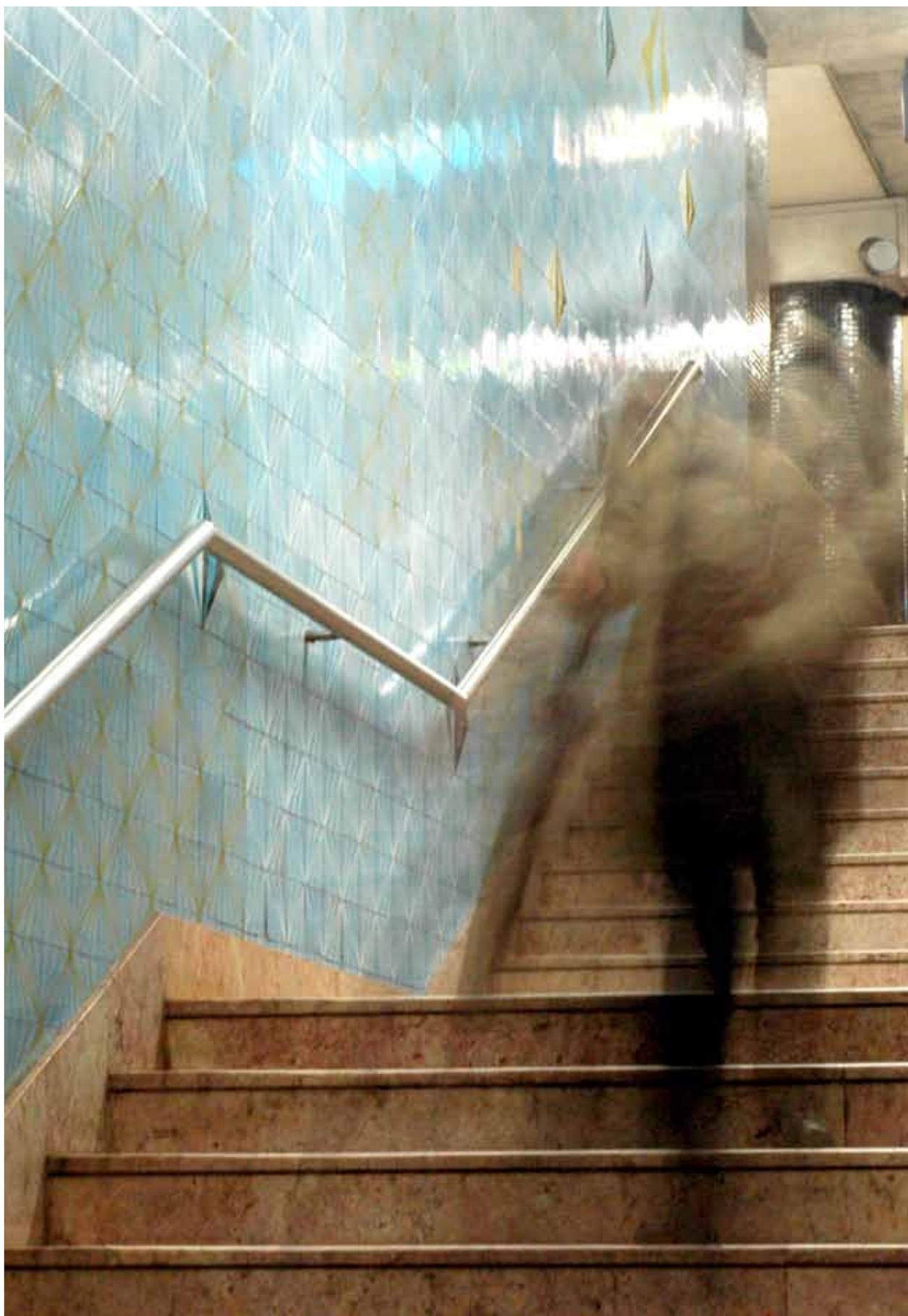
4.15. Quadro resumo

Cumprimentos das orientações legais

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão					
Contrato de gestão	X			Realizado 116%	
Gestão do risco financeiro					
Limites de crescimento do endividamento		X		Realizado 5,3%	Ver capítulo 4.2 – “Gestão do risco financeiro e limites do endividamento”
Evolução do PMP a fornecedores		X		Redução de 15 dias face ao ano anterior.	-
Atrasos nos pagamentos (<i>arrears</i>)		X		-	Ver capítulo 4.3 – “Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos”
Deveres especiais de informação	X			-	Ver capítulo 4.4 – “Deveres especiais de informação”
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão	X			-	
Órgãos sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 64-B/2011	X			28 524,58 €	
Órgãos sociais – redução de 5% por aplicação art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			14 295,92 €	
Auditor externo – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 64-B/2011			X	-	
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010	X			2 502 822,00 €	
Contratação pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver capítulo 4.8 – “Contratação pública”
Adesão ao sistema nacional de compras públicas	X				
Parque automóvel					
	X				Ver capítulo 4.9 – “Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços”
Igualdade de género					
	X				Ver capítulo 4.10 – “Princípio da igualdade do género”
Plano de redução de custos					
Gastos com pessoal	X			Redução de 4,5%, face ao ano de 2011	Ver capítulo 4.11 – “Plano de redução de custos”
Fornecimentos e serviços externos	X			Redução de 7,4%, face ao ano de 2011	
Princípio da unidade de tesouraria	X				Ver capítulo 4.13 – “Princípio da unidade de tesouraria do Estado”

Legenda:
S – Sim
N – Não
N.A. – Não Aplicável

Estação Campo Pequeno



5. Perspetivas para 2013

No ano de 2013, o ML terá de prosseguir o seu processo de modernização e de reestruturação operacional, continuando a ganhar eficiência e a aumentar a produtividade, ao mesmo tempo que prosseguirão ações de qualificação que permitirão manter elevados níveis de desempenho e de qualidade do serviço.

A preocupante e insustentável situação financeira da empresa, caso não sejam tomadas medidas de reestruturação profundas, continuará a agravar-se, absorvendo todos os ganhos operacionais que venham a ser alcançados, como, aliás, tem acontecido nos últimos anos, o que não pode deixar de constituir motivo de grande preocupação, para o que urge encontrar solução.

A integração operacional com a CARRIS, que está em curso, permitirá uma melhor articulação da Oferta das duas empresas, do que resultará um reforço da intermodalidade e da integração modal, facilitando uma maior e mais racional integração tarifária, com benefício para a mobilidade urbana em Lisboa, esperando-se que daí resulte um ganho de quota de mercado, em consequência da redução da utilização do transporte individual, com o conseqüente aumento de passageiros.

Esta integração deverá, também, ter expressão noutros domínios da organização e do funcionamento da empresa, permitindo, por exemplo, a convergência de procedimentos, a obtenção de economias de escala, etc., o que dará um contributo relevante para a continuação da melhoria do desempenho operacional da empresa.

Ao mesmo tempo, em 2013, serão desenvolvidos os estudos técnicos, económicos e jurídicos necessários para se proceder à abertura à gestão privada da operação/manutenção da atividade do ML, em conformidade com o determinado pelo Governo Português.

Estação Alameda



Estação Anjos



6. Demonstrações financeiras

Balancos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Un: €

Ativo	Notas	2012	2011
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5	4 414 234 514	3 928 899 643
Ativos fixos tangíveis	6	287 272 796	313 674 776
Propriedades de investimento	8	366 891	399 796
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	20 144 909	15 935 246
Outras contas a receber	13	12 433 723	12 445 631
Derivados	10	48 535 668	36 525 070
Outros ativos financeiros	11	17 539 253	24 351 216
Total do ativo não corrente		4 800 527 754	4 332 231 378
Ativo corrente			
Inventários	12	1 222 618	1 845 086
Clientes	13	8 007 952	5 083 804
Adiantamentos a fornecedores		-	11 483
Estado e outros entes públicos	21	4 173 639	3 797 633
Outras contas a receber	13	18 400 998	21 440 527
Diferimentos	14	57 167 476	57 067 206
Caixa e depósitos bancários	4	24 420 301	110 684
Total do ativo corrente		113 392 984	89 356 423
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		4 414 234 514	3 928 899 643
Total do ativo afeto à operação (ML)		499 686 224	492 688 158
Total do Ativo		4 913 920 738	4 421 587 801

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2012.

Capital Próprio e Passivo	Notas	2012	2011
Capital Próprio			
Capital realizado	15	603 750 000	603 750 000
Reserva legal		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados		(1 466 173 836)	(1 325 608 309)
Outras variações no capital próprio	16	22 824 584	25 730 815
		(838 075 777)	(694 604 019)
Resultado líquido do exercício		(77 332 060)	(146 052 279)
Total do capital próprio		(915 407 837)	(840 656 298)
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5	4 189 773 808	3 806 891 112
Provisões	17	522 537	1 565 994
Financiamentos obtidos	18	753 124 597	399 130 629
Derivados	10	230 338 909	211 713 563
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	262 739 100	262 695 165
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração		4 189 773 808	3 806 891 112
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)		1 246 725 143	875 105 351
Total do passivo não corrente		5 436 498 951	4 681 996 463
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5	241 501 175	122 008 531
Fornecedores	20	1 444 281	9 794 472
Estado e outros entes públicos	21	4 106 305	3 866 933
Financiamentos obtidos	18	103 493 601	404 172 531
Outras contas a pagar	23	38 966 622	36 726 075
Diferimentos	24	3 317 640	3 679 094
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração		241 501 175	122 008 531
Total do passivo corrente afecto à operação (ML)		151 328 449	458 239 105
Total do passivo corrente		392 829 624	580 247 636
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		4 431 274 983	3 928 899 643
Total do passivo afeto à operação (ML)		1 398 053 592	1 333 344 456
Total do passivo		5 829 328 575	5 262 244 099
Total do capital próprio e do passivo		4 913 920 738	4 421 587 801

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Balances em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Un: €

Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	25	81 733 054	67 682 780
Subsídios à exploração	26	46 102 194	45 179 058
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(837 503)	(1 101 105)
Trabalhos para a própria entidade		4 464 959	5 113 390
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 205 404)	(2 166 757)
Fornecimentos e serviços externos	27	(35 345 628)	(38 156 119)
Gastos com o pessoal	28	(75 297 791)	(78 836 976)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	(50 000)	(50 000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	73 712	160 464
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 19	11 274 881	9 393 781
Aumentos / reduções de justo valor	10	(6 614 748)	(53 373 171)
Outros rendimentos e ganhos	29	4 611 385	8 539 201
Outros gastos e perdas	30	(2 346 811)	(1 615 732)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25 562 300	(39 231 186)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(27 718 878)	(31 373 677)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	8	38 230	(166 518)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2 118 348)	(70 771 381)
Juros e rendimentos similares obtidos	31	-	13 072
Juros e gastos similares suportados	31	(75 116 318)	(75 177 668)
Resultado antes de impostos		(77 234 666)	(145 935 977)
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(97 394)	(116 302)
Resultado líquido do exercício		(77 332 060)	(146 052 279)

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Un: €

	Notas	2012	2011
Atividades operacionais			
Vendas de bilhetes e passes		84 864 044	80 119 941
Subsídios à exploração	3.18	46 480 470	46 694 180
Recebimentos de clientes		12 363 933	8 859 850
Pagamentos a fornecedores		(53 405 680)	(39 151 126)
Pagamentos ao pessoal		(56 247 350)	(66 785 940)
Caixa gerada pelas operações		34 055 417	29 736 905
Pagamento e recebimento de impostos		(5 441 903)	(12 159 504)
Outros pagamentos / Recebimentos da atividade operacional		(4 640 590)	(9 448 694)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		23 972 924	8 128 707
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras		-	21 289 146
Atividades de investimento em ILD - Subsídios de investimento	5	56 357 289	69 195 103
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		-	362 792
Total dos recebimentos		56 357 289	90 847 041
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 188 713)	(5 276 650)
Ativos intangíveis		-	-
Atividades de investimento em ILD - Ativos fixos tangíveis		(40 987 506)	(59 721 472)
Outros pagamentos		-	(179)
Total dos pagamentos		(43 176 219)	(64 998 301)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		13 181 070	25 848 740
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos bancários - IGCP/DGTF	18	410 833 969	105 974 436
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos bancários - IGCP/DGTF	5	237 747 877	507 957 564
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos obrigacionistas	5.5	-	25 000 000
Total dos empréstimos		648 581 846	638 932 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos bancários		(334 888 539)	(384 308 142)
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos bancários		(71 502 576)	(71 502 576)
Operações de leasing operacional		(12 924 985)	(9 363 996)
Operações de leasing financeiro		(22 608 703)	(18 308 351)
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos obrigacionistas	5.5	(7 731 367)	(7 731 367)
Atividades de investimento em ILD - Juros e gastos similares		(153 477 168)	(138 048 742)
Juros e gastos similares		(52 606 599)	(37 809 528)
Depósito a prazo (caução)		(634 077)	(671 566)
Suprimentos concedidos	9	(5 052 209)	(5 138 646)
Total dos pagamentos		(661 426 223)	(672 882 914)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(12 844 377)	(33 950 914)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		24 309 617	26 533
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	110 684	84 151
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	24 420 301	110 684
Numerário	4	24 634	18 723
Depósitos bancários	4	24 395 667	91 961
Caixa e seus equivalentes no fim do período		24 420 301	110 684

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

								Un: €
	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2011		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 144 011 150)	28 637 046	(148 337 248)	(658 437 877)
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010	15	-	-	-	(148 337 248)	-	148 337 248	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos – perdas atuariais	19	-	-	-	(30 766 709)	-	-	(30 766 709)
Anulação de gastos com montagem de financiamentos		-	-	-	(2 493 504)	-	-	(2 493 504)
Outros		-	-	-	302	-	-	302
		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 325 608 309)	25 730 815	-	(694 604 019)
Resultado líquido do exercício							(146 052 279)	(146 052 279)
Resultado integral							(146 052 279)	(146 052 279)
Posição em 31 de dezembro de 2011		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 325 608 309)	25 730 815	(146 052 279)	(840 656 298)
Posição em 1 de janeiro de 2012		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 325 608 309)	25 730 815	(146 052 279)	(840 656 298)
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011	15	-	-	-	(146 052 279)	-	146 052 279	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos – ganhos atuariais	19	-	-	-	5 486 752	-	-	5 486 752
		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	-	(838 075 777)
Resultado líquido do exercício							(77 332 060)	(77 332 060)
Resultado integral							(77 332 060)	(77 332 060)
Posição em 31 de dezembro de 2012		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	(77 332 060)	(915 407 837)

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Estação Martim Moniz



Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(montantes expressos
em euros)

1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Entidade Pública Empresarial), assumiu, no dia 26 de junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designada por “Empresa”.

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de junho de 2009, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L..

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados no capital próprio em 31 de dezembro de 2012 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, gastos e rendimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de maio de 2013. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Estado Português, detentor do capital estatutário, nos termos da legislação específica sobre entidades públicas empresariais em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2.1. Alterações de políticas contabilísticas e reexpressões

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Empresa alterou a política contabilística de reconhecimento dos Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração (“ILD”), tendo por base o Despacho n.º 1491/12-SETF, de 18 de setembro de 2012 da Direção Geral do Tesouro e Finanças, no qual foi recomendado à Empresa que refletisse separadamente no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD.

Em resultado desta alteração, a Empresa deixou de apresentar no seu balanço pelo montante líquido, os montantes afetos aos ILD como vinha efetuando até 31 de dezembro de 2011 em resultado da política contabilística adotada até aquela data, passando a reconhecer no balanço na rubrica: (i) do ativo, os investimentos efetuados e os direitos adquiridos (nomeadamente, as contas a receber e os gastos incorridos com financiamentos afetos aos ILD); e (ii) do passivo, as responsabilidades assumidas (nomeadamente, os financiamentos obtidos para a execução dos investimentos afetos ao domínio público, considerando a repartição entre corrente e não corrente, e que se encontram a ser explorados em regime de exclusividade pela Empresa, como referido na Nota introdutória.

Como consequência dos factos atrás descritos, a Empresa procedeu à reexpressão dos montantes apresentados para efeitos comparativos.

O detalhe das reclassificações efetuadas no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” com referência a 31 de dezembro de 2011 foram como segue:

Reclassificações

	31/dez/2011	Ativos fixos tangíveis e intangíveis e subsídios	Gastos com financiamento	Instrumentos financeiros derivados	Processos judiciais em curso	Financiamentos obtidos	Contas a pagar a fornecedores	Outras contas a pagar (juros e taxas de aval)	31/dez/2012 (reexpresso)
Ativo não corrente:									
Ativos fixos tangíveis	-	3 039 605 282	-	-	-	-	-	-	- 3 039 605 282
Ativos intangíveis	-	6 883 717	-	-	-	-	-	-	- 6 883 717
Subsídios	-	(870 738 640)	-	-	-	-	-	-	- (870 738 640)
Conta a receber - Estado	-	-	1 033 000 310	718 457 722	1 691 252	-	-	-	- 1 753 149 284
	-	2 175 750 359	1 033 000 310	718 457 722	1 691 252	-	-	-	- 3 928 899 643
Total ativo	-	2 175 750 359	1 033 000 310	718 457 722	1 691 252	-	-	-	- 3 928 899 643
Passivo não corrente:									
Provisões	-	-	-	-	1 691 252	-	-	-	- 1 691 252
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	3 086 742 138	-	-	- 3 086 742 138
Derivados	-	-	-	718 457 722	-	-	-	-	- 718 457 722
	-	-	-	718 457 722	1 691 252	3 086 742 138	-	-	- 3 806 891 112
Passivo Corrente:									
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	23 316 413	-	- 23 316 413
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	79 233 942	-	-	- 79 233 942
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	19 458 176	- 19 458 176
	-	-	-	-	-	79 233 942	23 316 413	19 458 176	- 122 008 531
Total passivo	-	-	-	718 457 722	1 691 252	3 165 976 080	23 316 413	19 458 176	- 3 928 899 643
Efeito líquido dos ILD	-	(2 175 750 359)	(1 033 000 310)	-	-	3 165 976 080	23 316 413	19 458 176	-

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”).

3.2. Atividades de investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a Empresa o papel de “agente” nesta atividade.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são divulgados no balanço, nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (ILD) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto de selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os saldos a receber da participação de outras entidades em investimentos de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagem;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto de selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração". Contudo esta quantificação apenas considerou tais encargos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 1995.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Afetos às infraestruturas de longa duração (“ILD”):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado com base nos critérios acima mencionados para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas diretamente ao valor de custo e debitadas às respetivas reservas de reavaliação como fator correto das mesmas, as quais se encontram consideradas na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”. Após 01 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a amortização do ativo, é calculada conforme descrito na Nota 3.3 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.7. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.8. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e participadas

As participações em subsidiárias, associadas e participadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada ou participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

Os inventários da Empresa em 31 de dezembro de 2012 consistem, essencialmente, em títulos de transporte (bilhetes), material de manutenção e limpeza.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i.) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de um empréstimo. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

(ii.) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Aumentos/reduções de justo valor”.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(iii.) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

(iv.) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2012		2011	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Outras contas a receber	13	-	12 433 723	-	12 445 631
Derivados	10	48 535 668	-	36 525 070	-
Outros ativos financeiros	11	-	17 539 253	-	24 351 216
		48 535 668	29 972 976	36 525 070	36 796 847
Corrente:					
Clientes	13	-	8 007 952	-	5 083 804
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	11 483
Outras contas a receber	13	-	18 400 998	-	21 440 527
Caixa e depósitos bancários	4	-	24 420 301	-	110 684
		-	50 829 251	-	26 646 498
		48 535 668	80 802 227	36 525 070	63 443 345

Passivos financeiros	Notas	2012		2011	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Financiamentos obtidos	18	-	753 124 597	-	399 130 629
Derivados	10	230 338 909	-	211 713 563	-
		230 338 909	753 124 597	211 713 563	399 130 629
Corrente:					
Fornecedores	20	-	1 444 281	-	9 794 472
Financiamentos obtidos	18	-	103 493 601	-	404 172 531
Outras contas a pagar	23	-	38 966 622	-	36 726 075
		-	143 904 504	-	450 693 078
		230 338 909	897 029 101	211 713 563	849 823 707

3.11. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquela princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, tal como mencionado na Nota 3.2, procedeu à quantificação dos encargos financeiros incorridos desde 31 de dezembro de 1995, inclusive, e considerou os mesmos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” como uma conta a receber.

3.12. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 25%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos, corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2007 a 2012, ocorreram situações que conduziram ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 155.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

3.13. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de “Outras variações no capital próprio”, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.15. Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Reformas antecipadas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, mas que não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2012. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.16. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua política de gestão do risco de cobertura de taxa de juro para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco da Empresa, não cumpram todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada por um avaliador externo (diferente daquele com quem os mesmos foram contratados), sendo consideradas assunções e estimativas na determinação do justo valor, em resultado de alguma informação não se encontrar disponível.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro, dos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de “Aumentos/reduções do justo valor”.

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro dos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o justo valor à data de relato seja negativo ou positivo, respetivamente, sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessas rubricas à data de cada balanço, pelo que o efeito das variações de justo valor é neste caso nulo.

3.17. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.18. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetadas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (“IMT, I.P.”).
Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.
- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de “Subsídios à exploração” no exercício em que são atribuídas.

3.19. Gastos departamentais

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD (ativos financiados pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.20. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.21. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vida útil dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – os quais na data de cada balanço são determinados por uma entidade independente que não corresponde à entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.23. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de caixa	2012	2011
Numerário	24 634	18 723
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	24 395 667	91 961
	24 420 301	110 684

5. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2012	2011
Atividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3 069 719 658	3 039 605 281
Ativos intangíveis	5.2	6 908 225	6 883 717
Subsídios	5.3	(927 095 929)	(870 738 640)
Conta a receber – Estado	5.4	2 264 702 560	1 753 149 285
Total do ativo		4 414 234 514	3 928 899 643
Passivo não corrente:			
Provisões	5.4.1	7 675 514	1 691 252
Financiamentos obtidos	5.5	3 118 266 680	3 086 742 138
Derivados	5.6	1 063 831 614	718 457 722
		4 189 773 808	3 806 891 112
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.7	7 119 053	23 316 413
Financiamentos obtidos	5.5	206 223 333	79 233 942
Outras contas a pagar	5.8	28 158 790	19 458 176
		241 501 175	122 008 531
Total do passivo		4 431 274 983	3 928 899 643
Total ILD líquido		(17 040 471)	-

5.1. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2012						
Ativo bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos fixos tangíveis - ILD	2 949 856 076	(199 062 008)	2 750 794 068	4 238 086	186 049 838	2 941 081 992
Terrenos e recursos naturais	15 986 399	(2 388 442)	13 597 957	-	111 983	13 709 940
Edifícios e outras construções	2 522 676 353	(176 310 029)	2 346 366 324	2 660 695	167 648 813	2 516 675 832
Equipamento básico	411 193 324	(20 363 537)	390 829 787	1 577 391	18 289 042	410 696 220
Ativos fixos tangíveis em curso	285 515 682	-	285 515 682	26 460 146	(186 048 974)	125 926 854
Terrenos e recursos naturais	143 997	-	143 997	97	(111 983)	32 112
Edifícios e outras construções	251 305 582	-	251 305 582	18 704 893	(167 647 949)	102 362 526
Equipamento básico	34 066 103	-	34 066 103	7 755 156	(18 289 042)	23 532 217
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	3 295 531	-	3 295 531	-	(584 719)	2 710 812
Total do ativo fixo tangível bruto - ILD	3 238 667 289	(199 062 008)	3 039 605 281	30 698 232	(583 855)	3 069 719 658

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nas rubricas de "Ativos fixos tangíveis em curso - edifícios e outras construções" e de "Ativos fixos tangíveis em curso - equipamento básico", no montante de 26.460.146 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, com 18.792.432 euros, Saldanha/S. Sebastião, com 1.587.152 euros e na remodelação da rede 2.282.516 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2012, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, e Alameda/S. Sebastião, nos montantes de 533.127 euros, 404.170 euros e 128.957 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de "Ativo fixo tangível - edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível - equipamento básico", nos montantes de 167.648.813 euros e 18.289.042 euros, respetivamente referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de "Ativo fixo tangível em curso" de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de 125.926.854 euros registado na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" inclui, essencialmente, 52.288.527 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 30.966.357 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

31 de dezembro de 2011						
Ativo bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos fixos tangíveis - ILD	2 943 300 377	(199 062 008)	2 744 238 369	4 490 839	2 064 860	2 750 794 068
Terrenos e recursos naturais	15 989 979	(2 388 442)	13 601 537	-	(3 580)	13 597 957
Edifícios e outras construções	2 516 688 119	(176 310 029)	2 340 378 090	4 262 341	1 725 893	2 346 366 324
Equipamento básico	410 622 279	(20 363 537)	390 258 742	228 498	342 547	390 829 787
Ativos fixos tangíveis em curso	231 952 414	-	231 952 414	55 631 708	(2 068 440)	285 515 682
Terrenos e recursos naturais	143 926	-	143 926	71	-	143 997
Edifícios e outras construções	221 184 704	-	221 184 704	31 846 771	(1 725 893)	251 305 582
Equipamento básico	10 623 784	-	10 623 784	23 784 866	(342 547)	34 066 103
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	9 283 871	-	9 283 871	-	(5 988 340)	3 295 531
Total do ativo fixo tangível bruto - ILD	3 184 536 662	(199 062 008)	2 985 474 654	60 122 547	(5 991 920)	3 039 605 281

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 nas rubricas de "Ativos fixos tangíveis em curso - edifícios e outras construções" e de "Ativos fixos tangíveis em curso - equipamento básico", no montante de 55.631.637 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto e Amadora Este/Reboleira, com 33.512.134 euros e 13.127.553 euros, respetivamente.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2011, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, Alameda/S. Sebastião e Amadora Este/Reboleira, nos montantes de 3.513.638 euros, 1.706.658 euros e 452.601 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2011 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – equipamento básico”, nos montantes de 1.725.893 euros e 342.547 euros, respetivamente, referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 55.332.634 euros e 40.448.593 euros, respetivamente, os quais referem-se essencialmente a processos intentados relativamente à contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados por trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho foi conhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras (Nota 5.4.1). Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2012 qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas serão registadas como encargos com expropriações na rubrica de ILD “Ativo fixo tangível”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa assumiu o pagamento de indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede através de prestações pecuniárias, no montante de 186.791 euros (234.727 euros em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico”, nos montantes de 32.111 euros, 102.362.526 euros e 23.532.217 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da rede	-	14 434 991	2 843 581
Extensão Rato/Estrela	-	1 456 432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	51 203 682	839 353
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	2 759 030	389 360
Interface do Cais do Sodré	-	12 994 391	1 264 810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	12 826 811	17 096 849
Promoção de acessibilidades	-	1 619 483	-
Outros	32 111	5 067 706	1 098 264
	32 111	102 362 526	23 532 217

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se incluídos os seguintes gastos suplementares:

	2012			2011		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos capitalizados						
Gastos departamentais	66 480 672	5 539 415	72 020 087	56 178 659	11 550 009	67 728 668
	66 480 672	5 539 415	72 020 087	56 178 659	11 550 009	67 728 668

5.2. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Ativo bruto	31 de dezembro de 2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos intangíveis - ILD				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 437 156	333	1 713 976	3 151 465
Despesas de instalação	2 019 827	-	-	2 019 827
Ativos intangíveis em curso	3 426 734	24 175	(1 713 976)	1 736 933
Total do ativo intangível bruto - ILD	6 883 717	24 508	-	6 908 225

O montante de 1.713.976 euros transferido para a rubrica de “Despesas de investigação e desenvolvimento” respeita, essencialmente: (i) ao projeto executivo de prospeção Geotécnica e Geológica na linha Vermelha no montante de 558.763 euros; (ii) ao projeto de prolongamento da linha Vermelha Oriente/Aeroporto no montante de 451.370 euros; e (iii) aos estudos de procura no prolongamento da linha Vermelha e Verde no montante de 110.000 euros.

31 de dezembro de 2011				
Ativo bruto	Saldo inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos intangíveis – ILD				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 437 156	-	-	1 437 156
Despesas de instalação	2 019 827	-	-	2 019 827
Ativos intangíveis em curso	3 414 639	12 095	-	3 426 734
Total do ativo intangível bruto – ILD	6 871 622	12 095	-	6 883 717

No valor de custo dos ativos intangíveis, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se incluídos os montantes de 16.458 euros e 10.345 euros, respetivamente, relativos a gastos departamentais capitalizados no valor do ativo.

5.3. Subsídios

O movimento ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi como segue:

31 de dezembro de 2012				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Feder	229 464 397	-	-	229 464 397
Piddac	166 664 860	2 950 255	-	169 615 115
Fundo Coesão	270 091 987	53 407 034	-	323 499 021
Subsídios diversos	204 517 396	-	-	204 517 396
Total de subsídios	870 738 640	56 357 289	-	927 095 929

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de 56.357.289 euros respeita, essencialmente, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão S. Sebastião/Alameda, no montante de 8.671.203 euros e extensão Oriente/Aeroporto, no montante 40.464.836 euros; (ii) PIDDAC, no montante de 2.950.255 euros para a extensão Oriente/Aeroporto.

5.4. Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua decomposição é a seguinte:

Descrição	Notas	2012	2011
Instrumentos financeiros	5.6	1 063 831 614	718 457 722
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	7 675 514	1 691 252
Juros, taxa de aval e imposto do selo	5.4.2	883 409 981	723 214 860
Gastos de emissão	5.4.2	20 230 150	20 230 150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.4.2	289 555 301	289 555 301
		2 264 702 560	1 753 149 285

5.4.1. Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 7.675.514 euros em 31 de dezembro de 2012 (1.691.252 euros em 31 de dezembro de 2011) respeita à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

5.4.2. Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos de infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Tal como mencionado na Nota 3.11, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de serem capitalizados nas mesmas. Contudo, dada a dificuldade na quantificação deste montante, a Empresa refletiu apenas os encargos financeiros suportados a partir de 1995 e que se encontravam refletidos anteriormente na rubrica de “Resultados transitados”, para a rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração – Gastos com empréstimos”, tendo o Conselho de Administração optado por fazer refletir nesta rubrica o montante de 289.555.301 euros relativo a juros e outros encargos incorridos pela Empresa anteriores a 1995, por contrapartida de “Resultados transitados”, que serviram para saldar a rubrica de ILD. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2012	2011	Varição do ano
Juros, taxa de aval e imposto de selo	883 409 981	723 214 860	160 195 121
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150	-
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301	-
Total de gastos de empréstimos	1 193 195 432	1 033 000 311	160 195 121

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de “Ativo intangível”, “Ativo fixo tangível” e “Ativo tangível em curso” detalham-se como segue:

Descrição	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011			
	Intagível	Tangível	Em curso	Total	Intagível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	139 258	297 349 532	9 457 371	306 946 161	139 257	289 763 990	11 411 104	301 314 351
	139 258	297 349 532	9 457 371	306 946 161	139 257	289 763 990	11 411 104	301 314 351

5.5. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

	Entidade financiadora	2012				2011				Vencimento	Tipo de amortização
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total		
Empréstimos obrigacionistas:											
Emissão “Private placement”	Merrill Lynch	77 313 674	7 731 367	23 194 102	30 925 469	77 313 674	7 731 367	30 925 470	38 656 837	15/Out/2016	Maturidade
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	04/Dez/2026	Maturidade
Emissão Metro 2026	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	07/Dez/2027	Maturidade
Emissão Metro 2027	Barclays	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	04/Fev/2019	Maturidade
Emissão Metro 2025	DBL,AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	23/Dez/2025	Maturidade
			7 731 367	1 333 194 102	1 340 925 469		7 731 367	1 340 925 470	1 348 656 837		
Empréstimos bancários:											
MLA	BEI	57 193 405	3 087 708	12 734 442	15 822 150	57 193 405	3 000 000	15 822 150	18 822 150	15/Dez/2017	Semestral
ML B	BEI	-	-	-	-	124 699 474	8 949 737	-	8 949 737	15/Set/2012	Semestral
ML I/2	BEI	234 435 012	18 000 000	101 579 594	119 579 594	234 435 012	18 000 000	119 579 594	137 579 594	15/Set/2019	Semestral
ML II	BEI	74 819 685	4 987 979	29 927 874	34 915 853	74 819 685	4 987 979	34 915 853	39 903 832	15/Set/2019	Semestral
ML III	BEI	54 867 769	5 584 000	36 287 084	41 871 084	54 867 769	5 584 000	41 871 084	47 455 084	15/Jun/2020	Semestral
ML II/B	BEI	99 759 579	6 650 639	46 554 471	53 205 110	99 759 579	6 650 639	53 205 109	59 855 748	15/Dez/2020	Semestral
ML II/C	BEI	54 867 769	3 657 851	31 091 736	34 749 587	54 867 769	3 657 851	34 749 587	38 407 438	15/Jun/2022	Semestral
ML IV	BEI	169 591 285	22 400 000	107 504 090	129 904 090	169 591 285	18 964 847	129 904 090	148 868 937	15/Set/2018	Semestral
ML I/3	BEI	124 699 474	7 134 398	115 857 552	122 991 950	124 699 474	1 707 523	122 991 951	124 699 474	15/Set/2021	Semestral
ML I/3B	BEI	74 819 685	-	74 819 685	74 819 685	74 819 685	-	74 819 685	74 819 685	15/Jun/2022	Semestral
ML V/A	BEI	150 000 000	-	150 000 000	150 000 000	150 000 000	-	150 000 000	150 000 000	15/Dez/2020	Semestral
ML V/B	BEI	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	15/Jun/2021	Semestral
ML V/C	BEI	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	15/Jun/2022	Semestral
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	126 989 391	380 968 173	507 957 564	507 957 564	-	507 957 564	507 957 564	30/Nov/2016	Semestral
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	-	237 747 877	237 747 877	-	-	-	-	30/Nov/2017	Semestral
			198 491 966	1 485 072 578	1 683 564 544		71 502 576	1 445 816 667	1 517 319 243		
Outros empréstimos obtidos:											
Schuldschein	ABNAMRO	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	22/Jul/24	Maturidade
			-	300 000 000	300 000 000		-	300 000 000	300 000 000		
Total de empréstimos obtidos			206 223 333	3 118 266 680	3 324 490 013		79 233 942	3 086 742 138	3 165 976 080		

O empréstimo por obrigações “Private Placement”, foi contraído em 07 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações “Metro 2019” foi contraído em 04 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027”, foi contraído em 07 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pelo Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as infraestruturas de longa duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as infraestruturas de longa duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

Em 31 de dezembro de 2012, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2014	7 731 367
2015	7 731 367
2016	7 731 368
2017	-
2018 e seguintes	1 310 000 000
	1 333 194 102

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2014	257 928 936
2015	257 928 936
2016	257 928 936
2017	130 939 545
2018 e seguintes	880 346 225
	1 785 072 578

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31/dez/2012	Prazo	Garantias	"Pari Passu"	Cláusula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
BEI - MLA	15 822 150	05/dez/2017	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML B	-	15/set/2012	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/2	119 579 594	15/set/2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II	34 915 853	15/dez/2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML III	41 871 084	15/jun/2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/B	53 205 109	15/dez/2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3	122 991 951	15/set/2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3B	74 819 685	15/set/2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/C	34 749 587	15/jun/2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML IV	129 904 090	15/set/2018	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/A	150 000 000	15/dez/2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/B	80 000 000	15/jun/2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/C	80 000 000	15/jun/2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000	20/jul/2024	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa
Merrill Lynch - Private Placement	30 925 469	17/out/2016	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública	Não	Sim	Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa
Emissão Metro 2019	400 000 000	2026	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2026	400 000 000	2027	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	110 000 000	2025	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2027	400 000 000	2019	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon

5.6. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa conforme referido na Nota 3.16, de forma a cobrir o risco financeiro de variação das taxas de juro, contratou SWAP de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da política de gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

Em 31 de dezembro de 2012 os contratos de SWAP afetos às ILD e o justo valor dos mesmos, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, detalham-se como segue:

Financiamentos bancários		Data			Capital coberto 31/dez/2012			Justo valor			
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/dez/2012	31/dez/2011	Variação	
B EI (MLA)	BBVA	02/02/2006	05/12/2005	15/12/2017	-	-	-	-	-	-	
B EI (MLA)	M LYNCH	16/07/2010	15/06/2010	15/12/2017	-	-	-	-	-	-	
					18 061 075	761 075	18 822 150	(762 649)	(451 271)	(311 378)	
B EI (ML B)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º DESEMBOLSOS	BST	18/10/2005	15/09/2005	15/09/2012	-	-	-	38 700	(38 700)	
B EI (ML B)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º DESEMBOLSOS	BARCLAYS	11/07/2008	15/09/2007	15/09/2012	6 234 974	-	-	(23 340)	23 340	
B EI (ML B)	6º DESEMBOLSO	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(12 660)	12 660	
B EI (ML B)	6º DESEMBOLSO	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/09/2012	2 672 131	-	-	(28 497)	28 497	
					8 907 105	42 632	8 949 737	-	(25 797)	25 797	
B EI (ML I/2)	1º, 4º, 5º, 7º, 8º DESEMBOLSOS	DBI	26/03/2010	15/03/2010	15/09/2019	78 477 536	-	-	(19 045 304)	(22 131 566)	3 086 262
B EI (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019	46 554 470	-	-	(18 359 146)	(4 930 663)	(13 428 483)
					125 032 006	12 547 588	137 579 594	(37 404 450)	(27 062 229)	(10 342 221)	
B EI (ML II)	4º DESEMBOLSO	JP MORGAN	12/02/2009	15/06/2008	15/12/2019	15 961 533	-	-	(709 909)	(183 183)	(526 726)
B EI (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(110 248)	110 248	
B EI (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019	15 961 533	-	-	129 744	269 638	(139 894)
B EI (ML II)	1º DESEMBOLSO	BNPP	26/11/2008	15/09/2008	15/12/2019	7 980 766	-	-	(588 493)	(399 192)	(189 301)
					39 903 832	-	39 903 832	(1 168 658)	(422 985)	(745 673)	
B EI (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	M LYNCH	26/09/2003	15/12/2003	15/06/2011	-	-	-	(1 073 402)	(400 336)	(673 066)
B EI (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020	-	-	-	-	-	
B EI (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	M LYNCH	16/07/2010	15/06/2010	15/06/2020	19 785 650	-	-	-	-	
B EI (ML III)	2º E 3º DESEMBOLSOS	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(77 388)	77 388	
B EI (ML III)	2º E 3º DESEMBOLSOS	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/06/2020	11 306 086	-	-	(1 540 599)	(1 820 408)	279 809
					31 091 736	16 363 348	47 455 084	(2 614 001)	(2 298 132)	(3 315 869)	
B EI (ML II/B)	1º, 2º, 3º, 4º DESEMBOLSOS	DBI	11/02/2008	15/12/2007	15/12/2020	59 855 748	-	59 855 748	(4 973 459)	(3 361 654)	(1 611 805)
B EI (ML I/3)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º DESEMBOLSOS	SG	14/09/2010	15/03/2010	15/09/2021	83 132 983	41 566 491	124 699 474	(23 197 067)	(18 104 607)	(5 092 460)
B EI (ML I/3-B)	1º, 2º DESEMBOLSOS	BNPP	19/05/2009	15/03/2009	15/06/2022	24 441 097	-	-	(6 674 285)	(7 630 399)	956 114
B EI (ML I/3-B)	3º DESEMBOLSO	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(275 704)	275 704	
B EI (ML I/3-B)	3º DESEMBOLSO	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/06/2022	27 932 682	-	-	(4 848 956)	(5 459 346)	610 390
					52 373 779	22 445 905	74 819 684	(11 523 241)	(13 365 449)	1 842 208	
B EI (ML II/C)	1º, 2º DESEMBOLSOS	BNPP	19/05/2009	15/03/2009	15/06/2022	38 407 438	-	38 407 438	(10 717 358)	(12 344 897)	1 627 539
B EI (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES INV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018	118 713 900	30 155 038	148 868 938	(9 875 764)	(15 412 249)	5 536 485
B EI (ML V/A)	1º, 2º, 3º E 4º DESEMBOLSOS	DBI	27/04/2009	15/03/2009	15/12/2020	140 000 000	10 000 000	150 000 000	(30 629 344)	(22 161 604)	(8 467 740)
B EI (ML V/B)	1º, 2º, 3º DESEMBOLSOS	BARCLAYS	10/07/2008	15/06/2008	15/06/2021	77 333 333	2 666 667	80 000 000	(3 456 422)	7 902 075	(11 358 497)
B EI (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022	-	-	-	(7 558 349)	(5 537 448)	(2 020 901)
B EI (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BNPP	14/02/2006	15/12/2005	15/06/2022	-	-	-	3 243 997	1 069 553	2 174 444
B EI (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	JP MORGAN	31/05/2007	15/12/2006	15/06/2022	40 000 000	-	-	1 211 722	2 800 083	(1 588 361)
B EI (ML V/C)	2º DESEMBOLSO	BNPP	26/11/2008	15/09/2008	15/06/2022	40 000 000	-	-	(4 092 389)	(1 764 853)	(2 327 536)
					80 000 000	-	80 000 000	(7 195 019)	(3 432 665)	(3 762 354)	
BEI (REEST-TAXAS FIXAS REVISÍVEIS)	BST	09/03/2006	15/03/2006	15/09/2012	6 234 974	-	6 234 974	-	(4 251)	4 251	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE A	C SUISSSE	03/06/2008	15/03/2008	15/06/2022	68 274 372	-	-	(43 639 184)	(50 271 813)	6 632 629	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022	-	-	-	(328 218 600)	(106 757 476)	(221 461 124)	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE B	JP MORGAN	15/07/2009	15/03/2010	15/06/2022	-	-	-	2 319 737	(225 484)	2 545 221	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022	34 137 186	-	-	2 319 737	(225 484)	2 545 221	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE C	DBI	26/03/2010	15/03/2010	15/06/2022	34 137 186	-	-	(3 155 482)	(1 221 344)	(1 934 138)	
					136 548 744	(136 548 744)	-	(370 373 792)	(158 701 601)	(211 672 191)	

Financiamentos bancários		Data			Capital coberto 31/dez/2012			Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/dez/2012	31/dez/2011	Varição
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE A	MORGAN STANLEY	08/07/2008	22/07/2010	22/07/2024	-	-	-	(29 741 487)	(24 580 849)	(5 160 638)
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE A	C SUISSSE	18/04/2011	22/07/2006	22/07/2024	100 000 000	-	-	10 206 827	7 998 540	2 208 287
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE B	SG	10/09/2010	22/07/2010	22/07/2024	100 000 000	-	-	(48 734 952)	(38 130 245)	(10 604 707)
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE C	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024	-	-	-	(29 305 648)	(24 136 994)	(5 168 654)
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE C	C SUISSSE	03/03/2010	22/07/2006	22/07/2024	100 000 000	-	-	(13 393 372)	24 807 622	(38 200 994)
					300 000 000	-	300 000 000	(110 968 632)	(54 041 926)	(56 926 706)
MERRILL LYNCH	M LYNCH	16/07/2010	15/04/2010	15/10/2016	46 388 204	-	46 388 204	(1 576 363)	(1 441 825)	(134 538)
					-	-	-	4 018 138	5 293 389	(1 275 251)
					46 388 204	-	46 388 204	2 441 775	3 851 564	(1 409 789)
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	16/05/2008	04/12/2007	04/12/2026	100 000 000	-	100 000 000	(4 680 152)	(9 996 861)	(3 683 291)
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29/11/2010	04/12/2009	04/12/2026	100 000 000	-	100 000 000	(8 137 557)	(15 401 670)	7 264 113
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026	70 000 000	-	70 000 000	(23 084 110)	(11 628 863)	(11 455 247)
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	-	30 000 000	13 826 290	3 417 284	10 409 006
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	-	30 000 000	5 270 862	5 252 042	18 820
OBRIGAÇÕES 2026	C SUISSSE	09/08/2011	04/12/2010	04/12/2026	70 000 000	-	70 000 000	5 270 862	5 252 042	18 820
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	17/05/2007	04/12/2006	04/12/2026	200 000 000	-	200 000 000	(9 340 360)	(9 962 533)	(8 377 827)
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	06/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	170 000 000	-	170 000 000	(43 785 452)	(46 936 341)	3 150 889
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29/11/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	-	30 000 000	4 878 720	4 848 207	30 513
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	15/05/2009	04/03/2009	04/12/2026	100 000 000	-	100 000 000	(156 215 611)	(145 874 013)	(10 341 598)
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026	100 000 000	-	100 000 000	(3 380 446)	(5 556 592)	2 176 146
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	26/03/2010	04/12/2009	04/12/2026	70 000 000	-	70 000 000	(63 726 402)	(63 136 898)	(5 589 504)
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	27/07/2009	04/12/2008	04/12/2026	70 000 000	-	70 000 000	21 392 307	24 639 744	(3 247 437)
					1 140 000 000	-	1 140 000 000	(261 711 049)	(247 084 452)	(14 626 597)
OBRIGAÇÕES 2027	BARCLAYS	20/12/2007	07/12/2007	07/12/2022	200 000 000	-	200 000 000	(23 026 330)	(18 392 382)	(4 633 948)
OBRIGAÇÕES 2027	JP MORGAN	07/12/2007	07/12/2007	07/12/2027	100 000 000	-	100 000 000	(57 586 032)	(57 204 517)	(381 515)
OBRIGAÇÕES 2027	BNPP	28/04/2010	07/12/2009	07/12/2027	100 000 000	-	100 000 000	9 914 102	1 266 744	8 647 358
					400 000 000	-	400 000 000	(70 698 260)	(74 330 155)	3 631 895
OBRIGAÇÕES 2019	BARCLAYS	28/01/2009	04/02/2009	04/02/2019	400 000 000	-	400 000 000	63 929 887	38 880 099	25 049 788
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019	100 000 000	-	100 000 000	(27 243 001)	(20 802 592)	(6 440 409)
OBRIGAÇÕES 2019	GSI	11/03/2011	04/08/2012	04/02/2019	300 000 000	-	300 000 000	(51 351 417)	(27 125 777)	(24 225 640)
					800 000 000	-	800 000 000	(14 664 531)	(9 048 270)	(5 616 261)
OBRIGAÇÕES 2030	BARCLAYS	30/12/2010	30/12/2010	30/12/2030	300 000 000	-	300 000 000	(94 339 693)	(68 557 167)	(25 782 526)
					4 001 984 857	-	4 001 984 857	(1 063 831 614)	(718 457 722)	(345 373 892)

A metodologia utilizada pelo avaliador Independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projeção dos *cash-flows* esperados no futuro, atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual, de forma a projetar aos Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no saldo da rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" dado que o ativo correspondente, se encontra considerado de forma intrínseca nesta rubrica, compensando o efeito líquido negativo destes SWAP em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

5.7. Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.8. Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício de 2013. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui o montante de 2.419.256 euros relativo a gastos com investimentos efetuados em ILLD os quais à data ainda não se encontravam faturados pela Ferconsult.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24 287 679	251 251 764	497 505 520	1 236 442	26 205 594	24 829 596	5 892 580	831 209 175
Aquisições	-	1 776	641 895	13 980	214 681	494 051	694 456	2 060 839
Alienações	-	-	(813)	(638 069)	(4 779)	-	-	(643 661)
Transferências	-	-	635 566	-	2 179 814	-	(3 610 960)	(795 580)
Abates	-	-	(1 021)	-	(336 909)	(1 910)	-	(339 840)
Saldo final	24 287 679	251 253 540	498 781 147	612 353	28 258 401	25 321 737	2 976 076	831 490 933
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	159 550 362	322 595 264	1 080 388	24 937 809	9 370 576	-	517 534 399
Amortizações do exercício	-	10 816 426	15 333 887	68 157	548 319	880 955	-	27 647 744
Alienações	-	-	(813)	(620 914)	(3 228)	-	-	(624 955)
Abates	-	-	(912)	-	(336 439)	(1 700)	-	(339 051)
Saldo final	-	170 366 788	337 927 426	527 631	25 146 461	10 249 831	-	544 218 137
Ativos líquidos	24 287 679	80 886 752	160 853 721	84 722	3 111 940	15 071 906	2 976 076	287 272 796

O aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorrido na rubrica de “Equipamento básico” no montante de 641.895 euros resulta, essencialmente, da aquisição de transformadores de tração no montante de 310.764 euros e da ampliação da rede telefónica no montante de 233.661 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de “Equipamento básico” e de “Equipamento administrativo” no montante de 635.566 euros e 2.179.814 euros, respeitam, essencialmente, ao equipamento do material circulante com rádios móveis portáteis e portáteis TETRA, para efetuar as comunicações privadas no sistema SIRESP e sistema de planeamento ótimo de recursos e gestão em tempo real da operação (sistema PLAGO).

	2011							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24 287 545	251 246 724	497 529 500	1 218 093	25 642 153	24 626 564	2 432 361	826 982 940
Aquisições	134	5 039	65 486	93 319	696 281	207 336	3 488 159	4 555 754
Alienações	-	-	(62 100)	(74 970)	-	-	-	(137 070)
Transferências	-	-	-	-	27 940	-	(27 940)	-
Abates	-	-	(27 365)	-	(160 780)	(4 304)	-	(192 449)
Saldo final	24 287 679	251 251 764	497 505 520	1 236 442	26 205 594	24 829 596	5 892 580	831 209 175
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	148 729 213	303 643 014	1 053 452	24 610 959	8 503 418	-	486 540 056
Amortizações do exercício	-	10 821 149	19 030 143	92 713	487 289	871 250	-	31 302 544
Alienações	-	-	(51 462)	(65 777)	-	-	-	(117 239)
Abates	-	-	(26 431)	-	(160 439)	(4 092)	-	(190 962)
Saldo final	-	159 550 362	322 595 264	1 080 388	24 937 809	9 370 576	-	517 534 399
Ativos líquidos	24 287 679	91 701 402	174 910 256	156 054	1 267 785	15 459 020	5 892 580	313 674 776

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso”, inclui: (i) 1.571.836 euros relativo à aquisição de equipamentos de venda automática, controlo de acessos e monitorização para as novas estações; (ii) 714.526 euros relativo à aquisição de módulos de pagamento eletrónico para integrar nas máquinas de venda de títulos; (iii) 578.333 euros relativo à aquisição de equipamentos de comunicação BACKBONE; (iv) 294.461 euros relativo a despesas com o Sistema PLAGO – Sistema de Planeamento Ótimo de Recursos e Gestão em Tempo Real da Operação do ML; e (v) 52.009 euros relativo à aquisição de estações de rádio móvel e de portáteis TETRA para o material circulante.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2012	2011
Gastos de empréstimos	10 928	67 433
	10 928	67 433

As amortizações do exercício, no montante de 27.647.744 euros (31.302.544 euros em 2011), foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” na demonstração dos resultados.

7. Locações

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.5, a Empresa regista no seu ativo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração, três viaturas ligeiras e uma máquina fotocopiadora registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – equipamento básico” e “Ativos fixos tangíveis – equipamento administrativo”, respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são detalhados conforme se segue:

Locações financeiras – Bens	2012		2011	
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	305 858 686	167 602 380	138 256 306	149 179 914
Equipamento de transporte	77 399	37 322	40 077	24 896
Equipamento administrativo	8 956	8 956	-	1 636
	305 945 041	167 648 658	138 296 383	149 206 446

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 14,738%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Locações financeiras	Capital em dívida (Nota 18)	
	2012	2011
Até 1 ano	26 999 992	19 289 884
Entre 1 ano e 5 anos	47 534 578	70 443 178
A mais de 5 anos	15 275 224	22 713 015
	89 809 794	112 446 077

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 9) e Hewlett-Packard International Bank não reconhecidas no balanço (Nota 3.5) no montante de 235.410.226 euros (Nota 17).

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

Locações operacionais	Pagamentos mínimos	
	2012	2011
Até 1 ano	7 220 379	10 141 441
Entre 1 ano e 5 anos	59 265 912	59 265 912
A mais de 5 anos	168 923 935	173 842 531
	235 410 226	243 249 885

8. Propriedades de investimento

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

31 de dezembro de 2012					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3 555 595	1 282 735	1 905 969	366 891	366 891
	3 555 595	1 282 735	1 905 969	366 891	366 891

31 de dezembro de 2011					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3 555 595	1 211 601	1 944 198	399 796	399 796
	3 555 595	1 211 601	1 944 198	399 796	399 796

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os *cash-flows* previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.6, e os gastos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

31 de dezembro de 2012				
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24 726	20 862	71 134	(67 270)
	24 726	20 862	71 134	(67 270)

31 de dezembro de 2011				
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24 288	24 796	71 133	(71 641)
	24 288	24 796	71 133	(71 641)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 38.230 euros, a qual foi registada na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)” na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no montante de 71.134 euros, foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

	2012										
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida	
Subsidiárias:											
Ferconsult, S.A.	Lisboa	13 746 786	10 337 175	3 409 610	4 986 425	(1 203 124)	100,00%	(1 203 124)	(1 203 124)	3 409 610	b)
Ferconsult, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	1 031 836	
Metrocom, S.A.	Lisboa	2 480 910	949 275	1 531 635	2 944 824	443 758	100,00%	443 758	443 758	1 531 635	b)
Empresas associadas:											
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	4 145 816	4 148 684	(2 868)	1 614 964	-	40,00%	-	-	(1 147)	
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	3 845 496	3 560 790	284 707	5 622 283	284 707	5,00%	14 235	14 235	14 235	
Total de investimento em subsidiárias e associadas										5 986 169	
Investimento noutras empresas:											
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20	a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	75 923 772	86 963 811	(11 040 038)	4 743 005	(583 802)	16,00%	(93 408)	312 346	-	
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	14 050 474	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	2 292 320	1 534 599	757 721	2 911 556	277 889	14,29%	39 710	108 246	108 246	
TREM, A.C.E.	Lisboa	8 770 789	72 731 710	(10 702 242) d)	3 052 086	(1 250 205) d)	0,01%	(119)	-	-	
TREM II, A.C.E.	Lisboa	39 607 401	163 070 291	(20 264 309) d)	6 145 276	(2 976 660) d)	0,01%	(282)	-	-	
Total de investimento noutras empresas										14 158 740	
Total										20 144 909	

a) Informação financeira não auditada em 31 de dezembro de 2012.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) Informação não disponível.

d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

	2011										
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida	
Subsidiárias:											
Ferconsult, S.A.	Lisboa	16 380 599	11 767 865	4 612 734	8 916 509	(1 482 371)	100,00%	(1 482 371)	(1 482 371)	4 612 736	b)
Ferconsult, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	973 698	
Metrocom, S.A.	Lisboa	1 990 419	902 542	1 087 877	2 944 297	394 821	100,00%	394 821	394 821	1 087 877	b)
Empresas associadas:											
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	2 595 705	3 598 573	(2 868)	1 781 984	(143 333)	40,00%	(57 333)	-	(1 147)	
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	6 848 653	6 563 257	285 396	6 153 853	285 396	5,00%	14 270	14 270	14 270	
Total de investimento em subsidiárias e associadas										6 687 434	
Investimento noutras empresas:											
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20	a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	77 479 614	87 169 956	(9 690 342)	5 042 609	(874 806)	16,00%	(139 969)	312 346	-	
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	8 998 267	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	3 476 800	1 730 125	1 746 675	3 279 937	495 176	14,29%	70 736	70 736	249 525	
TREM, A.C.E.	Lisboa	12 996 751	75 633 011	(9 120 438) d)	3 299 951	(351 798) d)	0,01%	(32)	-	-	
TREM II, A.C.E.	Lisboa	39 567 732	168 896 357	(16 221 698) d)	6 687 979	(2 776 371) d)	0,01%	(250)	-	-	
Total de investimento noutras empresas										9 247 812	
Total										15 935 246	

a) Informação financeira não auditada em 31 de dezembro de 2011.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) Informação não disponível.

d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se, em 31 de dezembro de 2012 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, apropriado uma perda no decurso do exercício de 2012 no montante de 1.203.124 euros que foi reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas”.

A participação financeira que a Empresa detém na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., encontra-se registada por valor nulo, dado ser entendimento do Conselho de Administração que apesar da atual situação económica desta associada, a qual segundo informação financeira em 31 de dezembro de 2012 apresenta perdas acumuladas de 11.040.038 euros, não decorrerão perdas adicionais para a Empresa.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa concedeu suprimentos à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 5.052.207 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2012, o montante total concedido a título de suprimentos ascende a 14.050.474 euros. A Empresa não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

No exercício de 2011, a Empresa aumentou a sua participação financeira na Metrocom, S.A. em 20%, cujo valor de aquisição ascendeu a 368.825 euros. Em resultado desta aquisição a Empresa reconheceu uma perda de imparidade, na rubrica de “Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”, pelo montante de 230.214 euros, o qual corresponde ao diferencial entre o valor de aquisição e o valor dos capitais próprios da participação adquirida.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Empresa reconheceu a sua quota-parte nas perdas acumuladas apresentadas pela participada Publímetro, S.A., no montante de 1.147 euros.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	5 964 428	10 284 311	16 248 739
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(705 421)	-	(705 421)
Dividendos	(63 581)	-	(63 581)
Outras variações no capital próprio – subsídios	(131 633)	-	(131 633)
Aumentos de suprimentos – GIL	-	5 052 207	5 052 207
Juros de suprimentos – Ferconsult	-	58 138	58 138
Outras variações	(47)	-	(47)
Saldo final	5 063 746	15 394 656	20 458 402
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	(313 493)	-	(313 493)
Saldo final	(313 493)	-	(313 493)
Ativo líquido	4 750 253	15 394 656	20 144 909

2011			
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	6 985 942	5 131 967	12 117 909
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1 058 698)	-	(1 058 698)
Dividendos	(59 035)	-	(59 035)
Aquisição de 20% da Metrocom	368 825	-	368 825
Desreconhecimento do "Goodwill"	(230 214)	-	(230 214)
Outras variações no capital próprio - subsídios	(42 407)	-	(42 407)
Aumento de suprimentos - GIL	-	4 178 646	4 178 646
Aumento de suprimentos - Ferconsult	-	960 000	960 000
Juros de suprimentos - Ferconsult	-	13 698	13 698
Outras variações	15	-	15
Saldo final	5 964 428	10 284 311	16 248 739
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	(312 346)	-	(312 346)
Perdas por imparidade do exercício - Publimetro	(1 147)	-	(1 147)
Saldo final	(313 493)	-	(313 493)
Ativo líquido	5 650 935	10 284 311	15 935 246

10. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2012 e 2011, corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, e detalham-se como segue:

Financiamentos bancários	Data	Justo valor									
		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	31/dez/2012		31/dez/2011		Variação
							Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11/03/2011	21/07/2010	21/07/2016	71 042 080	16 260 790	-	8 648 218	-	7 612 572	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11/03/2011	24/07/2010	24/07/2016	50 000 000	11 573 189	-	6 203 110	-	5 370 079	
DB EXPORT/95	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2013	26 199 752	-	(510 593)	-	(1 049 048)	538 455	
DB EXPORT/97	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2015	29 132 966	-	(1 706 142)	-	(2 008 031)	301 889	
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019	57 050 204	-	(48 770 499)	-	(63 505 413)	14 734 914	
BSN-CGD (US LEASE)	JP MORGAN	15/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	-	4 700 505	-	4 916 378	-	(215 873)	
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	-	4 700 505	-	4 916 378	-	(215 873)	
TREM I	C SUISSE	16/11/2009	20/03/2007	20/03/2020	75 227 378	-	(1 816 003)	-	(7 369 895)	5 553 892	
TREM II	C SUISSE	16/11/2009	24/03/2007	24/09/2021	82 949 743	-	(3 030 532)	-	(11 809 381)	8 778 849	
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	85 072 763	-	(166 698 901)	-	(119 222 995)	(47 475 906)	
TREM II (2ª TRANCHE)	JP MORGAN	08/07/2008	23/03/2008	23/09/2022	-	10 561 546	-	11 495 006	-	(933 460)	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2014	150 000 000	-	(5 721 988)	-	(5 393 975)	(328 013)	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2016	25 500 000	-	(2 084 251)	-	(1 354 825)	(729 426)	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2016	24 500 000	739 133	-	345 980	-	393 153	
						676 674 886	48 535 668	(230 338 909)	36 525 070	(211 713 563)	(6 614 748)

A metodologia utilizada pelo avaliador Independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projeção dos *cash-flows* esperados no futuro, atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual, de forma a projetar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O efeito da variação do justo valor dos derivativos no exercício de 2012, no montante de 6.614.748 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2012, efetuada pelo avaliador Independente, e considerando determinadas suposições e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.7), seria como segue:

	+1%	-1%
Justo valor	332 932 557	332 932 557
	332 932 557	332 932 557

11. Outros ativos financeiros – não corrente

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outros ativos financeiros – não corrente”, nos montantes de 17.539.253 euros e 24.351.216 euros, respeita a uma garantia adicional que a Empresa teve de conceder em abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do *rating* atribuído à República Portuguesa.

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2012			2011		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	1 002 947	(380 000)	622 947	931 921	(330 000)	601 921
Ferramentas	22 722	-	22 722	33 997	-	33 997
Produtos de limpeza	19 668	-	19 668	17 439	-	17 439
Combustíveis	26 900	-	26 900	19 261	-	19 261
Titulos de transporte	130 064	-	130 064	607 796	-	607 796
Outros materiais	400 317	-	400 317	564 672	-	564 672
	1 602 618	(380 000)	1 222 618	2 175 086	(330 000)	1 845 086

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2012	2011
Saldo inicial	2 175 086	1 844 236
Compras	2 093 143	2 403 145
Regularizações	(460 207)	94 462
Saldo final	1 602 618	2 175 086
	2 205 404	2 166 757

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Perdas por imparidade - Inventários	2012			2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	330 000	50 000	-	380 000	280 000	50 000	-	330 000
	330 000	50 000	-	380 000	280 000	50 000	-	330 000

Os aumentos das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram registados na rubrica de “Imparidade de inventários (perdas/reversões)” na demonstração dos resultados.

13. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

Clientes e Outras contas a receber	2012			2011		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Outras contas a receber	12 433 723	-	12 433 723	12 445 631	-	12 445 631
	12 433 723	-	12 433 723	12 445 631	-	12 445 631
Correntes:						
Clientes	8 008 373	(421)	8 007 952	5 086 559	(2 755)	5 083 804
Outras contas a receber	22 783 806	(4 382 808)	18 400 998	25 894 713	(4 454 186)	21 440 527
	30 792 179	(4 383 229)	26 408 950	30 981 272	(4 456 941)	26 524 331
	43 225 902	(4 383 229)	38 842 673	43 426 903	(4 456 941)	38 969 962

O detalhe das contas a receber e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Simtejo	59 624	-	59 624	-
Ar Telecom	463 383	-	463 383	-
Direção Geral de Transportes Terrestres	23 644	-	233 649	-
Tmn - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	180 615	-	190 147	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	188 309	-	188 309	-
Refer	1 045	-	1 045	-
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	278 650	-	-	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	3 972 560	-	1 957 207	-
Outros	2 840 543	-	1 993 195	-
	8 008 373	-	5 086 559	-
Imparidade de contas a receber	(421)	-	(2 755)	-
	8 007 952	-	5 083 804	-

Outros devedores	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parque Expo' 98	7 980 766	-	7 980 766	-
Transtejo	2 577 739	12 002 602	2 586 074	12 002 602
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	491 366	-	963 706	-
Câmara Municipal do Barreiro	151 833	-	2 807 530	-
Câmara Municipal de Lisboa	18 054	413 067	68 766	413 067
Rodoviária de Lisboa	199 177	-	908 999	-
Refer	-	-	114 414	-
Receitas de tráfego	1 230 036	-	743 239	-
Pessoal	391 122	-	884 097	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	4 516 571	-	5 045 596	-
Outros	5 227 142	18 054	3 791 526	29 962
	22 783 806	12 433 723	25 894 713	12 445 631
Imparidade de outras contas a receber	(4 382 808)	-	(4 454 186)	-
	18 400 998	12 433 723	21 440 527	12 445 631
	26 408 950	12 433 723	26 524 331	12 445 631

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2012 da compensação total, a Empresa recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros contas a receber" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início à exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria à Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável à implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras contas a pagar", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, no montante de 14.502.602 euros, tendo em vista a transferência para aquela entidade, relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

Decorrente deste contrato, a Transtejo obrigava-se a pagar à Empresa, anualmente, o montante de 1.000.000 euros, sendo que tal como contratualizado o mesmo poderá ser reduzido para 500.000 euros caso aquela entidade assim o comunique à Empresa. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Transtejo não procedeu ao pagamento de qualquer montante à Empresa.

Esta conta a receber vence juros a taxas normais de mercado. Contudo, a Empresa por uma questão de prudência não reconheceu os juros relativos aos exercícios de 2011 e 2012. O montante classificado como não corrente tem o seguinte plano de pagamentos:

Ano	Montante
2013	1 000 000
2014	1 000 000
2015	1 000 000
2016	1 000 000
2017 e seguintes	8 002 602
	12 002 602

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é próximo do seu justo valor.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2012 e 2011 foi como segue:

Imparidades	2012				2011			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	2 755	-	(2 334)	421	2 755	-	-	2 755
De outras contas a receber	4 454 186	-	(71 378)	4 382 808	4 614 650	-	(160 464)	4 454 186
	4 456 941	-	(73 712)	4 383 229	4 617 405	-	(160 464)	4 456 941

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2012	2011
Seguros	300	3 536
Encargos com contratos de <i>leasing</i>	2 048 687	2 356 969
Encargos com financiamento	1 198 563	1 600 617
Trabalhos por conta de terceiros	53 562 488	52 864 466
Outros	357 438	241 618
	57 167 476	57 067 206

A rubrica “Diferimentos ativos – encargos com contratos de *leasing*”, no montante de 2.048.687 euros, respeita a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, essencialmente, os montantes de 33.865.383 euros (o qual inclui o montante de 1.037.585 euros relativo às obras efetuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de 32.827.798 euros relativo às obras efetuadas pela Empresa no Terreiro do Paço) e relativamente ao qual o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um protocolo para regularização da situação), 9.550.544 euros e 7.292.390 euros relativos a obras efetuadas pela Empresa por conta da Câmara Municipal de Lisboa e da Refer, respetivamente.

15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 603.750.000 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

O resultado líquido negativo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no montante de 146.052.279 euros e 148.337.248 euros, respetivamente, foi transferido para a rubrica de “Resultados transitados”, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

16. Subsídios do Governo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

Subsídio	2012				
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 29)	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com ativos:					
FEDER – PRODAC	10 942 880	10 942 880	494 838	7 273 544	3 669 336
FEDER – QCA	54 528 374	54 528 374	2 411 393	35 373 126	19 155 248
	65 471 254	65 471 254	2 906 231	42 646 670	22 824 584
Subsídio	2011				
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 29)	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com ativos:					
FEDER – PRODAC	10 942 880	10 942 880	494 838	6 778 707	4 164 173
FEDER – QCA	54 528 374	54 528 374	2 411 393	32 961 732	21 566 642
	65 471 254	65 471 254	2 906 231	39 740 439	25 730 815

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Provisões e Passivos contingentes	2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	1 143 865	-	1 043 858	100 007
Juros a liquidar	261 881	-	-	261 881
Despesas com pessoal	142 971	-	-	142 971
	1 548 717	-	1 043 858	504 859
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	1 572	401	-	1 973
Outras	15 705	-	-	15 705
	17 277	401	-	17 678
	1 565 994	401	1 043 858	522 537

Provisões e Passivos contingentes	2011			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	347 534	796 331	-	1 143 865
Juros a liquidar	261 881	-	-	261 881
Despesas com pessoal	142 971	-	-	142 971
	752 386	796 331	-	1 548 717
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	1 572	15 705	-	17 277
	1 572	15 705	-	17 277
	753 958	812 036	-	1 565 994

O montante de 1.043.858 euros registado como reversão de provisão para "Processos judiciais em curso", respeita a processos intentados contra a Empresa por danos causados pelas obras realizadas, as quais se encontram afetas aos ILD.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 3.694.154 euros, os quais referem-se essencialmente, a um processo intentado a contestar a adjudicação de uma obra, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2012 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registados encargos de saúde no montante de 899.778 euros (Notas 3.15 e 28), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 89.809.794 euros (Nota 7 e 18) e 112.446.077 euros, respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de 235.410.226 euros (Nota 7).

c) Cartas de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha assumido compromissos através de duas cartas de crédito com o BNP Paribas, no âmbito do financiamento da aquisição de material circulante, no montante de 12.029.142 dólares e de 12.078.049 dólares.

18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2012			2011			Vencimento	Tipo de amortização
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	-	-	-	50 000 000	50 000 000	-	09/Ago/2012	Maturidade
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas 2014	50 000 000	50 000 000	-	50 000 000	50 000 000	-	08/Mai/2014	Maturidade
Emp. CP 175 M EUR	Barclays Bank	-	-	-	175 000 000	175 000 000	-	24/Jul/2012	Maturidade
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100 000 000	-	100 000 000	100 000 000	-	100 000 000	21/Jul/2016	Maturidade
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50 000 000	-	50 000 000	50 000 000	-	50 000 000	24/Jul/2016	Maturidade
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50 000 000	-	50 000 000	50 000 000	-	50 000 000	18/Ago/2016	Maturidade
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (2011)	105 974 436	26 493 609	79 480 827	105 974 436	-	105 974 436	30/Nov/2016	Semestral
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (2012)	410 833 969	-	410 833 969	-	-	-	30/Nov/2017	Semestral
Total empréstimos bancários			76 493 609	690 314 796		275 000 000	305 974 436		
Linhas de crédito:									
	Barclays Bank	-	-	-	25 000 000	24 935 491	-	24/Jul/2012	Rollover
	BNP Paribas	-	-	-	100 000 000	84 951 658	-		
Total linhas de crédito			-	-		109 887 149	-		
Locações financeiras:									
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export – Leasing	-	18 365 631	-	-	7 834 121	18 365 631	30/Dez/2013	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export – Leasing	-	5 243 636	18 946 700	-	4 942 630	24 190 336	30/Dez/2015	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	-	3 367 190	43 846 560	-	6 488 890	50 560 858	02/Jan/2019	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH – Sucursal Portugal	-	23 535	16 542	-	24 243	39 368	28/Jun/2014	Mensal
Total de locações financeiras			26 999 992	62 809 802		19 289 884	93 156 193		
Encargos financeiros									
		-	-	-	-	(4 502)	-		
Total instituições financeiras			103 493 601	753 124 597		404 172 531	399 130 629		

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação económica dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.436 euros, estão associados à atividade de exploração e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 410.833.969 euros, estão associados à gestão da infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa procedeu ao reembolso dos empréstimos contratados junto do BNP Paribas e Barclays Bank, nos montantes de 50.000.000 euros e 175.000.000 euros, respetivamente, em consequência do seu vencimento, tal como estipulado contratualmente. Adicionalmente, a Empresa reembolsou as linhas de crédito que tinha contratualizado com aquelas duas instituições, no montante global de 109.887.149 euros, em resultado do encerramento das mesmas, tal como estipulado contratualmente.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2014	179 202 101
2015	129 202 101
2016	129 202 101
2017	102 708 493
2018 e seguintes	150 000 000
	690 314 796

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT *Leasing* GmbH, dois contratos de *leasing*, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2012, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 42.555.967 euros (18.946.700 euros classificados como não corrente e 23.609.267 euros como corrente).

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 06 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2012, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 47.213.750 euros.

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração e três viaturas ligeiras, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (Nota 17)	26 976 457	62 793 260	89 769 717
3 Viaturas ligeiras (Nota 17)	23 535	16 542	40 077
	26 999 992	62 809 802	89 809 794

A parcela classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Ano	Montante
2014	12 431 276
2015	20 434 554
2016	7 238 201
2017	7 430 547
2018 e seguintes	15 275 224
	62 809 802

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 14,738%.

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa tinha uma linha de crédito, no montante de 50.000.000 euros, a qual se encontra totalmente utilizada.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2012 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31/dez/2012	Prazo	Garantias	"Pari Passu"	Cláusula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras Cláusulas relevantes
BNP Paribas	50 000 000	08/maio/2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100 000 000	10/jul/2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50 000 000	24/jul/2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Deutsche Bank AG e o Dexia Sabadell, S.A., sucursal em Portugal em 24 de julho de 2009, alterado em 28 de janeiro de 2011, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50 000 000	18/jul/2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	(2 notches abaixo de A+ pela S&P ou A3 pela Moody's) (esta cláusula foi eliminada no aditamento de 2011)	Sim	"Negative Pledge" / Contrato com garantia da República Portuguesa

O *downgrade* do *rating* da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativa às garantias das operações de "US Cross Border Lease", respeitantes ao financiamento do material circulante.

A resolução deste incumprimento será objeto de negociação com os investidores estrangeiros, contando o Metropolitano com a colaboração de consultores com experiência internacional na negociação deste tipo de transações.

19. Benefícios pós-emprego – Planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na Nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2012, o número de empregados ativos, e reformados/pensionistas abrangidos ascendia a 1.127 e 1.449, respetivamente (1.183 e 1.401 em 31 de dezembro de 2011).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2012	2011
Trabalhadores ativos	56 655 595	66 811 180
Reformados	206 083 505	195 883 985
	262 739 100	262 695 165

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2012 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2012	2011
Tábuas de mortalidade	TV 88/90 – França	TV 88/90 – França
Tábuas de invalidez	EVK 80 – Suíça	EVK 80 – Suíça
Taxa média de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa média anual do rendimento do fundo	3,75%	6%
Taxa média anual de crescimento de pensões	1%	2%
Taxa média anual de atualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	2,50%	5%

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas atuariais decorrentes da alteração da taxa de desconto de 6% para 3,75%, e ganhos atuariais resultantes da adoção do esquema de benefícios face ao regime atualmente em vigor, nomeadamente da atualização das tabelas salariais com impacto no salário pensionável.

Na determinação das responsabilidades dos benefícios pós-emprego com referência a 31 de dezembro de 2011, a entidade independente procedeu à alteração da tábua de mortalidade utilizada para a determinação das referidas responsabilidades, passando adotar a TV 88/90, dado ser entendimento que esta tábua é a que melhor se adequa às características da população afeta.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2012 e 2011 foi como se segue:

	2012	2011
Responsabilidades totais no início do período	262 695 165	229 032 219
Custos dos serviços correntes	3 373 150	2 327 075
Custo dos juros	15 761 710	13 102 053
Benefícios pagos no exercício	(13 604 173)	(12 532 891)
(Ganhos) / perdas atuariais do exercício	(5 486 752)	30 766 709
Responsabilidades totais no fim do período	262 739 100	262 695 165

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2012, nos montantes de 3.373.150 euros e 15.761.710 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de (5.486.752) euros e 30.766.709 euros, respetivamente, relativo a ganhos/perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados”, conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.15).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 262.739.100 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós-emprego”.

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face aquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

20. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

Fornecedores	2012	2011
2045 Empresa de Segurança	-	1 883 004
Edp Comercial	-	1 676 269
Empresas do Grupo (Nota 32)	4 143	857 536
Grupo 8 – Vigilância e Prevenção	863	590 594
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	23 524	461 596
Iberlim, S.A.	109 238	444 825
Emel	290 726	290 986
Companhia Carris de Ferro	158 937	245 864
Iss Facility Services	-	239 327
Safira Facility Services	-	229 915
Eurest, S.A.	65 956	219 416
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	24 521	122 956
Optimus Comunicações, S.A.	10 683	24 653
Polícia de Segurança Pública	-	13 639
Vadeca Ambiente	-	1 244
Outros	755 690	2 492 648
	1 444 281	9 794 472

21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos das taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:				
Pagamentos por conta	280 000	-	280 000	-
Estimativa de imposto	-	97 394	-	116 302
Retenções na fonte	2 232 747	-	2 253 331	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	693 318	-	773 698
Imposto sobre o valor acrescentado	1 657 499	-	805 452	1 454 179
Contribuições para a Segurança Social	-	1 119 908	-	1 258 483
Outros impostos	3 393	2 195 685	458 850	264 271
	4 173 639	4 106 305	3 797 633	3 866 933

Em 31 de dezembro de 2012, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2012, os quais serão liquidados em janeiro de 2013.

O montante de 2.195.685 euros registado na rubrica do passivo “Outros impostos”, inclui o montante de 1.893.294 euros a pagar à Caixa Geral de Aposentações decorrente do OE 2012, que se refere ao subsídio de férias e de natal dos pensionistas, cujo pagamento foi suspenso, consistindo este montante numa contribuição extraordinária.

22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2012	2011
Imposto corrente	97 394	116 302
	97 394	116 302

Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável. Decorrente desta situação as autoridades tributárias poderão entender que os ajustamentos de transição para o SNC (reportados a 01 de janeiro de 2010), poderiam ser relevantes para efeitos do cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício.

É entendimento da Empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados, os mesmos não deveriam concorrer para o apuramento do resultado tributável do exercício de 2012, sendo assim intenção da Empresa solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este tema.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 764.173.803 euros e 826.368.648 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2012		2011	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2006	-	-	143 790 051	2012
Gerados em 2007	118 382 911	2013	118 382 911	2013
Gerados em 2008	120 689 141	2014	120 689 141	2014
Gerados em 2009	147 456 480	2015	147 456 480	2015
Gerados em 2010	155 633 266	2014	155 633 266	2014
Gerados em 2011	140 416 799	2015	140 416 799	2015
Gerados em 2012	81 595 206	2017	-	-
	764 173 803		826 368 648	

23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Outras contas a pagar	2012	2011
Outros credores:		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7 082 930	7 082 930
Pessoal	451 681	564 771
Rodoviária de Lisboa	-	142 030
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	3 888 835
Transtêjo	-	17 795
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais	8 769 222	4 560 435
Juros vincendos e não pagos	19 742 062	11 134 331
Credores por acréscimos de gastos	2 920 727	2 729 536
Outros	-	6 605 412
	38 966 622	36 726 075

O aumento ocorrido na rubrica de “Férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais” respeita às responsabilidades incorridas pela Empresa em resultado da decisão do Tribunal Constitucional, relativa ao Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O aumento da rubrica de “Juros vincendos e não pagos” resulta dos juros a pagar à DGTF dado que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Empresa não procedeu à liquidação de qualquer montante. Em 31 de dezembro de 2012, o montante a pagar ascendia a 5.744.000 euros (110.849 euros em 31 de dezembro de 2011).

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2012 e 2011 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

24. Diferimentos passivos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2012	2011
Leasings financeiros – mais valias diferidas	2 024 861	2 471 490
Receitas de tráfego	1 290 810	1 205 635
Rendimento de imóveis	1 969	1 969
	3 317 640	3 679 094

As mais-valias decorrentes dos contratos de *leasing* financeiro referentes às 14 UT e 24 UT encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 29).

25. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011   detalhado conforme se segue:

Rédito	2012	2011
Vendas:		
Sucatas	1 031	1 530
Presta�o de serviços:		
Receitas de tráfego	78 381 310	63 751 751
Serviços secundários	3 350 713	3 929 304
Outros	-	195
	81 733 054	67 682 780

26. Subsídios   explora o

O detalhe dos subsídios   explora o recebidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011   como segue:

Subsídios � explora�o	2012	2011
Indemniza�o compensatória	44 000 000	42 000 000
Passe 4_18	539 854	1 012 918
Passe Sub23	1 017 800	2 029 731
Paii - Programa apoio integrado a idosos	142 623	136 409
Passe Social +	401 917	-
	46 102 194	45 179 058

Em 31 de dezembro de 2012 as compensa es financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemniza o compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas opera es em cumprimento das obriga es de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedu o do IVA) nos termos da Resolu o do Conselho de Ministros n.  53/2012, de 31 de maio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensa o financeira, para o passe 4_18@escola.tp e para o passe sub23@superior.tp no montante de 1.651.113 euros (1.557.654 euros reconhecido como rédito após dedu o do IVA) e de 3.225.208 euros (3.042.649 euros reconhecido como rédito após dedu o do IVA), respetivamente.

27. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011   detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2012	2011
Eletricidade	7 864 081	8 637 618
Rendas e alugueres	9 342 423	10 242 676
Conserva�o e repara�o	5 131 344	4 611 898
Limpeza, higiene e conforto	3 027 963	3 193 976
Vigilância e segurança	5 881 152	6 198 377
Trabalhos especializados	1 039 670	1 470 136
Outros	3 058 995	3 801 438
	35 345 628	38 156 119

Na rubrica de "Rendas e alugueres" o montante de 9.276.929 euros respeita às rendas dos *leasings* operacionais, em 31 de dezembro de 2012 (10.049.327 euros em 31 de dezembro de 2011). A diminui o verificada face ao exercício de 2011 resulta do facto da componente variável que compõe a renda ter sofrido um decréscimo face ao exercício de 2011 em resultado da diminui o da taxa de juro a que se encontra indexada esta renda.

A diminui o verificada nas rubricas de "Eletricidade", "Limpeza, higiene e conforto" e "Vigilância e segurança" resulta da conten o de gastos e redu o da cadência de comboios.

28. Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	281 419	417 624
Remunerações ao pessoal	47 567 246	50 879 190
Benefícios pós-emprego	13 604 173	12 532 891
Encargos sobre remunerações	10 384 553	11 461 619
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (Nota 17)	899 778	959 368
Gastos de ação social	1 120 133	1 076 686
Outros	1 440 489	1 509 598
	75 297 791	78 836 976

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, na rubrica de “Remunerações ao pessoal”, resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei n.º 64-B/2011 do “Orçamento de Estado 2012”.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de trabalhadores foi de 1.540 e 1.655 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.525 e 1.590 pessoas, respetivamente.

29. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2012	2011
Subsídio para investimentos (Nota 16)	2 906 231	2 906 231
Reconhecimento de mais-valias	446 629	446 629
Serviços sociais	203 299	257 558
Ganhos em inventários – sobras	53 711	337 625
Venda de energia	395 010	210 177
Juros de mora	57 334	58 230
Diferenças de câmbio	-	825 412
Rendas de imóveis (Nota 8)	24 726	24 288
Outros	524 445	3 473 051
	4 611 385	8 539 201

O saldo da rubrica de “Reconhecimento de mais-valias” é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT e 24 UT, cujo montante a 31 de dezembro de 2012 ascendeu a 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 24).

30. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2012	2011
Donativos	231 559	329 596
Imposto municipal sobre imóveis	294 481	200 581
Quotizações	107 352	110 470
Perdas em inventários	88 302	237 844
Juros de mora	536 731	335 441
Dívidas incobráveis	2 334	-
Outros	1 086 052	401 800
	2 346 811	1 615 732

A rubrica de “Juros de mora” em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2012			
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias				
Ferconsult, S.A.	-	432 434	95 876	111 303
Metrocom, S.A.	-	-	6 346	1 820 841
Associadas				
Fernave, S.A.	-	-	-	-
Publimento	-	-	-	2 042 354
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos				
Otlis, A.C.E.	131 928	14 050	566 916	1 827 467
Empresas relacionadas				
GIL, S.A.	-	-	304 234	(51 702)
	131 928	446 484	973 372	5 750 263

Partes relacionadas	2011			
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias				
Ferconsult, S.A.	-	2 800 065	348 206	344 033
Metrocom, S.A.	-	-	112 978	2 173 491
Associadas				
Fernave, S.A.	-	-	1 015	650
Publimento	-	-	-	1 379 122
Empreendimentos conjuntos				
Otlis, A.C.E.	-	-	748 265	1 159 354
Empresas relacionadas				
GIL, S.A.	-	-	315 641	38
	-	2 800 065	1 526 105	5 056 688

33. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 61.157.244 euros e 62.388.012 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2012, é como segue:

Entidade	Montante	Data início	Beneficiário
Banco BPI	7 661	17/08/2011	Cm Lisboa
Banco BPI	16 213	19/10/2009	Farmácia Cardeira
Banco BPI	13 087	30/03/2010	Edp - Serv. Universal, S.A.
Banco BPI	1 345	17/03/2011	Edp - Serv. Universal, S.A.
Banco BPI	1 583	30/06/2010	Trib. Tribut. 2.º Inst. Lis
Banco BPI	7 494	10/03/2006	Trib. Adm. F. Lx - 2.º juízo
Banco BPI	95 482	11/05/2006	Finanças 4.º Bairro Fiscal
Banco BPI	6 940	03/07/2006	Trib. Adm. F. Lx - 2.º juízo
Barclays Bank	17 458	25/05/1994	Petrogal
Barclays Bank	18 256	07/07/1994	Tribunal Cível
Banco BPI	17 500	11/04/2011	5.º Juízo Cível de Lisboa
Banco BPI	924 000	01/02/2012	4.º Vara Cível Lisboa - 2.ª Secção
Banco BPI	30 226	21/11/2012	Tribunal Trabalho Lisboa
	1 157 245		

34. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 12.895 euros.

35. Acontecimentos após a data do balanço

No âmbito do projeto de negociação e reestruturação das operações de derivados das Empresas Públicas Reclassificadas, foram mantidas pelo IGCP, de acordo com orientações da Tutela, negociações com os bancos cuja totalidade das operações foram consideradas não problemáticas, tendo, no caso a Empresa, chegado a acordo com as seguintes instituições, no período compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras, com base no valor de mercado à data de negociação respetiva, como se segue:

Société Generale (despacho n.º 548/13-SET)				
IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
24	Vanilla swap	15/Set/2021	95 602 930	(23 197 061)
51	Vanilla swap	22/Jul/2024	100 000 000	(48 734 952)
				(71 932 013)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado das operações (com data valor de 20 de março) foi de 60,9 milhões de euros.

Morgan Stanley (despacho n.º 549/13-SET)				
IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
49	CMS Steepener	22/Jul/2024	100 000 000	(29 741 487)
				(29 741 487)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 21 de março) foi de 23 milhões de euros.

Crédit Suisse (despacho n.º 660/13-SET)				
IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
37	Worst of 2 Spreads	15/Jun/2022	17 364 188	(43 639 184)
50	Floors, Overlay	22/Jul/2024	100 000 000	10 206 827
53	Spread Option, Overlay	22/Jul/2024	100 000 000	(13 393 372)
60	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia -EUR 10Y ia) Leveraged Floor	04/Dez/2026	70 000 000	(9 340 360)
107	Fly	20/Mar/2020	80 222 338	(1 816 003)
108	Fly	21/Set/2024	88 007 484	(3 030 532)
				(61 012 624)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 08 de abril) foi de 50,7 milhões de euros.

Barclays (despacho n.º 879/13-SET)				
IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
27	Vanilla, Overlay	15/Jun/2022	77 895 605	(4 848 956)
31	Index linked	15/Jun/2021	80 000 000	(3 456 422)
54	Index linked	04/Dez/2026	100 000 000	(4 680 152)
62	Cap Knock Out	04/Dez/2026	200 000 000	4 878 720
65	Index linked	04/Dez/2026	100 000 000	(63 726 402)
67	Index linked	07/Dez/2022	200 000 000	(23 026 330)
70	Vanilla	04/Fev/2019	400 000 000	63 929 887
124	Vanilla	30/Dez/2030	300 000 000	(94 339 693)
				(125 269 348)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 07 de maio) foi de 144,50 milhões de euros.

BNP Paribas (Despacho n.º 966/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
19	Callable Swap	15/Dez/2019	11 472 352	(588 493)
25 + 28	Index linked	15/Jun/2022	86 790 834	(10 717 358)
33	Snowball, Overlay	15/Jun/2022	40 000 000	3 243 997
35	Callable Swap	15/Jun/2022	40 000 000	(4 092 389)
69	Vanilla	07/Dez/2027	100 000 000	9 914 102
				(2 240 141)

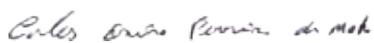
O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 16 de maio) foi de 13,78 milhões de euros.

Goldman Sachs (Despacho n.º 1007/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
72	Floor, Overlay	04/Fev/2019	300 000 000	(51 351 419)
73	Bullet Swap	21/Jul/2016	71 042 080	16 260 790
74	Bullet Swap	24/Jul/2016	50 000 000	11 573 188
				(23 517 441)

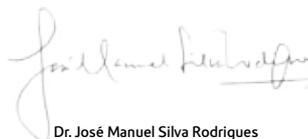
O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 20 de maio) foi de 13,10 milhões de euros.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Estação Parque



Parecer do Conselho Fiscal

I. Introdução

O Conselho Fiscal (CF) signatário foi nomeado por Despacho de 5 de outubro de 2012, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Cumprindo as funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da empresa, compete ao Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., apreciar e emitir Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o qual foi aprovado por este órgão.

Por determinação do Decreto-Lei n.º 36.620, de 24 de novembro de 1947 foi atribuída a exploração do subsolo da cidade de Lisboa ao Metropolitano cuja sociedade veio a ser constituída em 26 de janeiro de 1948 com a designação de “Sociedade Metropolitana de Lisboa, S.A.R.L.”. No entanto, a abertura ao serviço público, como transportadora, só veio a ter lugar a 31 de dezembro de 1959.

Posteriormente, a Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L. veio a ser nacionalizada através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, passando, por via disso, a fazer parte do universo das Empresas Públicas ou “Sector Empresarial do Estado”. Atualmente, a empresa rege-se pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, que integra os seus novos Estatutos, e subsidiariamente pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado, consagrado pela Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Metropolitano de Lisboa passado a denominar-se “Entidade Pública Empresarial (E.P.E.)”.

Sendo o Metropolitano de Lisboa uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, importa reiterar que a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, deve ser pautada por inequívocos critérios de rigor e transparência. Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitos estas empresas, devendo fundamentalmente, a sua gestão ser enquadrada nos “princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado”, consagrados no anexo à RCM n.º 49/2007, de 01 de fevereiro, e no respeito pelas suas orientações estratégicas, previstas no anexo da RCM n.º 70/2008, de 27 de março.

Importa ainda referir, que no decurso do exercício agora em apreciação, a empresa observou também as orientações estatuídas, nomeadamente, as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março
– Estatuto do Gestor Público;
- RCM n.ºs 101-A/2010 e 01/2011, sobre as medidas de consolidação orçamental;
- RCM n.º 45/2011, de 13 de outubro que definiu o plano estratégico para os transportes na qual foram definidos, para o sector, os princípios orientadores para o horizonte 2011-2015.

Saliente-se que a empresa é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como “entidade pública reclassificada” integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública, cujas normas de procedimento administrativo tem de observar em cumprimento da Circular n.º 1.367 da DUO, de 01 de agosto de 2011, bem como da LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro).

O presente relatório e parecer refere-se às demonstrações financeiras da ML, em termos individuais. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

No cumprimento das atribuições no acompanhamento da gestão e da atividade da empresa, o órgão fiscalizador, desde que foi nomeado (5 de outubro de 2012), reuniu ordinariamente, em média, uma vez por mês, tendo-se sistematicamente inteirado do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da empresa e os respetivos instrumentos previsionais de gestão.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal, tomou conhecimento, de forma pormenorizada e sistemática, do conteúdo dos relatórios, atas e outros documentos de trabalho que o Conselho de Administração e as diversas áreas operativas lhe fizeram chegar. Ainda, sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Administração para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

No desenvolvimento da atividade deste órgão, foram estabelecidos contactos com o ROC e com os auditores externos da empresa, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da sociedade, bem como o referido a este respeito pelo Conselho de Administração no seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, designadamente no que se refere aos objetivos de gestão, deveres especiais de informação, cumprimento de recomendações do Estado, aplicação das reduções remuneratórias, contração de pública e controlo de custos.

Registando o elevado nível de cumprimento dos deveres anteriormente mencionados, o Conselho Fiscal reforça a necessidade de dar cumprimento integral ao disposto na LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), no que respeita nomeadamente às obrigações de reporte e de cálculo dos fundos disponíveis e dos compromissos futuros.

Atenta ainda a reserva n.º 5 do relatório dos auditores externos relativamente às alterações na contabilização dos investimentos em infraestruturas (ILD) que a inexistência de relação contratual impede uma formulação objetiva.

III. Apreciação do relatório de gestão

O Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a atividade do Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2012. Do conteúdo desse documento, considera o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global da empresa, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspetos:

- No ano de 2012 a empresa desenvolveu a sua atividade num cenário de alterações profundas no modelo de gestão, que caracterizou o setor dos transportes, alicerçadas na abertura à gestão privada, o que implicou alteração no modelo de organização e funcionamento da empresa;
- Estas alterações culminaram com a nomeação, em agosto de 2012, dos Órgãos Sociais para o mandato 2012/2014, comuns à CARRIS e ao METROPOLITANO DE LISBOA;
- A indemnização compensatória atribuída pelo Estado e o subsídio à exploração, aumentaram respetivamente em 4.8% e 2%, relativamente ao ano anterior;
- No ano objeto de análise, a diminuição dos gastos operacionais e o crescimento dos rendimentos operacionais significou um aumento do EBITDA para 20,9 milhões de euros;
- O aumento da linha Vermelha em 3,6 km e 3 novas estações, ou seja, Moscavide, Encarnação e Aeroporto, teve por base um investimento de 16,7 milhões de euros;
- A tendência da diminuição de passageiros continuou

- a sentir-se no ano de 2012 que ocasionou a diminuição da oferta em número de carruagens por quilómetro. As receitas de tráfego tiveram um acréscimo devido ao aumento dos tarifários em fevereiro e à nova repartição de receitas do passe Navegante, a qual beneficiou o Metro;
- Os prazos de pagamento a fornecedores baixaram para 113 dias, dos 128 em 2011;
 - No que concerne aos recursos humanos destaca-se a diminuição de efetivos (4,1%), já não a um ritmo tão acelerado face aos anos anteriores, que se ficou a dever essencialmente com a passagem à situação de reforma;
 - O ML cumpre o princípio de unidade de tesouraria assim como grande parte das recomendações do Tribunal de Contas, efetuadas no âmbito do relatório de auditoria, destacando-se a diminuição do absentismo, construção de parques de estacionamento e a criação de mecanismos que melhoram a comunicação metro/cliente, através de diversas campanhas de marketing;
 - O resultado financeiro de 2012 é de -75,1 milhões de euros melhorando levemente os resultados obtidos no ano transato;
 - A Standard & Poors classificou positivamente o *rating* da sociedade, passando de CCC+ para B;
 - O procedimento de Certificação Financeira de Gestão de Qualidade pela SGS ICAS, segundo a norma internacional NP EN ISO 14001:2004, continua em promoção tendo em vista a Certificação Ambiental da Empresa;
 - Já em 2013, no âmbito do projeto de negociação e reestruturação das operações de derivados das Empresas Públicas Reclassificadas, conduzido pelo IGCP de acordo com orientações da Tutela, foram terminados antecipadamente 43 contratos de IGRF, cujas perdas potenciais registadas nas demonstrações financeiras, reportadas a 31 de dezembro de 2012, ascendiam 624,0 milhões de euros.

O valor líquido pago pela ML pelo cancelamento antecipado dessas operações foi de 475,4 milhões de euros.

De referir que estas operações de fecho antecipado de contratos de derivados não foram objeto de análise por este Conselho Fiscal, dada a inexistência de informação detalhada na empresa.

IV. Avaliação do desempenho dos administradores

Nos termos do n.º 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, deve o Conselho Fiscal proceder à avaliação individual dos gestores executivos. Na avaliação dos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, o Conselho Fiscal teve em conta que a gestão da empresa encontra-se atribuída a um Conselho de Administração composto por um Presidente e três vogais.

Tendo em conta o modelo organizacional da ML, designadamente a presença do Conselho de Administração, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, não é possível a avaliação individual do desempenho.

Assim, em setembro de 2012 foi apresentado à tutela uma proposta de contrato de gestão com base em indicadores de eficiência, equilíbrio operacional e promoção da intermodalidade do transporte público. O objetivo global do referido contrato de gestão foi, no geral, ultrapassado em 16%.

Importa salientar que os membros do Conselho de Administração não auferiram no exercício, remunerações variáveis ou prémios de gestão, adotando procedimentos e ações suscetíveis de não criar eventuais conflitos de interesses no desempenho das suas atribuições.

V. Situação económica e financeira

As demonstrações financeiras de 2012 (em termos individuais), foram objeto de Parecer dos Auditores Externos, assim como da revisão do Revisor Oficial de Contas, o qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas. Nestes documentos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

De acordo com a demonstração de resultados a empresa apresentou em 2012 um resultado líquido negativo de 77,3 milhões de euros, representando uma melhoria de 47,1% (68,7 milhões de euros) face ao prejuízo de 146,1 milhões de euros registado em 2011, resultando exclusivamente da evolução favorável do resultado operacional em 68,7 milhões de euros (que se situou em 2,1 milhões de euros negativos). O resultado financeiro negativo manteve-se em níveis muito elevados (75,1 milhões de euros).

A melhoria dos resultados operacionais decorreu essencialmente da conjugação dos seguintes fatores:

- Crescimento das receitas de tráfego em 14,6 milhões de euros (+22,9%), em resultado do aumento tarifário de fevereiro de 2012 e da aplicação da nova metodologia de repartição de receitas do passe Navegante, resultante do inquérito de 2007, a qual é mais favorável para a ML face à utilizada anteriormente. Contudo, para os restantes títulos de transporte combinados continuou a utilizar-se a chave de repartição proveniente do inquérito de 1989 (muito desajustada face ao crescimento da rede de metropolitano desde então);
- Redução dos gastos com pessoal em 3,5 milhões de euros pela aplicação das reduções salariais previstas na Lei do Orçamento de Estado (embora considere o valor dos subsídios de férias vencidos em 2012 e pagos em 2013, em conformidade com a decisão do Tribunal Constitucional) e pelo decréscimo de efetivos entre 2011 e 2012, num total de 147 trabalhadores. Em 2012, a massa salarial reduziu 8,3%, somando 46,3 milhões de euros;
- Diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 2,8 milhões de euros, refletindo os esforços de racionalização em curso na empresa, destacando-se as medidas de poupança de energia e a otimização dos serviços de vigilância e limpeza que, no seu conjunto, reduziram 7%. De referir também o decréscimo de 8,8% na componente Rendas e alugueres que resulta da diminuição dos juros suportados nos contratos de *leasing* de material circulante;
- Decréscimo acentuado das variações negativas de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (IGRF), em 46,8 milhões de euros;
- Redução das amortizações e provisões em cerca de 3,7 milhões de euros.

Apesar do desagravamento dos resultados líquidos negativos, o contínuo crescimento do passivo remunerado da empresa (211,8 milhões de euros em 2012, essencialmente para pagamento de juros e de outros gastos de financiamento) coloca em causa a sua sustentabilidade no longo prazo, agravada no imediato pelas atuais restrições de acesso ao crédito e pelas circunstâncias específicas do próprio país, tornando premente o reforço das medidas de racionalização económica e financeira adicionais às já tomadas nos últimos anos, com vista ao aumento das receitas e à redução dos gastos operacionais.

O Estado Português assegurou o financiamento através de empréstimos no valor de 648,6 milhões de euros, cumprindo as verbas inscritas no orçamento da empresa. Este financiamento permitiu à ML satisfazer os compromissos decorrentes do serviço da dívida e gerou um acréscimo das disponibilidades de tesouraria de 24,3 milhões de euros no final do exercício.

O aumento do passivo afeto à atividade de investimento em ILD resultou essencialmente da variação negativa, em 360 milhões de euros, do justo valor dos IGRF, o qual ascendeu em 31 de dezembro de 2012 ao valor negativo de 1.212 milhões de euros. No seu conjunto, as responsabilidades com IGRF aumentaram 378 milhões de euros, representando 20% do passivo total.

De referir que a valorização dos IGRF é, no final de cada exercício, efetuada por um avaliador externo (diferente daquele com quem os mesmos foram contratados), sendo consideradas assunções e estimativas para o efeito, em resultado de alguma informação não se encontrar disponível. Tal facto não nos permite ser conclusivos quanto à razoabilidade do valor pelo qual os mesmos se encontram refletidos nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2012.

É nosso entender que, para a sustentabilidade económico-financeira da ML, é necessário:

- A celebração de contrato de concessão da infraestrutura e do serviço de transporte de passageiros, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 148-A/2009, que estabeleça a responsabilidade pelo investimento em infraestruturas de longa duração e que defina, de modo claro, a forma de exercício da atividade de prestação de serviços de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e regiões limítrofes, e seu financiamento bem como o custo da exploração de tais infraestruturas para o concessionário. De facto, afigura-se insustentável a manutenção da responsabilidade dos investimentos na rede pela empresa, embora atuando por conta do Estado, e do respetivo financiamento com recurso a passivo remunerado, quer pelos elevados custos do mesmo, quer pela dificuldade de acesso ao crédito na atual conjuntura. De facto, no presente exercício não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a ML, contratou com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) financiamento no montante de 648,6 milhões de euros, dos quais 237,7 milhões de euros foram imputados à atividade de ILD;
- A revisão do modelo de repartição da receita comum aos diversos operadores de transportes da AML (receita gerada pelos títulos intermodais) que tenha em conta a efetiva utilização dos diversos meios de transporte que integram o sistema pela procura. De facto, apesar de em 2012 se ter efetuado a correção das quotas de repartição de receitas dos títulos combinados ML/CARRIS, como tal ajustamento teve por base as conclusões do inquérito efetuado pelo IMTT em 2007 (manifestamente desajustado face ao crescimento da rede do ML desde então) e não considerou todos os títulos de transporte e todos os operadores da AML (correção apenas entre o ML e a CARRIS), mantém-se a necessidade da revisão referida. De referir que, caso fossem aplicadas as quotas do inquérito de 2007, a empresa estima que em 2012 teria um acréscimo de receita da ordem dos 7,1 milhões de euros (sem IVA).

Refira-se ainda o ónus para a empresa das responsabilidades assumidas no passado com o pagamento de complementos de reforma e pensões com o pessoal ao serviço e aposentado, sendo o respetivo plano de benefícios definidos, pelo que a tendência futura é de agravamento dos respetivos gastos, os quais ascenderam a 12,5 e 13,6 milhões de euros, respetivamente em 2011 e 2012.

VI. Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à atividade da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante o exercício de 2012, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Administração encontra-se corretamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando com clareza e rigor os aspetos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício;
2. Durante o exercício, a empresa desenvolveu as ações necessárias para o cumprimento dos princípios de bom governo emanadas na RCM n.º 49/2007, de 28 de março. Deste modo, no âmbito do novo modelo de governo do SEE, durante a gestão de 2012 o ML, atuou num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade de serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas;
3. O Relatório menciona as transações de maior dimensão financeira com empreiteiros e fornecedores, e o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços;
4. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de dezembro de 2012.

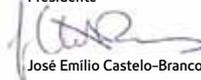
Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das demonstrações financeiras e respetivo anexo respeitantes ao exercício de 2012, concordando, também, com a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, regista ainda com muito apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores do ML, que teve necessidade de assiduamente contactar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 25 de julho de 2013

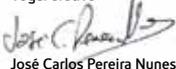
O Conselho Fiscal

Presidente



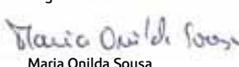
José Emilio Castelo-Branco

Vogal efetivo



José Carlos Pereira Nunes

Vogal efetivo



Maria Onilda Sousa

Estação Rossio



Certificação legal das contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de Balanço de 4.913.920.738 euros e um Capital Próprio negativo de 915.407.837 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 77.332.060 euros), a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações do capital próprio, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A apreciação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Exceto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 a 12 abaixo, entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras, o Governo assumiu no passado o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (ILD) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., tendo a empresa, de acordo com os seus estatutos, a responsabilidade de administrar os bens de domínio público afetos à sua atividade, nomeadamente assegurar por delegação do Estado a construção, a instalação, a renovação, a manutenção e a gestão das infraestruturas ferroviárias que lhe estão afetas (ILD) e cabendo ao Estado salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro da empresa e o serviço das dívidas constituídas para a construção, instalação e renovação das referidas infraestruturas. Face à inexistência de disposição contratual que defina os termos desta atuação por parte da empresa e sobre a administração daqueles bens, nomeadamente a inexistência de um contrato de concessão que permita o seu enquadramento nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, todos os investimentos realizados e respetivos financiamentos e gastos suportados afetos a ILD encontram-se registados no balanço da empresa segregados dos saldos afetos à sua atividade operacional em rubricas de ativo e passivo, corrente e não corrente, sob a designação “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, quando em 31 de dezembro de 2011, e desde o exercício de 2009, os valores afetos a ILD se encontravam registados no balanço pelo seu valor líquido em rubrica do Ativo, designada Atividade de investimentos em infraestrutura de longa duração, a qual assumia natureza financeira e evidenciava saldo nulo em 31 de dezembro de 2011. Em resultado da decisão de alteração da política de reconhecimento dos ILD no balanço anteriormente descrita, tomada pelo Conselho de Administração da empresa durante 2012, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 aprovadas pelo Conselho de Administração foram objeto de reexpressão para efeitos comparativos, conforme divulgado na Nota 2.1. Consequentemente não nos foi possível concluir sobre a política de amortizações a adotar para tais ativos e quais os critérios de afetação dos diferentes subsídios que têm vindo a ser atribuídos pelo Estado e por programas comunitários e: (i) se os valores relativos a investimentos em infraestruturas de longa duração e os correspondentes capitais próprios (subsídios atribuídos e reservas de reavaliação) identificados pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 como relativos àqueles investimentos, de 3.275.689.891 euros e 1.126.157.937 euros, respetivamente (3.245.551.006 euros e 1.069.800.648 euros em 31 de dezembro de 2011), que integram o saldo a rubrica de “Investimento de infraestruturas de longa duração” no ativo em resultado da referida política de reconhecimento, deveriam estar registados no balanço da empresa e por que valores, nem concluir sobre a razoabilidade do procedimento de não amortização destes bens; (ii) quanto à aceitação inequívoca por parte do Estado da inclusão no valor daqueles investimentos de gastos financeiros e departamentais incorridos até 31 de dezembro de 2012 nos valores de 306.946.161 euros e 72.036.545 euros, respetivamente (301.314.351 euros e 67.739.013 euros em 31 de dezembro de 2011); (iii) quanto ao critério de repartição dos financiamentos (empréstimos bancários, obrigacionistas e financiamentos por locação financeira) considerado pela empresa em 31 de dezembro de 2012 entre as atividades de investimento em ILD e a atividade operacional, nomeadamente a gestão de infraestruturas propriedade da Empresa, refletidos no balanço em 31 de dezembro

- de 2012 pelos valores de 3.324.490.013 euros e 856.618.198 euros, respetivamente (3.165.976.080 euros e 803.303.160 euros em 31 de dezembro de 2011); (iv) quanto à forma de reconhecimento dos instrumentos financeiros derivados contratados pela empresa relativamente aos financiamentos contraídos para financiar a atividade de ILD, que em 31 de dezembro de 2012, de acordo com a avaliação efetuada nos termos do mencionado no parágrafo 9 abaixo, tinham um justo valor negativo de 1.063.831.614 euros (718.457.722 euros em 31 de dezembro de 2011), que se encontra registado como uma conta a receber do Estado por o justo valor ser negativo e se encontrar registado no passivo; (v) quanto ao valor dos gastos com empréstimos incorridos pela empresa no exercício e em exercícios anteriores e que, de acordo com a política contabilística supra mencionada, foram quantificados e registados no ativo na rubrica de ILD e cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2012 ascende a 1.193.195.432 euros (1.015.233.387 euros em 31 de dezembro de 2011); (vi) quanto ao valor de 289.555.301 euros (incluído nos valores de 1.193.195.432 euros e 1.015.233.387 euros anteriormente referidos) relativo a eventuais juros e outros gastos incorridos pela Empresa anteriormente a 1995 e registados em ILD por contrapartida de “resultados transitados” em 01 de janeiro de 2009, que saldou a referida rubrica de ILD em tal data; e (vii) quanto ao tratamento contabilístico dado pela empresa no reconhecimento dos ativos e passivos associados a ILD. Face ao supra mencionado não nos é possível concluir acerca da política contabilística adotada pela empresa no reconhecimento dos ativos, passivos, capital próprio e gastos financeiros e departamentais associados a ILD em 31 de dezembro de 2012, nem quanto à razoabilidade, momento e realização ou exigibilidade das contas a receber ou a pagar, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012.
8. Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo o ativo em 31 de dezembro de 2012 inclui em rubrica de “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” o valor de 53.562.488 euros (52.864.466 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a obras efetuadas pela empresa por conta de outras entidades que não se encontram faturadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e que não forma objeto de contratualização ou outra forma de formalização entre a empresa e as restantes entidades envolvidas que defina os valores a faturar e os momentos e formas de faturação e liquidação financeira. Do exposto, não nos é possível concluir quanto ao momento e por que valor tais trabalhos serão faturados, pelo que não podemos concluir quanto à respetiva razoabilidade e à efetiva realização de tais ativos.
9. De acordo com a NCRF 27 a Empresa reconheceu nas demonstrações financeiras o justo valor dos instrumentos financeiros derivados por si contratados para cobrir o risco de flutuação das taxas de juro dos empréstimos contraídos para financiar a atividade de exploração e o financiamento dos investimentos de longa duração (Notas 3.16, 5.6 e 10). O justo valor considerado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, no ativo e passivo não corrente, em rubrica de “Derivados”, nos valores de 48.535.668 euros e 230.338.909 euros, respetivamente (36.525.070 euros e 211.713.563 euros em 31 de dezembro de 2011), para além dos mencionados no parágrafo 7 acima, foi determinado por um consultor externo com base em pressupostos e suposições por este efetuadas em virtude de a informação relativa a alguns dos instrumentos financeiros derivados não se encontrar disponível, e que seria considerada caso a avaliação do justo valor tivesse sido determinada pelas entidades com as quais os instrumentos financeiros foram contratados. Até à presente data, não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir quanto à razoabilidade do justo valor pelo qual os referidos instrumentos financeiros derivados se encontram mensurados nos balanços em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nem quanto à sua natureza e classificação nas diversas rubricas dos balanços em tais datas, nomeadamente no ativo, passivo, reservas e resultados transitados, e das demonstrações de resultados nos exercícios findos nas mesmas.
10. Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de Participações Financeiras, evidenciada no ativo pelo valor de 20.144.909 euros, inclui: (i) A participação financeira detida na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. representativa de 16% do seu capital, registada na referida rubrica de acordo com o método de equivalência patrimonial por um valor nulo em virtude de aquela associada apresentar capitais próprios negativos de 11.040.038 euros. Adicionalmente, encontra-se registado na mesma rubrica o valor de 14.050.474 euros relativo a suprimentos concedidos à GIL, S.A. (8.998.267 euros em 31 de dezembro de 2011). A Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 de tal sociedade contem ênfases relacionadas com o risco de continuidade da entidade e com a insuficiência dos seus fluxos de caixa operacionais para fazer face ao serviço da sua dívida financeira, e reservas quanto à realização de ativos no valor de 1.952.623 euros; (ii) A participação financeira na subsidiária Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. representativa de 100% do seu capital, registada na referida rubrica de acordo com o método de equivalência patrimonial pelo valor de 3.409.610 euros. Adicionalmente, encontra-se registado na mesma rubrica o valor de 1.031.836 euros relativo a suprimentos concedidos à Ferconsult, S.A. (973.698 euros em 31 de dezembro de 2011). A Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 de tal sociedade contem reservas não quantificadas, cujo defeito global não foi quantificado e nem tomado em consideração pela empresa na aplicação do método da equivalência patrimonial naquela data, e uma ênfase relacionada com o risco de continuidade das operações, pelo que a realização dos seus ativos e exigibilidade dos seus passivos, incluindo os saldos existentes com a empresa, depende do apoio continuado dos seus acionistas; (iii) A participação financeira na subsidiária Publímetro – Publicidade em Meios de Transporte

e Outros, S.A. representativa de 40% do seu capital, registada na referida rubrica de acordo com o método de equivalência patrimonial por um valor nulo em virtude de aquela associada apresentar capitais próprios negativos de 2.868 euros, e para a qual foi reconhecida uma provisão de 1.147 euros em 31 de dezembro de 2012, correspondente à responsabilidade da empresa de acordo com a percentagem detida naqueles capitais próprios. A Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 de tal sociedade contém uma ênfase relacionada com o risco de continuidade das operações, pelo que a realização dos seus ativos e exigibilidade dos seus passivos, incluindo os saldos existentes com a empresa, depende do apoio continuado dos seus acionistas. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto aos efeitos de tais reservas e ênfases, se alguns, nas demonstrações financeiras da empresa em 31 de dezembro de 2012, nomeadamente na mensuração das referidas participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial nem quanto ao momento e valor de realização do saldo líquido entre contas a receber e a pagar a tais entidades, de 18.003.863 euros em 31 de dezembro de 2012.

11. Em 31 de dezembro de 2012, as rubricas “Outras contas a receber – não corrente” e “Outras contas a receber – corrente” incluem os valores de 2.577.739 euros e 12.002.602 euros em dívida pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (2.586.074 euros e 12.002.602 euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente) relativos à transferência para tal empresa do Terminal Fluvial do Cais do Sodrê, conforme protocolo celebrado no exercício de 2009 entre ambas as empresas, o qual previa um plano de pagamento conforme mencionado na Nota 13 do anexo que não tem vindo a ser cumprido pela Transtejo. Atento o referido incumprimento e a informação disponível sobre tal assunto na presente data, não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade, momento e valor de realização daquelas contas a receber em 31 de dezembro de 2012.
12. Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o valor correspondente a 75% do respetivo lucro tributável. Tendo em consideração o referido, bem como os ajustamentos de transição para o atual Sistema de Normalização Contabilística efetuados pela empresa (reportados a 01 de janeiro de 2010) que poderiam ser relevantes para efeitos do cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício, poderá resultar um gasto no exercício no valor aproximado de 10.800.000 euros, que não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Tal como divulgado na Nota 21 do anexo, é entendimento da empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados os mesmos não deverão concorrer para o apuramento do resultado tributável do exercício de 2012 sendo sua intenção solicitar às autoridades tributáveis um pedido de informação vinculativa relativamente a este assunto. Face ao exposto, não nos é possível concluir quanto ao eventual efeito deste assunto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, nomeadamente nos saldos das rubricas de gastos com Imposto sobre o Rendimento e contas a pagar ao Estado.

Opinião

13. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações constantes dos parágrafos 7 a 12 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevante, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

14. A atividade da empresa tem-se revelado cronicamente deficitária, gerando prejuízos sucessivos de valor significativo que em 2012 ascenderam a 77.332.060 euros (146.052.279 euros no exercício de 2011), cujo financiamento tem vindo a ser parcialmente assegurado pelo Estado português através de indemnizações compensatórias, insuficientes para compensar os gastos operacionais e financeiros da empresa, e dotações de capital. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 encontram-se preparadas no pressuposto da continuidade das operações da empresa, apesar de naquela data os capitais próprios se apresentarem negativos em 915.407.837 euros (840.656.298 euros em 31 de dezembro de 2011), situação que obriga à adoção dos mecanismos de recapitalização constantes dos art.ºs 35º e 171º, não se encontrando a empresa a cumprir com tais disposições legais; o ativo corrente se apresentar insuficiente para fazer face ao passivo corrente; e os fluxos de caixa gerados pela empresa continuarem a apresentar-se negativos. Adicionalmente, não são conhecidos os eventuais efeitos na atividade da empresa e no reconhecimento e valorimetria dos seus ativos e passivos da implementação do Plano Estratégico dos Transportes mencionado no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 03 de maio. Do referido, é nossa opinião que a continuidade das operações da empresa, e consequentemente a realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos, se encontra dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado português.
15. As demonstrações financeiras objeto da presente certificação foram preparadas em base individual, para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, encontrando-se os investimentos em empresas subsidiárias e associadas constantes do balanço registados pelo método da equivalência patrimonial, conforme referido no parágrafo 10 acima e divulgado nas Notas 3.8 e 9 do Anexo. A Empresa irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, as quais apresentarão de modo mais apropriado a posição financeira, o resultado das operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa do conjunto formado pela empresa, suas subsidiárias e associadas, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, para aprovação e publicação em separado.

16. As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011 não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela. O Conselho de Administração da empresa procedeu ao registo contabilístico da aplicação do resultado daqueles exercícios, conforme a proposta incluída no seu Relatório de Gestão sobre os mesmos, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão objeto de aprovação sem alterações significativas.

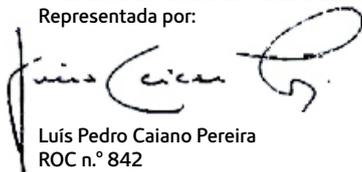
17. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas, datada de 11 de junho de 2012, inclui cinco reservas por limitação de âmbito, relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 7 a 11, acima.

Relato sobre outros requisitos legais

18. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de maio de 2013

Caiano Pereira, António e José Reimão
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Caiano Pereira
ROC n.º 842

Estação S.Sebatião



Siglas e acrónimos

Sigla / Acrónimo	Significado
AE	Acordo de empresa
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANA	ANAerportos de Portugal
CCDTML	Centro cultural e desportivo dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa
CCP	Código dos contratos públicos
CMVMC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
CO2	Dióxido de carbono
CP	Comboios de Portugal
CPC	Conselho de prevenção de corrupção
DGO	Direção-Geral do Orçamento
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ECSI	European Customer Satisfaction Index
EDP	Eletricidade de Portugal
EPAL	Empresa Pública de Águas de Lisboa
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGRF	Instrumentos de gestão de risco financeiro
ILD	Infraestrutura de longa duração
IPSS	Instituições particulares de solidariedade social
ISC	Índice de satisfação do cliente
ISCTE	Instituto universitário de Lisboa
kWh	Quilowatt-hora
LCPA	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
MKBF	Quilometragem média entre falhas (Mean kilometre between failures)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
ML 79/90/95/99	Material circulante das séries de 1979, 1990, 1995 e 1999, respetivamente
MTBF	Tempo médio entre falhas (Mean time between failures)
NP / NP EN	Normas portuguesas
ODS	Substâncias que empobrecem a camada de ozono (Ozone Depleting Substances)
OS	Órgãos sociais
OSIRIS	Projeto europeu para a melhoria da gestão de crises ambientais
PIB	Produto interno bruto
PLAGO	Sistema de planeamento e gestão de pessoal, de horários e de material circulante
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamentos
POC	Plano oficial de contabilidade
POCP	Plano oficial de contabilidade pública
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
REN	Rede Elétrica Nacional
SADI	Sistema Automático de Deteção de Incêndios
SAP BW	Módulo do sistema SAP – Bussiness Warehouse
SAP PM	Módulo do sistema SAP – Programa da manutenção
SEE	Setor empresarial do Estado
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente
SNC	Sistema de normalização contabilística
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	Forças (Strengths) / Fraquezas (Weaknesses) / Oportunidades (Opportunities) / Ameaças (Threats)
ton.	tonelada
V.A.R.S.P.	Valor atual das responsabilidades com serviços passados

Estação Intendente



Ficha técnica

Edição
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
Estratégia e Desempenho Corporativo
Coordenação
Mariza Motta
Marta Laborinho
Sandra Tavares

Produção
Marketing e Comercial
Coordenação
Filipe Trigo
Projeto gráfico
Maria João Rodrigues

Fotografia
Marketing e Comercial
1ª Maratona Fotográfica Carris/Metro 2012
